

Plano de Desenvolvimento do Alto Minho - Desafio 2020

Diagnóstico Estratégico

Março 2012



alto minho
desafio 2020



Augusto Matos & Associados
Sociedade de Consultores, Lda



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
2007-2013



ON.2
o novo norte
Agenda 2030
Desenvolvimento Sustentável

Ficha Técnica

Título

Plano de Desenvolvimento do Alto Minho - Desafio 2020
Diagnóstico Estratégico | Março 2012

Promotor

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho - CIM

Autoria

Augusto Mateus & Associados | Sociedade de Consultores (AM&A)

Coordenação Global

Augusto Mateus

Coordenação Executiva

Vânia Rosa

Gestor de Projecto

Márcio Negreiro

Consultores

António Marques, Dalila Farinha

Hermano Rodrigues, Joana Mateus

Mafalda Correia, Márcio Negreiro

Paulo Madruga

Índice

O Diagnóstico Estratégico nas Fases do Plano de Desenvolvimento do Alto Minho	5	4. Estrutura produtiva e dinâmica económica	25
1. Leitura do posicionamento do Alto Minho	7	Dinamismo da actividade económica	26
Os contornos de uma leitura actual e prospectiva para o Alto Minho	8	Modelo de crescimento	27
A incorporação das escalas de posicionamento do Alto Minho	9	Especialização produtiva na óptica da produção de riqueza	28
2. Demografia e perfil da população	10	Especialização produtiva na óptica da concentração do emprego	29
A dinâmica populacional	11	Especialização produtiva na óptica da concentração sectorial do emprego	30
O sentido global das variações da população	12	O sector agrícola	31
As alterações na estrutura etária	13	A actividade piscatória	32
O nível de instrução	15	Articulação e relevância regional do perfil de especialização produtiva	33
A educação e a qualificação	15	Articulação dos espaços de localização empresarial entre o Alto Minho e a Galiza	35
3. Dinâmica e potencial turístico	16	Áreas de localização empresarial	36
Inserção do Minho-Lima na “região turística do Porto e Norte”	18	5. Mercado de trabalho	37
Oferta turística	19	Inserção no mercado de trabalho e perfil de habilitações do emprego	38
Turismo natureza e oferta turística em espaço rural	20	Nível salarial	39
Procura turística	21	Nível salarial praticado ao nível concelhio	40
Recursos emblemáticos e distintivos	22		
Hierarquia do património natural, paisagístico e construído	23		
Potencialidades turísticas	24		

Índice

6. Articulações funcionais, mobilidade e circulação	41	8. Resposta social e dotação de equipamentos e infra-estruturas	59
Pendularidade e articulações funcionais	42	Apoio e resposta social	60
Movimentos pendulares – saídas e entradas de mão-de-obra, por concelho e sector de actividade	44	Dotação e acessibilidade a equipamentos culturais e desportivos	61
Acessibilidades e mobilidade	46	Questões ambientais e infra-estruturas básicas	62
Acessibilidades e mobilidade rodoviária	47	9. Directrizes e orientações de carácter territorial e sectorial	63
Acessibilidade e mobilidade ferroviária	48	Objectivos e directrizes dos instrumentos de gestão territorial	64
7. Dimensão urbana e ocupação do território	49	Orientações de documentos estratégicos de âmbito nacional e regional/sectorial	65
A dimensão urbana e a dinâmica urbanística	50		
Especificidades territoriais e paisagísticas	53		
Tipologia de ocupação do território	54		
Áreas naturais	55		
Áreas protegidas de excelência no contexto nacional e transnacional	56		
Sistema urbano	57		

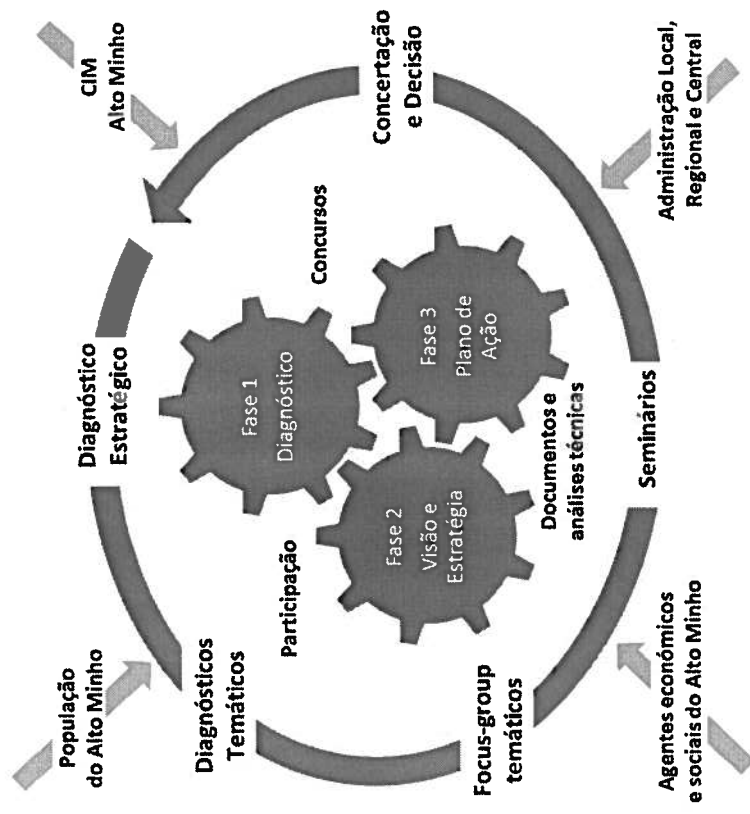
O Diagnóstico Estratégico
nas Fases do Plano de
Desenvolvimento do Alto Minho

O diagnóstico estratégico nas fases do Plano de Desenvolvimento do Alto Minho

- A **metodologia de trabalho** adotada pela Augusto Mateus & Associados na elaboração de Planos de Desenvolvimento Territorial não contempla uma definição rígida e sequencial das etapas de trabalho, preferindo adotar um processo em “espiral” como garantia de uma permanente disponibilidade para, durante o tempo de elaboração do Estudo, aperfeiçoar, corrigir e integrar novos elementos quer ao nível de diagnóstico quer em termos de elementos estratégicos ou projetos e ações estruturantes.
- O documento **Diagnóstico Estratégico** corresponde a uma fase da etapa de Diagnóstico (Fase 1) do Plano de Desenvolvimento do Alto Minho, em que se constrói um retrato abrangente da região, através de óticas de abordagem que focam: a leitura do posicionamento do Alto Minho, a demografia e perfil da população, a dinâmica e potencial turístico, a estrutura produtiva e dinâmica económica, o mercado de trabalho, as articulações funcionais mobilidade e circulação, a dimensão urbana e ocupação do território, a resposta social e a dotação de equipamentos e infraestruturas, e as diretrizes e orientações de carácter territorial e sectorial.
- O documento Diagnóstico Estratégico pretende, pois, dar resposta prévia à questão “Quem somos e como chegámos aqui?” e ajudar a “compreender o que se passou na nossa envolvente”.
- As etapas seguintes do Plano de Desenvolvimento do Alto Minho, quer de definição da Visão e Estratégia (Fase 2) quer de definição do Plano de Ação (Fase 3), permitirão aprofundar e complementar os enfoques temáticos considerados relevantes. A abordagem metodológica adotada elege quatro temáticas de intervenção em relação às quais a região deverá ter capacidade de definir objetivos e prioridades de intervenção, isto é: como tornar a região mais competitiva, mais atrativa, mais conectada e mais resiliente.
- O processo de trabalho em espiral garantirá que, para cada uma destas temáticas, sejam convidados a intervir e participar no processo de definição estratégica, as entidades que intervenção ativa no território, e que, por esta via, possam ser incorporados os respetivos contributos e experiência de trabalho, quer em termos de diagnóstico, quer em termos da formulação de propostas de intervenção estratégica ou da definição de projetos e iniciativas de intervenção.

- Ao longo do período de construção do Plano de Desenvolvimento do Alto Minho, cada uma destas temáticas será discutida em detalhe com os agentes económicos e sociais com intervenção relevante na região, através da realização de reuniões de trabalho (focus-group) orientadas para identificar as questões e desafios a que a estratégia a delinear deverá dar resposta.
- Este processo de “diagnóstico específico” a efetuar para cada temática de intervenção culminará na apresentação e discussão de propostas de intervenção estratégica, em Seminários específicos a cada temática.

Figura 1: Dimensão económica e populacional do Minho-Lima



1. Leitura do posicionamento do Alto Minho

1. Leitura do posicionamento do Alto Minho

Os contornos de uma leitura actual e prospectiva para o Alto Minho

- O Alto Minho é actualmente interpretado como um território de articulações, que derivam do reconhecimento inequívoco que a região assume a três níveis:
 - No domínio da natureza, pela referência ambiental e patrimonial que constitui a conjugação mar-rios-serra, e donde derivam leituras na óptica da conservação e protecção destes “recursos”, mas também recomendações direccionadas para a valorização do seu potencial de criação de riqueza, emprego e de desenvolvimento de actividades complementares;
 - No domínio da qualidade de vida, pela singularidade e distinção de um modelo de vivência que beneficia da plena “inserção da cidade no campo”, onde se percepção um alastramento das vilas/cidades e sedes de concelho às zonas envolventes, dando corpo a uma realidade que oferece formas de vivência plenamente integradas no campo (onde se conjuga o “verde” dos espaços de produção agrícola e pecuária com o “verde” dos territórios de preservação e protecção);
 - No domínio da sua posição de região bem posicionada para intermediar um processo de abertura e de articulação estreita entre Portugal-Espanha, via Norte-Galiza, que confira expressão económica e maior vínculo aos processos relativamente espontâneos de interpenetração de usos, costumes e hábitos culturais que se fazem sentir nos territórios junto às duas margens do rio Minho, entre os concelhos portugueses e as províncias galegas.

- O Alto Minho parte de uma posição de “território de articulações” que recomenda que se ultrapasse uma evolução em regime de relativo *status-quo* (ou, de outra forma, de imobilismo ou estagnação) para uma evolução que assuma o objectivo de “ter de ser um território de convergências” (ou, de outra forma, de pro-actividade), dando unidade aos vectores de articulação que se encontram espartilhados e fragilizados.

- Ultrapassar a posição de fronteira (no limite de Portugal) e de passagem (de Portugal para Espanha, ou do Norte para a Galiza) são objectivos que se materializam através da consolidação de teias complexas entre agentes económicos e recursos, que conjuguem as melhores vocações.

- O Alto Minho posiciona-se “a Norte” dos principais corredores de circulação ibérica. Por outro lado, a sua dimensão populacional e económica, bem como o seu modelo de inserção no quadro mais alargado da economia portuguesa, diferem consideravelmente das regiões espanholas galegas com quem mantêm ligações funcionais:

- Dimensão do Minho-Lima no contexto da região Norte de Portugal mantêm um patamar constante em termos populacionais e económicos (5% a 7%);
- Dimensão do Minho-Lima face à região da Galiza é equilibrado em termos de população, postos de trabalho e unidades empresariais (9% a 11%), mas não acompanha o mesmo patamar de criação de riqueza (VAB do Minho-Lima atinge apenas 4% do VAB da Galiza);
- O modelo económico galego diverge consideravelmente do modelo económico característico da região Norte de Portugal, com a Galiza a apresentar uma estrutura empresarial com maior nível de produtividade e capacidade de criação de riqueza.

- Coloca-se ao Alto Minho a oportunidade de conjugar recursos e vocações que lhe conferem a posição de espaço de convergência entre actividades logísticas e produtivas (entre cadeias de valor globais e recursos específicos valorizados internacionalmente) e de espaço de intercâmbio cultural e civilizacional (projectando os recursos naturais e culturais emblemáticos, em canais de valorização turística e de promoção da atractividade urbana).

Quadro 1: Dimensão económica e populacional do Minho-Lima

	População	Emprego	Empresas	VAB
Minho Lima	245	109	22	2.290
Norte (NUTS II - Portugal)	3.690	1.718	342	42.096
Galiza (NUTS II - Espanha)	2.733	1.210	197	51.461
% Minho-Lima/Galiza	9%	9%	11%	4%
% Minho-Lima/Norte	7%	6%	6%	5%
% Galiza/Norte	74%	70%	57%	122%

Nota: dados referentes à população reportam-se a 2011; dados referentes a emprego, empresas e VAB reportam-se a 2008.

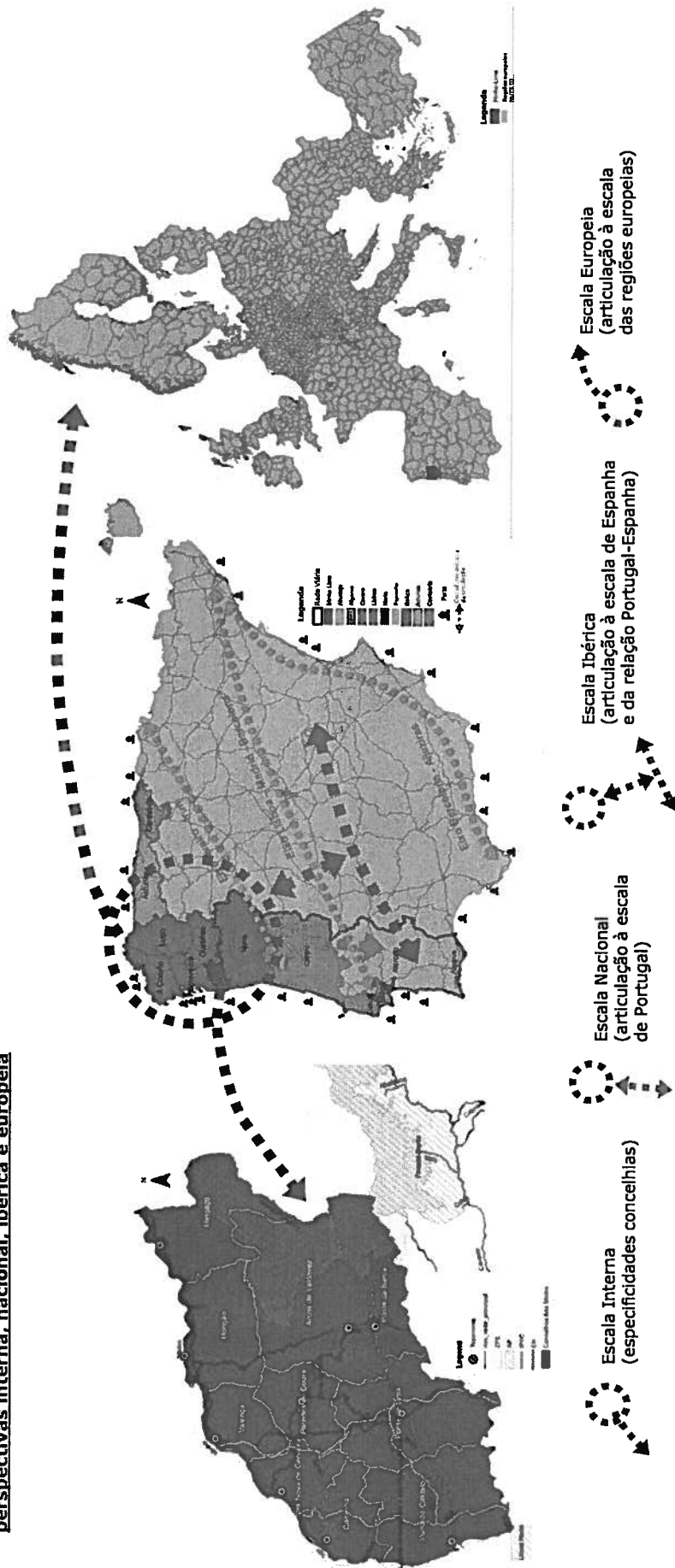
Fonte: INE, Censos 2011 – Resultados provisórios

1. Leitura do posicionamento do Alto Minho

A incorporação das escalas de posicionamento do Alto Minho

- A posição de fronteira do Alto Minho imprime à análise deste território a percepção do seu posicionamento no contexto das suas regiões envolventes que, no quadro de Portugal, abrangem as NUTS III do Ave, Cávado e Alto-Trás-os-Montes, no contexto mais alargado da região Norte, e que, no quadro de Espanha, abrangem as províncias de Corunha, Lugo, Ourense e Pontevedra, no contexto mais alargado da região da Galiza.
- O diagnóstico do Alto Minho exige a incorporação de diferentes perspectivas de articulação e posicionamento relativo da região, que assumem escalas de abordagem diferenciadas, consoante a natureza dos fenómenos;
- As escalas de análise do posicionamento do Alto Minho combinam:
 - A escala interna, cuja abordagem se orienta para salientar as especificidades e pontos de contacto entre os diversos concelhos da região;
 - A escala nacional de análise, cuja abordagem relativiza a dimensão dos fenómenos segundo o seu posicionamento à escala nacional, concertando objectivos de desenvolvimento regional e sectorial;
 - A escala ibérica, que introduz a abordagem face aos grandes corredores ibéricos de circulação, na relação com a Europa;
 - A escala europeia, que introduz a recomendação de equilíbrio entre as dimensões da competitividade e da coesão e, em particular, a percepção da coesão nas ópticas da coesão económica e social.

Figura 2: Escalas de análise do posicionamento do Alto Minho – as perspectivas interna, nacional, ibérica e europeia



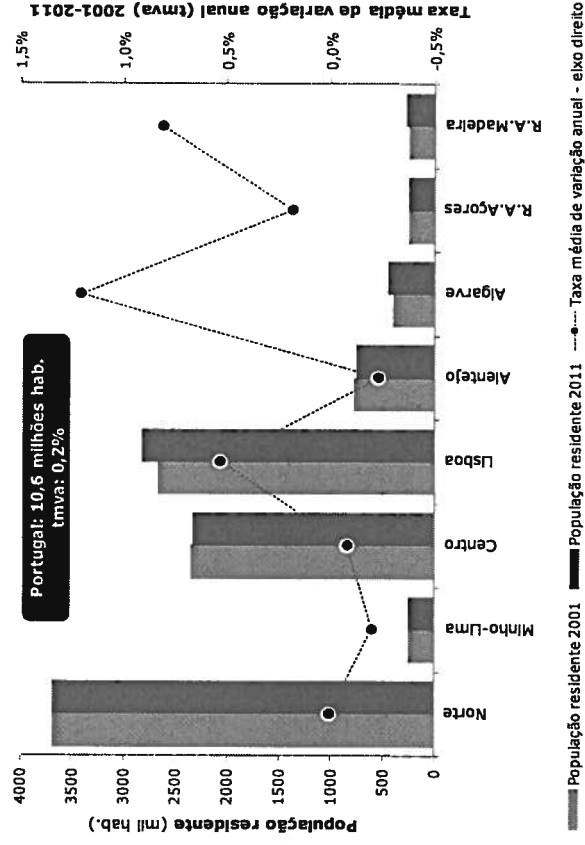
2. Demografia e perfil da população

2. Demografia e perfil da população

A dinâmica populacional

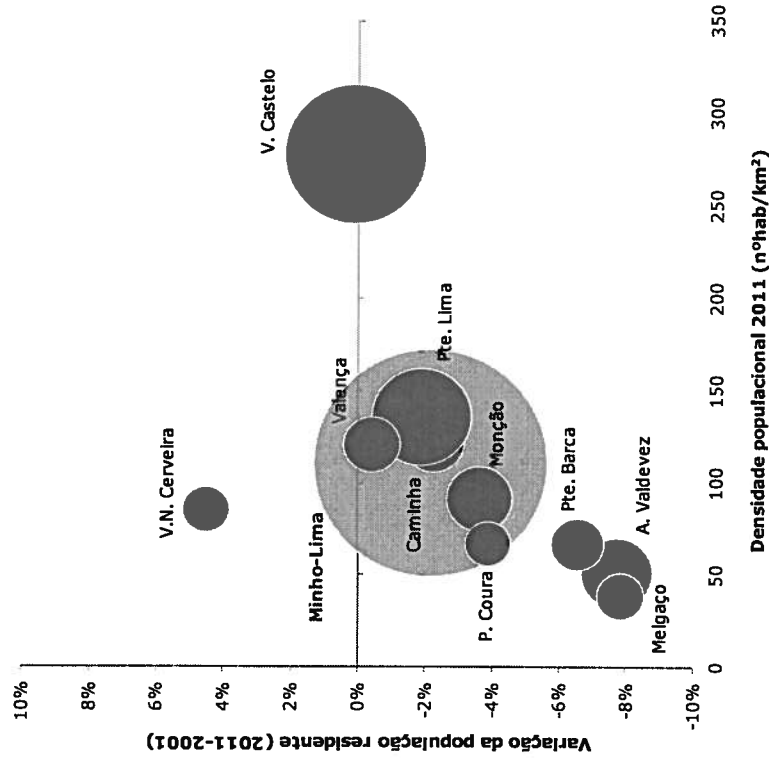
- A Região do Alto Minho acolhe cerca de 245 mil habitantes (2011), o que representa cerca de 2% da população do país e cerca de 7% da Região Norte. A população residente no Alto Minho decresceu cerca de 2% entre 2001 e 2011, o que se compara, a um nível territorial mais alargado, à evolução populacional nas regiões NUTSII Centro e Alentejo.
- A grande maioria dos Concelhos abrangidos pela Região do Alto Minho registaram, ao longo do período intercensitário 2001-2011, um decréscimo populacional, que se afigura tendencialmente mais expressivo nos Municípios menos densamente povoados. Esta constatação é corroborada por uma análise mais detalhada, ao nível de Freguesia, onde emergem como demograficamente mais dinâmicas as freguesias com um pendor urbano mais evidente, nomeadamente as coincidentes com as sedes de Concelho.

Gráfico 1: Enquadramento populacional da Região Norte e do Alto Minho no contexto nacional



Fonte: INE, Censos 2011 - Resultados provisórios

Gráfico 2: Densidade populacional e variação da população residente



Nota: A dimensão da bolha representa a população dos concelhos.
Fonte: INE, Censos 2011 - Resultados provisórios

- Na análise da dinâmica populacional a nível concelhio, a prestação do Município de V.N. Cerveira no período 2001-2011 demarca-se das restantes, traduzindo-se a sua atratividade num crescimento da população residente de cerca de 5% ao longo do período considerado. Por seu turno, a estabilidade demográfica de V. Castelo ao longo do período influenciou, de forma determinante, a evolução da Região como um todo.

2. Demografia e perfil da população

O sentido global das variações da população

- O decréscimo populacional observado no Alto Minho ao longo da última década contrasta com uma evolução favorável para o país na sua globalidade ao longo do mesmo período, bem como para a Região da Galiza.
- A densidade populacional do Minho-Lima equipara-se à média nacional, mas revela-se, em paralelo, substancialmente inferior à da Região Norte e evidencia situações bastante díspares a nível concelhio (A. Valdevez e V. Castelo como extremos neste indicador). Comparativamente, de entre as províncias da Galiza que confinam com a Região do Alto Minho, assinala-se a elevada densidade populacional observada na Província de Pontevedra.
- Os dois grupos etários mais jovens, que reúnem indivíduos até aos 24 anos, assumem proporções modestas no total da população do respectivo Município e revelam perdas substanciais ao longo do período 2001-2011, o que permite perspetivar alguma dificuldade da Região na renovação da sua população, com reflexos particulares na dimensão da bolsa de mão-de-obra disponível para o trabalho.
- Assumido-se a dinâmica populacional como um recurso basilar para o desenvolvimento de uma Região, importa, de igual modo, aferir as potencialidades e a capacidade do Alto Minho para renovar a sua população. A estrutura etária da população residente nos concelhos do Minho-Lima não diverge substancialmente, revelando uma forte preponderância dos escalões etários mais elevados, os quais reúnem pelo menos cerca de 75% dos residentes na maioria dos concelhos.

Quadro 2: Caracterização e perfil global da população

Indicadores gerais de população	Área (km ²)	População (1) (mil hab.)	Taxa de crescimento populacional (1)	Densidade populacional 2011 (hab./km ²)	Índice de envelhecimento 2011	Índices de dependência 2011				Estrutura etária da população residente 2011			
						Jovens	Idosos	Total	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos	
Portugal	92.212	10.562	2,0%	115	129	23	29	52	15%	11%	55%	19%	
Norte	21.286	3.690	0,1%	173	114	22	25	48	15%	12%	56%	17%	
Minho-Lima	2.219	245	-2,2%	110	175	21	37	58	13%	10%	53%	23%	
A. Valdevez	448	23	-7,7%	51	274	20	54	73	11%	9%	49%	31%	
Caminha	137	17	-2,3%	122	195	19	37	56	12%	11%	53%	24%	
Melgaco	238	9	-7,8%	39	413	16	68	84	9%	8%	46%	37%	
Monção	211	19	-3,6%	91	261	18	46	64	11%	9%	52%	28%	
P. Coura	138	9	-3,9%	67	220	20	44	65	12%	10%	51%	27%	
Pte. Barca	182	12	-6,6%	66	198	21	41	61	13%	11%	51%	25%	
Pte. Lima	320	43	-1,9%	136	128	24	31	55	15%	12%	53%	20%	
Valença	117	14	-0,4%	121	172	21	36	56	13%	10%	54%	23%	
V. Castelo	319	89	0,1%	278	139	21	30	51	14%	11%	56%	20%	
V.M. Cervela	109	9	4,5%	85	178	21	37	59	13%	10%	53%	24%	
Galiza	29.575	2.798	2,4%	95	176	19	33	52	11%	9%	57%	22%	
Corunha	7.950	1.146	3,4%	144	170	19	32	50	12%	9%	58%	21%	
Lugo	9.857	354	-3,3%	36	271	16	44	60	9%	9%	54%	28%	
Ourense	7.273	335	-2,9%	46	274	17	45	62	9%	9%	53%	29%	
Pontevedra	4.495	962	5,5%	214	133	21	27	48	13%	10%	58%	19%	

Nota: (1) Para Portugal, os dados da população reportam a 2011 (Censos), ao passo que os de Espanha reportam a 2010, pelo que as respectivas taxas de crescimento populacional respeitam aos períodos 2001-2011 e 2000-2010, respectivamente.

Fonte: Dados relativos a Portugal: INE, Censos 2011 - Resultados provisórios; Dados relativos a Espanha: INE - Instituto Nacional de Estadística

2. Demografia e perfil da população

As alterações na estrutura etária

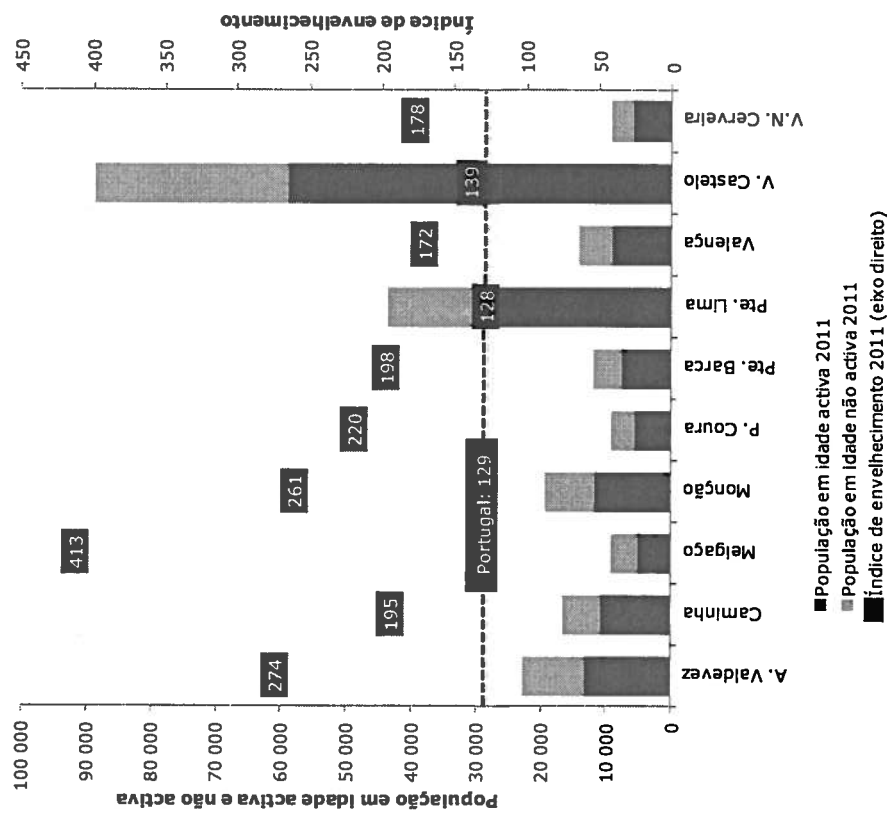
- Os índices de envelhecimento e de dependência evidenciam níveis particularmente desfavoráveis no Alto Minho, superando os valores médios nacionais e da Região Norte. A tendência de envelhecimento é preocupante quando se constata que atingem entre 10% e 30% as perdas populacionais de população jovem nos diversos concelhos. A perda populacional no Alto Minho é maioritariamente explicada por um modelo de renovação populacional que não repõe população jovem com a intensidade necessária à manutenção do perfil etário da população.
- Constata-se ainda que os municípios que configuram de forma mais determinante a valência da Região no que respeita à população activa (V. Castelo e Pte. Lima) detêm os índices de envelhecimento mais baixos no contexto dos 10 concelhos da Região. Os índices de envelhecimento e dependência dos concelhos de Melgaço, A. Valdevez e Monção prefiguram situações particularmente desvantajosas. Na comparação com as províncias da Galiza, Pontevedra revela-se mais favorável nestes domínios.

Quadro 3: Estrutura etária e variação da população

	População com menos de 24 anos		População com 25 anos ou mais	
	% no total 2011	Taxa de variação 2001-2011	% no total 2011	Taxa de variação 2001-2011
Portugal	26%	-11%	74%	8%
Norte	27%	-16%	73%	8%
Minho Lima	24%	-19%	76%	5%
A. Valdevez	20%	-28%	80%	1%
Caminha	23%	-21%	77%	6%
Melgaço	17%	-26%	83%	-1%
Monção	20%	-22%	80%	4%
P. Coura	22%	-16%	78%	2%
Pte. Barca	24%	-28%	76%	4%
Pte. Lima	27%	-19%	73%	8%
Valença	23%	-14%	77%	6%
V. Castelo	25%	-17%	75%	8%
V.N. Cerveira	23%	-11%	77%	12%
Galiza	21%	-20%	79%	11%
Corunha	21%	-20%	79%	12%
Lugo	18%	-24%	82%	3%
Ourense	18%	-23%	82%	3%
Pontevedra	23%	-18%	77%	15%

Fonte: INE, Censos 2011 e 2001

Gráfico 3: População em idade activa e não activa e índice de envelhecimento



Nota: O índice de envelhecimento retrata a relação entre a população idosa e a população jovem, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre 0 e 14 anos (expressa por 100 pessoas).

Fonte: INE - Censos 2011

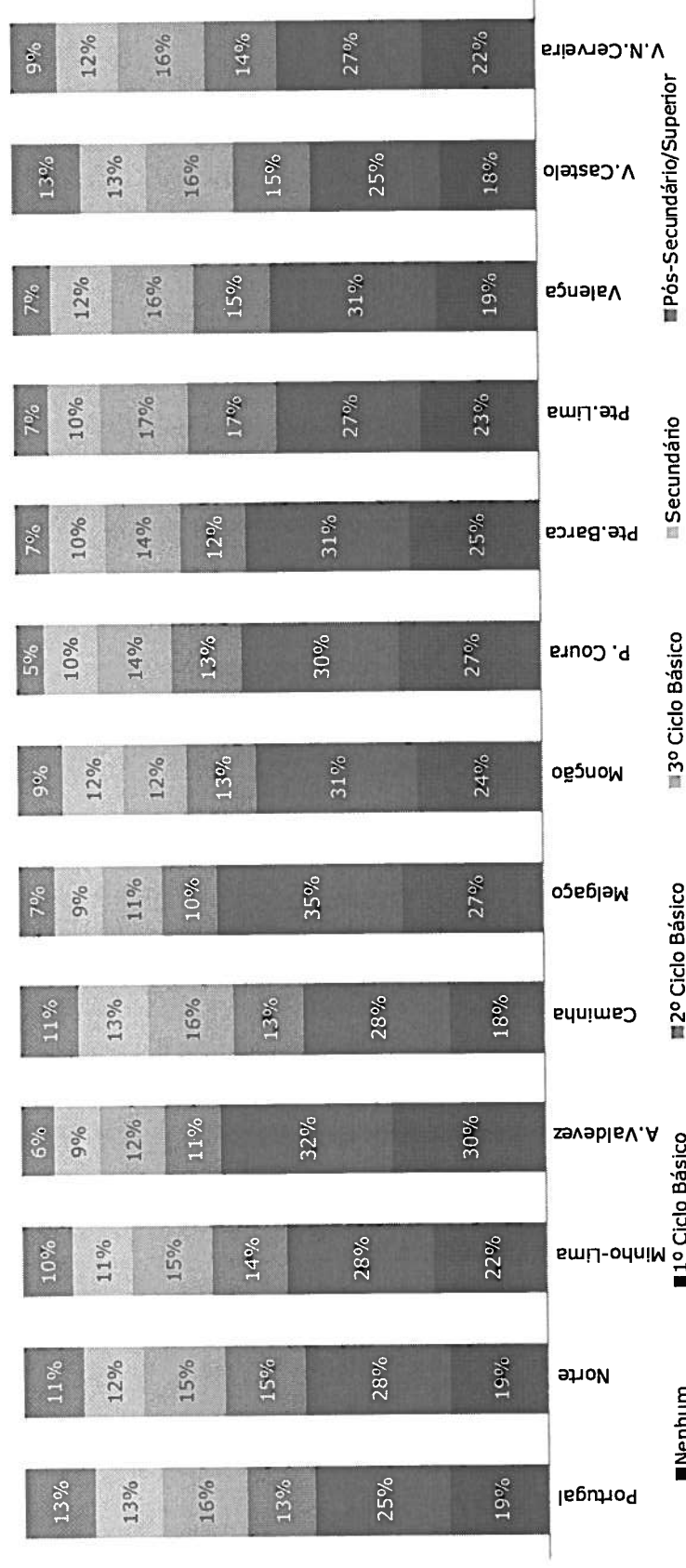
2. Demografia e perfil da população

O nível de instrução

- A população residente na Região do Alto Minho é relativamente menos escolarizada do que a população portuguesa na sua globalidade e do que a população da Região Norte.
- Nesta comparação, o Alto Minho distingue-se essencialmente nos dois níveis extremos considerados: a proporção da população residente no Alto Minho sem qualquer nível de ensino (cerca de 22%) é mais elevada e a que atinge níveis de instrução ao nível do Pós-Secundário/Superior (cerca de 21%) é inferior às correspondentes médias nacionais e para a Região Norte.
- A análise mais detalhada revela situações bastante díspares entre os vários concelhos, balizadas pela posição favorável de V. Castelo e, no extremo oposto, pela prestação de P. Coura neste indicador.

- A proporção de população com níveis de instrução mais elevados atinge valores mais expressivos em V. Castelo (13%) e Caminha (11%), que correspondem a concelhos de mais forte pendor urbano. É também nestes concelhos que a parcela da população sem qualquer nível de instrução é menos significativa.
- Em posição menos favorável no que à instrução da população diz respeito, em P. Coura cerca de 27% da população não apresenta qualquer nível de instrução, ao passo que apenas 5% atingiu o nível de instrução mais elevado aqui considerado. Situações relativamente similares são evidenciadas pelos concelhos de Melgaço e Pte. de Barca.

Gráfico 4: População residente segundo o nível de instrução mais elevado completo



2. Demografia e perfil da população

A educação e a qualificação

- Os níveis de pré-escolarização relativos ao ano lectivo 2009/2010 reportam uma posição muito favorável da generalidade dos Municípios da Região do Alto Minho, sendo que a respectiva taxa (96%) supera, em cerca de 10 p.p., as médias nacional e da Região Norte de Portugal (85% em ambos os casos).
- Os níveis de escolarização do ensino básico e do secundário superam, de igual modo, as referências nacionais e regionais, chegando o respectivo diferencial a atingir 16 p.p. na vertente de escolarização do ensino secundário.
- Os dados relativos ao ano lectivo 2007/2008 indiciam uma apetência dos alunos da Região para a participação em cursos profissionais no ensino secundário regular, predominantemente orientados para o ingresso no mundo do trabalho: os valores médios para o Distrito superam em cerca de 10 p.p. as médias nacional ou da Região Norte.
- Ao nível do ensino superior, a proporção de diplomados em áreas científicas e tecnológicas revela-se, ao invés, bastante desfavorável para a Região do Alto Minho (9,6 diplomados por 1000 habitantes), quer comparativamente com o país na sua globalidade (16,3), quer inclusivamente com a Região Norte (13,6).

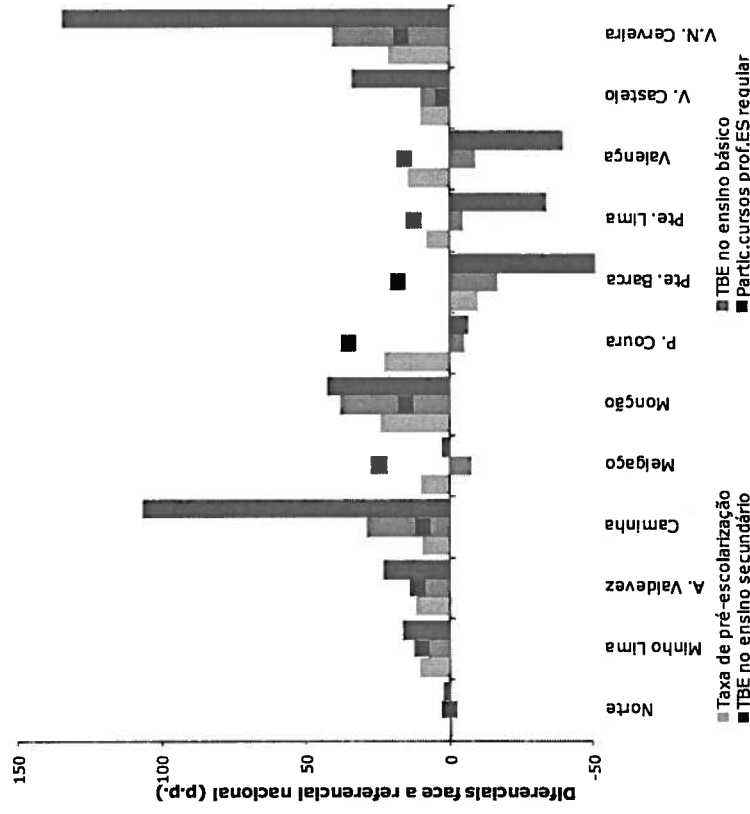
Quadro 4: Indicadores de educação

Educação	Escolaridade obrigatória (pelo menos) 2001 (1)	Taxa de retenção/desistência ensino básico 2009-10	Taxa de transição/ concl. ensino secundário 2009-10	Ensino superior completo 2001 (1)
Portugal	38,0%	7,9%	80,7%	8,6%
Norte	32,7%	7,6%	81,1%	7,1%
Minho-Lima	28,0%	4,6%	85,9%	5,4%
A. Valdevez	18,2%	5,7%	81,6%	3,0%
Caminha	32,0%	4,1%	83,2%	6,4%
Melgaço	19,6%	3,7%	82,0%	4,1%
Mongão	24,3%	3,6%	87,7%	4,3%
P. Coura	19,8%	7,8%	89,1%	2,3%
Pte. Barca	22,2%	6,9%	87,8%	3,6%
Pte. Lima	21,9%	3,1%	89,0%	3,5%
Valença	26,2%	5,8%	83,4%	3,6%
V. Castelo	37,3%	4,8%	87,2%	8,2%
V.N. Cerveira	24,8%	4,1%	78,5%	4,3%

Notas: (1) Em percentagem da população residente.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

Gráfico 5: Taxas Brutas de Escolarização (TBE) no pré-escolar e nos ensinos básico e secundário e participação em cursos profissionais



Nota: os dados reportam ao ano lectivo 2007/2008

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

- A performance global da Região no que concerne à percentagem da população que detém pelo menos os 12 anos de escolaridade obrigatória beneficia das boas prestações de V. Castelo e Caminha; a média para a Região não atinge, contudo, os referenciais para a Região Norte e diverge, em 10 p.p., da média nacional.
- Pelo contrário, a retenção/desistência no ensino básico e a transição/conclusão do ensino secundário atingem, na Região, níveis bastante confortáveis, com praticamente todos os Concelhos a superar as referências nacionais e para a Região Norte.

3. Dinâmica e potencial turístico

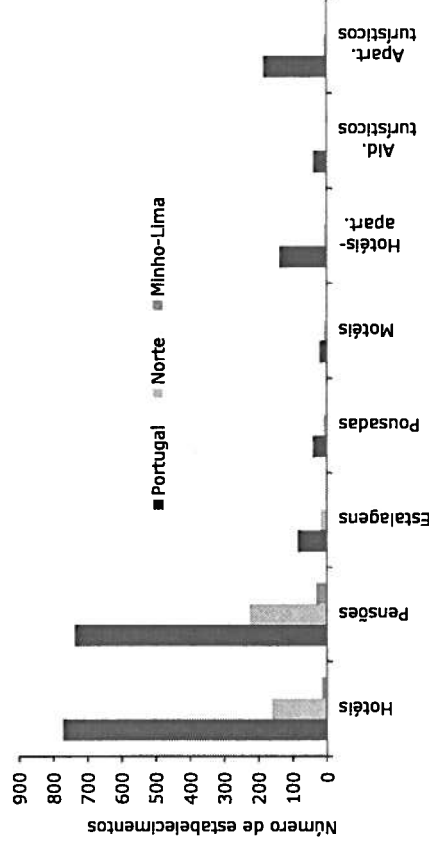
3. Dinâmica e potencial turístico

O perfil da oferta turística da região Norte

- O Alto Minho é um dos destinos turísticos do Norte de Portugal, que se diferencia pelos recursos turísticos que possui e pela sua localização privilegiada na zona de fronteira com a região espanhola da Galiza, sendo por isso fundamental conhecer o perfil do potencial turístico galego. Assim, no contexto da região Norte e no que concerne ao sector do turismo, os principais dados disponibilizados pelo INE e pela entidade nacional de Turismo, Turismo de Portugal I.P., relativamente ao ano de 2009, permitem fazer a seguinte caracterização genérica do sector:
 - A categoria hotéis concentra cerca de 60% das dormidas, seguida de pensões (23%) e de Apartamentos-turísticos (1%);
 - A taxa de sazonalidade nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros atinge 36% e o índice de amplitude sazonal é de 1,85. Os meses de Julho, Agosto e Setembro atingem os picos máximos da sazonalidade;
 - As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da região, por país de residência, mostram que a seguir a Portugal (57%), surge a Espanha (14%), a França (5%), a Alemanha (4%) e o Reino Unido (3%);
 - O REVPAR – Revenue Per Available Room representa 28,3 euros de média diária, encontrando-se em linha com a média diária nacional. Em 2007, a região Norte apresentava um valor abaixo do nacional, 26 Euros contra cerca de 32 euros do valor nacional;
 - Os passageiros movimentados em “low-cost” no aeroporto Francisco Sá Carneiro representam 44%, sendo que os passageiros desembarcados por aeroporto/cidade de origem mais representativos são: Orly (Paris) (11%), Lisboa (10%) e Barajas (Madrid) (8%);
 - Segundo dados do Instituto de Estudos Turísticos da Galiza (IET), em 2009, as dormidas dos galegos em estabelecimentos hoteleiros portugueses representaram mais de 29% das dormidas totais de espanhóis, tendo o consumidor galego gerado 7,53% do total das receitas portuguesas;
 - O destino Portugal é comercializado por 10 operadores turísticos da Galiza, 7 dos quais situados na província de Pontevedra;

- O turista galego tem uma forte relação com os destinos Porto e Norte de Portugal, pela proximidade geográfica mas também pelo acesso ao aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro, havendo companhias aéreas com serviço de transfer entre este aeroporto e as principais cidades da Galiza;
- O turismo cultural e religioso, de negócios, de sol e praia e de saúde e bem-estar são as principais motivações da deslocação dos galegos a Portugal;
- Os estabelecimentos de turismo de habitação e no espaço rural na região Norte representam 41% do valor nacional, correspondendo a 28% das dormidas. A taxa de ocupação permite verificar que a modalidade agro-turismo, hotel rural e turismo da aldeia são as mais representativas, 23%, 21% e 17%, respectivamente;
- Os 52 parques de campismo existentes na região Norte representam 23% do valor nacional. O número de campistas corresponde a 31.000, cerca de 17% do valor nacional;

Gráfico 6 – Número de estabelecimentos hoteleiros por tipologia



Fonte: INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, 2009,

3. Dinâmica e potencial turístico

Inserção do Minho-Lima na “região turística do Porto e Norte”

- O Minho-Lima insere-se na região turística do Porto e Norte que, segundo o PENT deverá ser o destino do País com um dos melhores desempenhos em termos de crescimento, prevendo-se que cresça anualmente a uma taxa de 8,5%, atingindo mais de 1,7 milhões de dormidas de estrangeiros em 2015.
- O turismo natureza possui elevado potencial em Portugal, sendo a região Norte uma das prioritárias para investimentos neste domínio. Em 2015 espera-se que o Turismo Natureza dirigido a Portugal motive 43,3 milhões de viagens (crescimento anual de 7%, segundo o PENT), sendo a Alemanha e a Holanda os principais mercados emissores (representando 25% e 21% desse mercado).
- Concentravam-se na região Norte 44% das Unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) existentes em Portugal em 2008.

Quadro 4: Factores distintivos e acções a desenvolver na região turística do Porto e Norte, segundo o PENT

City break	Touring/T. natureza	Turismo de negócios	Saúde e Bem-estar, Gastronomia e Vinhos	
<ul style="list-style-type: none"> • Cidades com escala humana e autênticas; • Vinho do Porto • Arquitectura contemporânea 	<ul style="list-style-type: none"> • Património cultural e paisagístico • Quintas do vinho do Porto • Rio Douro • Cruzeiros no Douro • Parques Naturais • (...) 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta hoteleira de referência centrada na Boavista (Porto) • Interesse cultural e enogastronómico na cidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade gastronómica • Notoriedade do vinho do Porto • Qualidade e diversidade das águas termas • (...) cluster gastronomia e vinhos • (...) Pólo turístico do Douro • (...) spas para o Douro • Requalificar e dinamizar as estâncias termas 	
Principais acções a desenvolver	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ZTLs no Porto • (...) oferta de conteúdos nos museus e monumentos • Marketizar as caves do vinho do Porto 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver rotas temáticas (ex: Vinho do Porto) • (...) infra-estrutura para congressos de grande dimensão (+ 1000 pessoas) na cidade do Porto • (...) captação com outras regiões 		

potencialidades turísticas do Alto Minho que se podem articular com os objectivos da estratégia nacional de turismo definidos para a região Porto e Norte de Portugal

Caixa 1: Recursos do Minho-Lima nas estratégias nacionais (PENT) e regionais (PROT-N) de desenvolvimento turístico

PENT – os principais recursos da região Norte
<ul style="list-style-type: none"> • Cidade do Porto; • Caves de Gaia - Vinho do Porto; • Cidades históricas (Guimarães, Braga e Viana); • Rio Douro; • Alto Douro Vinhateiro; • Parques Naturais (ex: Parque Nacional da Peneda –Gerês); • Património arqueológico (Foz Côa); • Gastronomia e Vinhos (ex: Vinho do Porto)

PROT Norte – os principais recursos da região Norte
<ul style="list-style-type: none"> • O PROT Norte identifica e considera essenciais para o desenvolvimento turístico regional, os objectivos “Excelência, Competitividade e inovação e a Sustentabilidade”; • Este Instrumento assume o Norte de Portugal como uma Região Turística com quatro destinos: Porto, Minho, Trás-os-Montes e Douro; • O Programa de Acção centrado nos produtos turísticos prioritários da Região Norte assume o Turismo Natureza, o Turismo Náutico, e a Gastronomia & Vinhos-Enoturismo como grau de prioridade muito elevado e o Turismo de Saúde e Bem-Estar, o Turismo Histórico-Cultural (Touring) e o Golfe como grau de prioridade elevado.

Fonte: Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), Ministério da Economia e da Inovação, 2007 e PROT- Norte, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

- O Minho-Lima possui recursos turísticos que se enquadram nos factores distintivos que o PENT, pelo seu potencial de projecção e impacto à escala nacional, segmenta para a região do Porto e Norte: destacam-se as cidades históricas e os parques naturais, nomeadamente o Parque Nacional da Peneda Gerês e ainda a gastronomia e os vinhos.
- Em termos regionais, O PROT Norte, em linha com o instrumento anterior acrescenta ainda o turismo náutico, o turismo saúde e bem-estar, o turismo histórico-cultural e o golfe como produtos turísticos a empreender para o destino turístico Alto Minho.

3. Dinâmica e potencial turístico

Oferta turística

- A região do Alto Minho revelou uma diminuição de 4% do número de estabelecimentos hoteleiros, entre 2002 e 2010, resultante do equilíbrio entre o aumento de unidades hoteleiras em A. Valdevez, Melgaço, Valença e V. N. Cerveira, e o encerramento de unidades hoteleiras em Caminha, Pte. Barca e V. Castelo. Esta tendência insere-se num quadro de um ténue crescimento do número de estabelecimentos hoteleiros da região Norte 1% (passando de 436 para 441 unidades hoteleiras), abaixo do resultado obtido a nível nacional (6%).
- A tipologia de unidades hoteleiras prevalecente no Alto Minho é a de "pensões" (31) seguida de "hotéis" (15), sendo que Pte. Barca, P. Coura e Monção não possuem nenhum hotel. As outras tipologias não apresentam quaisquer ocorrências, ou são bastante residuais para o conjunto dos concelhos.
- A capacidade de alojamento por habitantes no Minho-Lima (14 camas por 1.000 habitantes) é superior ao referencial da região Norte (10 camas por 1.000 habitantes), embora fique aquém do patamar nacional (26 camas por 1.000 habitantes). V. Castelo é o concelho que concentra maior número de estabelecimentos e capacidade hoteleira (17 estabelecimentos com uma capacidade de 1.483 camas), denotando os reflexos da sua capacidade de atracção enquanto maior pólo urbano da região, cabendo a V. N. Cerveira a maior intensidade de nº de camas por cada 1.000 habitantes (31 camas).
- A capacidade de alojamento do Minho-Lima aumentou 10% entre 2002-2010 (diferencial de 3.192 para 3.504 camas), sendo este acréscimo inferior ao observado no país e na região Norte. Os concelhos que mais aumentaram a sua capacidade de alojamento foram os concelhos de Pte. Lima e V. N. Cerveira; em contrapartida, o encerramento de unidades hoteleiras em Pte. Barca e Caminha reduziu a capacidade de alojamento destes concelhos em cerca de 22% e 35%, respetivamente.

Quadro 5: Oferta turística

	Estabelecimentos Hoteleiros (Nº)				Capacidade de Alojamento (Nº)			
	2002	2010	Var. (02/10)	2002	2010	Var. (02/10)	Capacidade de alojamento por 1.000 habitantes (2010)	
Portugal	1.890	2.011	6%	239.903	279.506	17%	26	
Norte	436	441	1%	31.308	38.386	23%	10	
Minho Lima	57	55	-4%	3.192	3.504	10%	14	
A. Valdevez	3	4	33%	181	188	4%	8	
Caminha	12	7	-42%	674	437	-35%	27	
Melgaço	2	4	100%	166	224	35%	24	
Monção	3	3	0%	100	100	0%	5	
P. Coura	1	1	0%	42	43	2%	5	
Pte. Barca	5	4	-60%	125	98	-22%	8	
Pte. Lima	3	3	0%	142	230	62%	5	
Valença	6	7	17%	383	432	13%	30	
V. Castelo	18	17	-6%	1.208	1.483	23%	16	
V. N. Cerveira	4	5	25%	171	269	57%	31	

Fonte: INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, 2010

3. Dinâmica e potencial turístico

Turismo natureza e oferta turística em espaço rural

- O PENT identifica o turismo natureza como um produto turístico prioritário para a região Norte. Actualmente este produto representa 22 milhões de viagens na Europa, representando 9% do total da viagens de lazer realizadas pelos europeus. Os turistas oriundos da Alemanha e da Holanda são os que evidenciam maior preferência por este tipo de turismo.
- A oferta do Alto Minho é rica em termos de áreas naturais, sendo o Parque Nacional da Peneda Gerês o seu grande “embaixador”, não apenas enquanto elemento natural, mas também enquanto espaço para a prática de desporto aventura, birdwatching, trilhos, entre outras modalidades. Das 12 áreas protegidas da região Norte, 4 pertencem ao território do Alto Minho: Parque Natural da Peneda Gerês; Parque Natural do Litoral Norte; Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandós e S. Pedro de Arcos, e Paisagem Protegida do Corno do Bico. Para além destas destacam-se ainda a serra D’Arca e o sistema hidrográfico associado ao rio Minho e Lima.

- O Parque Nacional da Peneda Gerês, no ano de 2010, foi visitado por mais de 48.000, representando cerca de um quarto do conjunto de visitantes de todas as áreas naturais de protecção nacional, visitadas nesse ano, num total de cerca de 190.000 visitantes.
- O quadro representa o número de estabelecimentos nas modalidades de turismo de habitação e em espaço rural, permitindo verificar que os concelhos do Alto Minho, em sintonia com as suas características naturais-rurais e o seu passado histórico têm vindo a assumir a herança das casas senhoriais, palácios e quintas e as suas aldeias típicas como forma de potenciar o turismo da região.
- O turismo termal da região Norte representa 79% das inscrições (que se equiparam a estadias) nos estabelecimentos termais nacionais. Este tipo de turismo é exequível nas termas de Monção e Melgaço (em processo de reabilitação), sugerindo uma perspectiva de articulação integrada e em rede com toda a região Norte. Em Melgaço as termas encontram-se fechadas, contando-se que reabram a breve termo.

Quadro 6: Estabelecimentos em modalidade de turismo de habitação e de espaço rural

	Turismo Espaço Rural - TER		Hotéis Rurais	Agro-turismo	Turismo Habitação	Turismo Rural e Agro-turismo
	Casas Rústicas	Aldeias de Portugal				
A. Valdevez	4	Sistelo; Soajo	2	Quinta de Cortinhas; Quinta de Parada do Vez	5	8
Gaminha	1		1			4
Melgaço	5	Castro Laboreiro; Brandá da Avela	2	Quinta da Calçada	1	
Monção	3			Quinta de Santo António	1	1
P. Coura	9	Lindoso; Germil	2	Quinta da Casa do Paço	1	17
Pte.Barca	5		1	Quinta da Prova	9	23
Pte. Lima		Casa da Encruzilhada; Moinho de Estorãos; Casa de Galba; Casa do Saigueirinho; Casa de São Gonçalo		Quinta da Arga; quinta da Aldeia; Quinta do Rei; Quinta da Roselira; Quinta de Santa Baía; Quinta do Rei; Quinta da Roselira; Quinta de Santa Baía	1	1
Valença	6	Casa da Eira		Quinta da Arga; quinta da Aldeia; Quinta do Rei; Quinta da Roselira; Quinta de Santa Baía	1	2
V. Castelo				Quinta do Paço de Anha	1	2
V. N. Cerveira				Quinta de São Roque	2	

■ Número de alojamentos segundo as diferentes tipologias de TER.

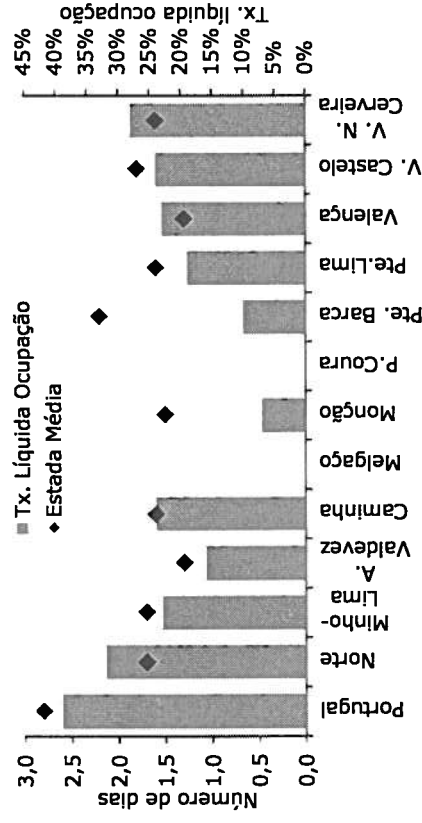
Fonte: Levantamento efectuado segundo consulta a aos sites oficiais das Câmaras Municipais, sendo possível que existam outros estabelecimentos que não foram identificados. Na tabela encontra-se a designação dos estabelecimentos que se encontram classificados pela Associação de Turismo de Habitação - TURIHAB. Ver www.turihab.pt.

3. Dinâmica e potencial turístico

Procura turística

- O número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do Alto Minho registou, entre 2002 e 2010, um acréscimo percentual abaixo dos valores nacionais e da região Norte (9% e 36%, respetivamente), representando apenas 6% das dormidas da região Norte. Este ténue crescimento parece ser marcado por uma tendência de contração da procura turística, em alguns concelhos, que teve início em 2007, e tem-se vindo a agravar. É o caso de Monção e Valença, em que se registou uma quebra de 69% e 10% nas dormidas, respetivamente. A. Valdevez e V. N. Cerveira aumentaram de forma significativa o número de dormidas.
- Os hóspedes permanecem menos de 2 dias nos estabelecimentos hoteleiros do Alto Minho. Pte. Barca é o concelho em que a estadia média é mais prolongada, sendo que o concelho de A. Valdevez é aquele em que a estadia média é mais reduzida.
- Os concelhos de V. N. de Cerveira, V. do Castelo e Caminha atingem as taxas líquidas de ocupação mais elevadas, por oposição a Pte. Barca e Monção. O facto de Pte. Barca estar numa posição favorável quando se faz referência à estadia média e numa posição desfavorável quando se analisa a taxa de ocupação das camas disponíveis, sugere que a oferta poderá estar sobredimensionada.

Gráfico 7: Estadia média e taxa líquida de ocupação das camas dos concelhos do Alto Minho



Nota: não existem dados disponíveis para os concelhos de Melgaço e P. Coura
 Fonte: INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, 2010

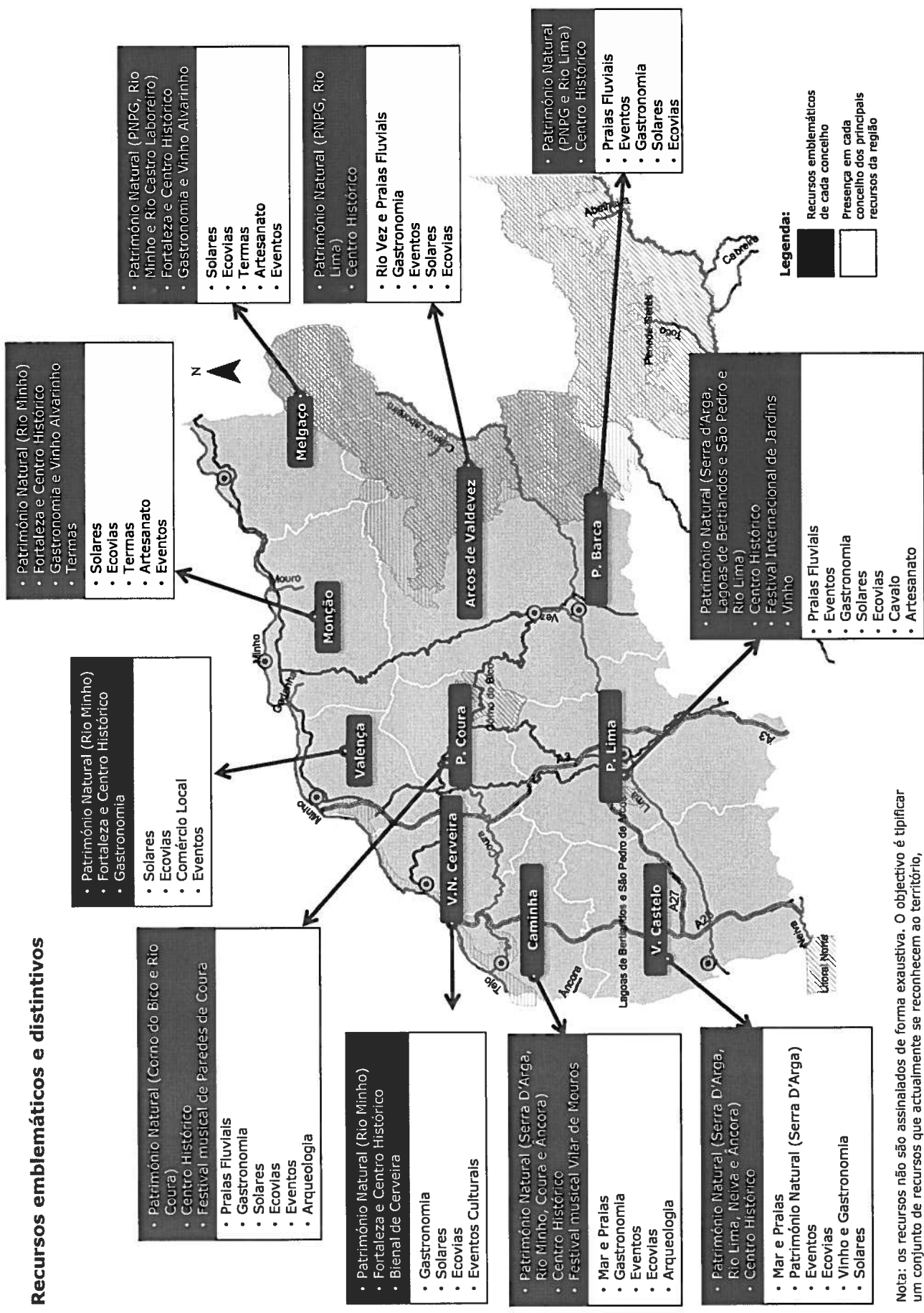
Quadro 7: A procura turística dirigida ao Alto Minho

	Dormidas		Hóspedes por habitante	Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros por 100 habitantes
	2010 (milhares)	Variação (02/10)		
Portugal	37.391,3	9%	1,3	351,5
Norte	4.437,8	36%	0,7	118,6
Alto Minho	274,9	8%	0,7	110,3
A. Valdevez	10,7	90%	0,3	44,9
Caminha	32,1	-	1,2	195,3
Melgaço	-	-	-	-
Monção	2,3	-69%	0,1	12,1
P. Coura	-	-	-	-
Pte. Barca	2,6	-	0,1	19,9
Pte. Lima	17,6	20%	0,3	39,7
Valença	32,4	-10%	1,7	226,3
V. Castelo	129,1	25%	0,8	141,4
V. N. Cerveira	26,2	61%	1,8	304,5

Fonte: INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, 2010

- Existe capacidade instalada para acomodar um aumento da procura dirigida ao Alto Minho, conforme sugere o facto do número de dormidas por 100 habitantes do Minho Lima ser inferior ao referencial da região Norte (110,3 e 118,6 dormidas por 100 habitantes, respetivamente), num quadro em que a capacidade de alojamento por 1.000 habitantes é superior (14 e 10 camas por 1.000 habitantes, respetivamente).
- A proporção de 24% de hóspedes estrangeiros no Alto Minho está abaixo dos 37% atingidos na região Norte e em Portugal (51%), tendo havido um decréscimo entre o período 2002 a 2010 para todos os territórios em análise. Os concelhos de V. Castelo e Pte. Lima são aqueles que evidenciam maior proporção de hóspedes estrangeiros, respetivamente, 34% e 26%. Em oposição, Pte. Barca e A. Valdevez são aqueles que apresentam menor proporção.

3. Dinâmica e potencial turístico



Nota: os recursos não são assinalados de forma exaustiva. O objectivo é tipificar um conjunto de recursos que actualmente se reconhecem ao território, independentemente do seu grau de orientação para a exploração turística.

Hierarquia do património natural, paisagístico e construído do Alto Minho

Pólo de Atractividade Imediata

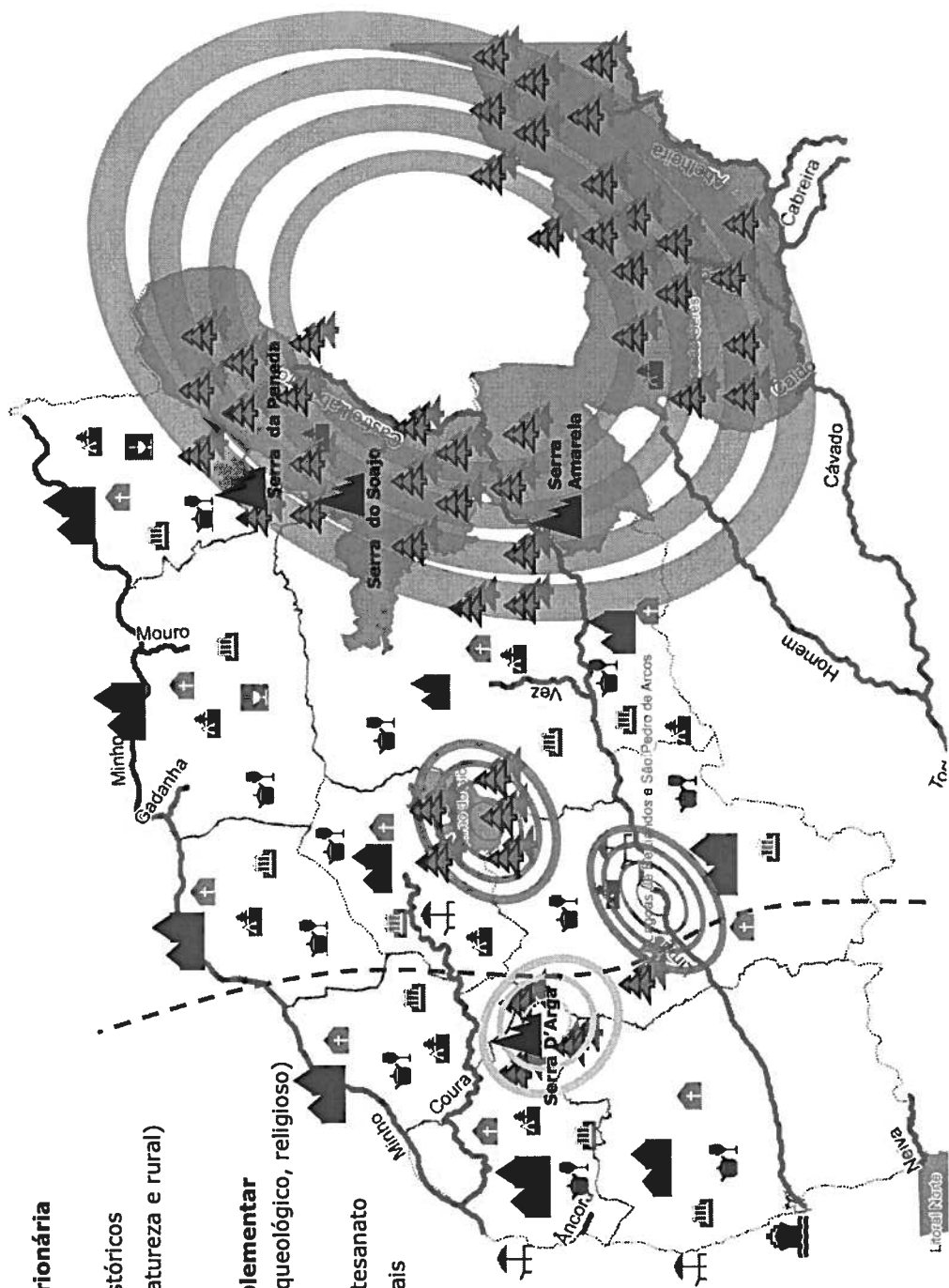
- 1º Nível – Parque Nacional Peneda Gerês
- 2º Nível – Área Protegida de Corno do Bico e Lagoas de Bertandios e S. Pedro de Arcos
- Rio Minho e Rio Lima

Pólo de Atractividade Embrionária

- Serra D'Arga
- Fortalezas e Centros Históricos
- Alojamento Turístico (natureza e rural)
- Vinho e Gastronomia

Pólo de Atractividade Complementar

- Património histórico (arqueológico, religioso)
- Caminhos de Santiago
- Património cultural e artesanato
- Praias marítimas e fluviais
- Termas



Nota: esta hierarquização corresponde a uma aproximação ao interesse e potencial de atratividade projetado junto dos visitantes/turistas.

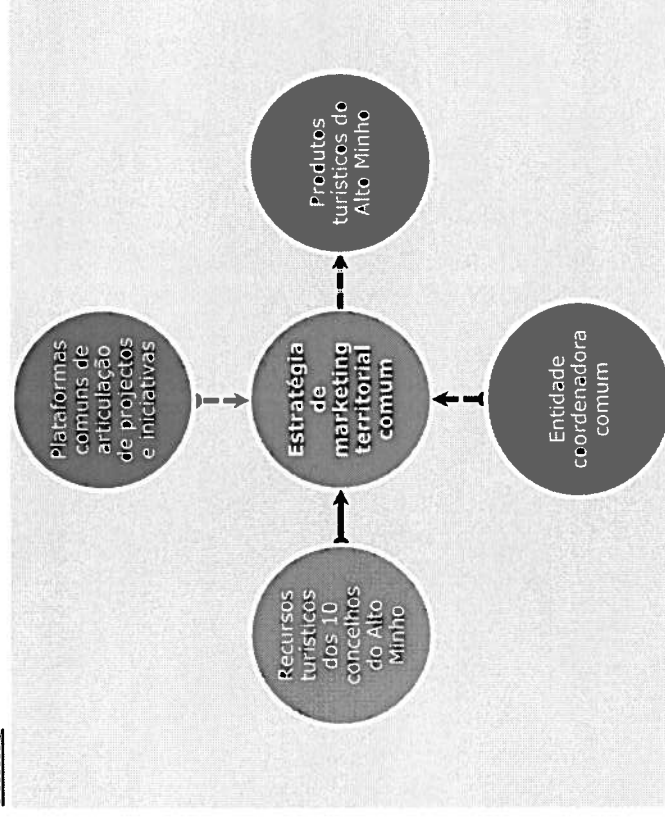
3. Dinâmica e potencial turístico

Potencialidades turísticas

- O Alto Minho reúne um conjunto relativamente diferenciado de recursos turísticos, identificando-se, no conjunto dos 10 concelhos, algumas similaridades que podem ser potenciadas e promovidas em conjunto, e/ou em agrupamentos mais restritos de concelhos, numa perspectiva integrada e a diferentes escalas.
- Reconhece-se a pertinência actual da necessidade identificada de promover o território na base de plataformas de actuação comuns, a nível nacional e internacional, garantindo a existência de uma estrutura de coordenação e gestão que possa representar todo o território numa perspectiva institucional e efectivamente operativa.
- A transformação do conjunto de recursos em produtos turísticos é um processo complexo e dinâmico, que envolve estratégias de marketing territorial de base alargada, ao nível da gestão, operacionalização e promoção do território, que de outra forma ficam aquém das potencialidades identificadas.
- Este facto está patente em diversas iniciativas que cada concelho leva a cabo de forma isolada e que, se desenvolvidas numa perspectiva integrada de base comum, poderiam ter maior alcance. A título exemplificativo, podem referir-se: eventos que ocorrem nas mesmas datas em concelhos diferentes, tornando-se concorrenciais entre si; a realização dos festivais de P. Coura e Vilar de Mouras, ambos reconhecidos internacionalmente, sem que se beneficie da promoção de outros produtos que lhes poderia ser associada; a falta de uma aposta conjunta na promoção dos desportos de natureza, nomeadamente os náuticos, associados aos rios Lima e Minho e seus afluentes e ainda à costa marítima; os trilhos ou percursos; a gastronomia; os vinhos; o património histórico construído e a sua história; os caminhos de Santiago, entre outros, de índole cultural como sejam a Bienal de V. N. Cerveira, ou o próprio Festival Internacional de Jardins de Ponte de Lima.
- O património natural existente no Alto Minho merece um destaque particular, porquanto possui uma dimensão e importância que permitem uma atracção turística muito específica e com cada vez mais adeptos em todo mundo, nomeadamente vindos da Europa, mas que necessita de ser potenciado numa óptica alargada e conjunta, ainda que em respeito pela preservação dos elementos naturais, a sua maior valia.

- O turismo natureza permite desenvolver actividades que vão desde a contemplação paisagística, aos trilhos, ao birdwatching, aos desportos radicais e que facilmente pode ser integrado com outras formas de turismo valorizadoras do alojamento, permitindo uma maior estada do turista neste território.
- Destaque para a exploração da possibilidade de incorporar numa estratégia comum de promoção, de nível internacional, a mais-valia decorrente do grande número de emigrantes e luso-descendentes com origem no Alto Minho e que constituem um público-alvo com bastante potencial a nível turístico e de investimento.

Figura 3: Estratégia conjunta de promoção turística do Alto Minho



4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

Dinamismo da actividade económica

- Crescimento do número total de unidades empresariais alinhado com o País e a região Norte, superado apenas pelas NUTSIII do Cávado e do Alto Trás-os-Montes. O número de unidades industriais apresenta uma evolução em sentido inverso, alinhada com a redução do número de estabelecimentos generalizada à envolvente (com excepção do Alto de Trás-os-Montes). Os estabelecimentos industriais localizados no Minho-Lima têm uma dimensão média superior ao País, à região Norte e às NUTSIII de proximidade (com excepção do Ave).
- O ritmo anual de crescimento do emprego é inferior ao ritmo de crescimento das unidades empresariais, indiciando uma tendência de diminuição da dimensão média das unidades empresariais. No caso da indústria torna-se ainda mais nítida esta tendência de redução da sua dimensão média, comprovada pelo facto do ritmo da diminuição do número de estabelecimentos industriais ser acompanhado por um ritmo ainda mais intenso de redução dos postos de trabalho que lhes estão associados.
- Relevância industrial tendencialmente menos expressiva no Alto Minho face às NUTSIII do Cávado e do Ave, consubstanciada pelo menor peso relativo dos estabelecimentos e emprego industriais. Ritmos de criação de postos de trabalho na indústria em contrarrio com as dinâmicas do emprego total, ainda que as perdas líquidas de emprego industrial (1,1%, entre 2000 e 2009) sejam inferiores ao referencial nacional, à NUTSII Norte e às NUTS III do Cávado e do Ave, num contexto onde apenas o Alto de Trás-os-Montes apresenta ganhos líquidos do emprego industrial.
- A dependência do emprego face às grandes unidades empresariais no Alto Minho é inferior à verificada no País, na NUTSII Norte e nas NUTSIII de proximidade. Contudo, a concentração do emprego em grandes estabelecimentos na indústria é mais expressiva no Alto Minho do que nas NUTS em análise.

Quadro 8: Dimensão da actividade económica

	No Estabelecimentos (2009)		No Postos de trabalho (2009)		Dimensão média dos estabelecimentos		Taxa média anual de crescimento de Estabelecimentos e Emprego (TMAC 2000-2009)				Estrutura do emprego por dimensão do estabelecimento (2009)				% emprego industrial em estab. grandes (2009)
	Total	% Indústria	Total	% Indústria	Total	Indústria	Total Estab.	Estab. industriais	Emprego Total	Emprego Industrial	1 a 9	10 a 49	50 a 249	+ 250	
Portugal	407.172	11,9%	3.110.139	21,9%	7,6	14,1	2,7%	-0,2%	1,4%	-2,4%	32,7%	30,8%	22,1%	14,4%	3,4%
Norte	140.324	16,9%	1.063.382	32,5%	7,6	14,6	3,0%	-0,8%	0,9%	-2,6%	32,5%	33,0%	23,1%	11,4%	4,4%
Minho-Lima	9.603	11,5%	58.980	26,5%	6,1	15,3	2,9%	-0,4%	2,0%	-1,1%	59,8%	32,0%	15,9%	12,4%	8,1%
A. Valdevez	832	11,1%	4.321	35,4%	5,2	16,6	3,9%	4,2%	4,7%	6,5%	46,5%	22,8%	22,3%	8,4%	8,4%
Caminha	657	8,7%	3.417	16,0%	5,2	9,6	2,6%	2,9%	2,5%	-0,6%	47,5%	27,7%	24,8%	-	-
Melgaço	276	9,4%	1.060	14,8%	3,8	6,0	4,2%	3,2%	4,9%	5,6%	60,4%	34,0%	5,7%	-	-
Monção	732	13,9%	3.315	25,3%	4,5	8,2	2,9%	0,4%	3,2%	1,4%	52,7%	37,2%	10,1%	-	-
P. Coura	270	10,0%	1.228	32,6%	4,5	14,8	3,4%	-1,0%	-1,0%	-4,5%	49,5%	25,3%	25,2%	-	-
Pte. Barca	465	7,7%	2.025	12,8%	4,4	7,2	3,7%	0,9%	2,2%	-2,0%	55,7%	37,4%	7,0%	-	-
Pte. Lima	1.746	11,1%	9.412	25,4%	5,4	12,3	3,5%	-1,1%	0,9%	-1,1%	43,9%	37,1%	15,0%	4,1%	4,1%
Valença	721	9,0%	4.788	21,4%	6,6	15,8	1,4%	-0,3%	4,9%	2,6%	38,6%	22,0%	15,9%	23,5%	6,8%
V. Castelo	3.545	12,8%	25.941	31,0%	7,3	17,7	2,7%	-1,3%	1,4%	-2,6%	34,0%	35,0%	12,5%	18,5%	11,7%
V. N. Cerveira	359	13,9%	3.473	47,3%	9,7	32,9	2,5%	-1,5%	2,6%	-0,5%	26,3%	18,1%	36,8%	18,8%	18,8%
Cávado	17.196	18,7%	122.993	33,3%	7,2	12,8	3,5%	-0,9%	1,6%	-2,3%	34,5%	36,0%	21,8%	7,8%	3,6%
Ave	19.619	25,3%	165.163	51,9%	8,4	17,2	2,5%	-1,1%	-0,3%	-3,0%	29,7%	33,2%	26,6%	10,4%	7,8%
Alto Trás-os-Montes	6.735	10,5%	31.128	15,2%	4,6	6,7	3,6%	1,8%	2,8%	0,5%	53,1%	34,5%	12,5%	-	-

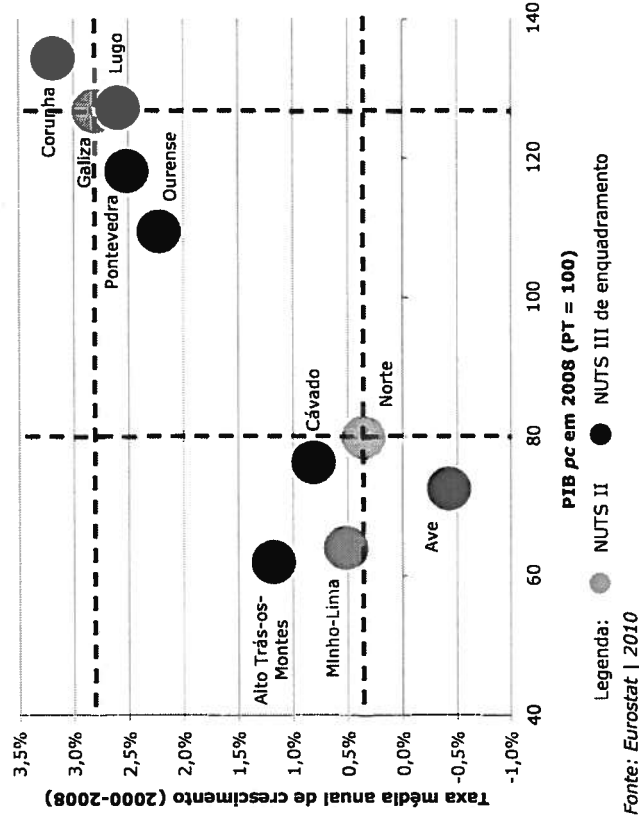
Fonte: Elaborado com base em dados dos Quadros de Pessoal, 2000 e 2009

4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

Modelo de crescimento

- O nível de vida atingido pelas NUTSIII Minho-Lima e Alto Trás-os-Montes fica aquém dos referenciais nacionais e, em 2008, ficou abaixo desse patamar de referência em mais de 30%. A evolução real do PIB *per capita* das NUTSIII do Minho-Lima e do Cávado apresenta ritmos anuais de crescimento inferiores a 1%/ano entre 2000 e 2008, ainda que ligeiramente superiores ao País. Alto Trás-os-Montes, embora se posicione abaixo do patamar nacional de qualidade de vida em cerca de 40%, atingiu neste período um ritmo de crescimento ligeiramente superior (acima de 1%/ano). A tendência no Ave de perda de riqueza ao longo deste período é contra cíclica face ao País.
- A trajetória de crescimento da região do Minho-Lima acompanha o padrão nacional, em que os ligeiros avanços obtidos em termos de aumento dos níveis de produtividade mais do que compensam os ligeiros recuos na intensidade de utilização dos recursos humanos (justificados, em larga medida, pelo processo de envelhecimento populacional).

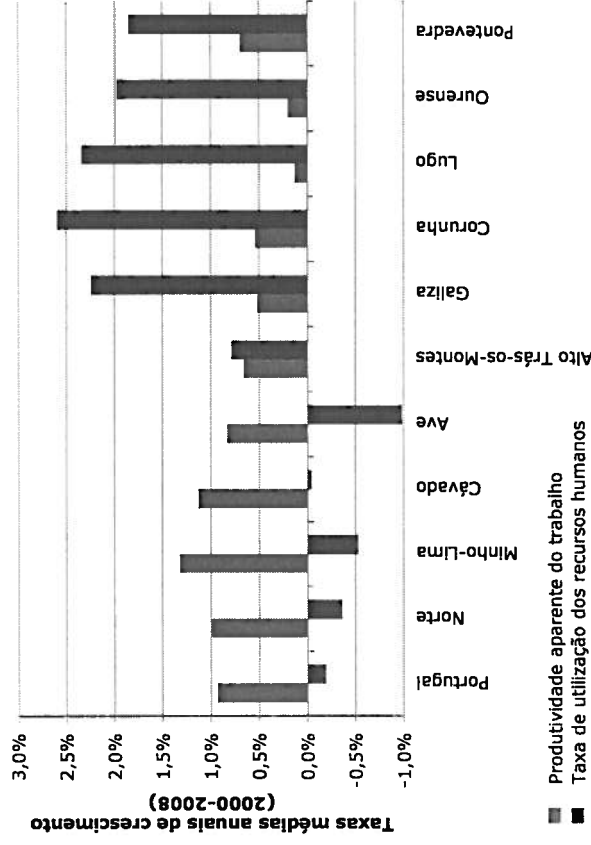
Gráfico 8: PIB *per capita* e evolução real do PIB *per capita*



Fonte: Eurostat | 2010

- O patamar de qualidade de vida proporcionado pelos níveis de PIB per capita da Galiza e das províncias da Corunha, Lugo, Ourense e Pontevedra superam claramente o patamar português, com dinâmicas de crescimento cerca de duas vezes superiores para o período em análise, embora o seu posicionamento relativo esteja abaixo do referencial espanhol, com a Corunha a registar maior aproximação ao PIB *per capita* espanhol, ainda assim inferior em cerca de 13% ao PIB *per capita* de Espanha. O modelo de crescimento que sustenta o ritmo mais acelerado de crescimento do PIB *per capita* destas regiões espanholas é explicado por uma conjugação cumulativa de aumentos dos níveis de produtividade e da intensidade de utilização dos recursos humanos, com a intensidade de contributo dos níveis de utilização de recursos humanos a superar o da produtividade. O modelo de crescimento económico destas regiões espanholas difere do português na medida em assenta, maioritariamente, no aumento dos níveis de emprego do que no aumento da produtividade, principal alavanca do crescimento económico português neste período.

Gráfico 9: Evolução da taxa de utilização dos recursos humanos e da produtividade aparente do trabalho

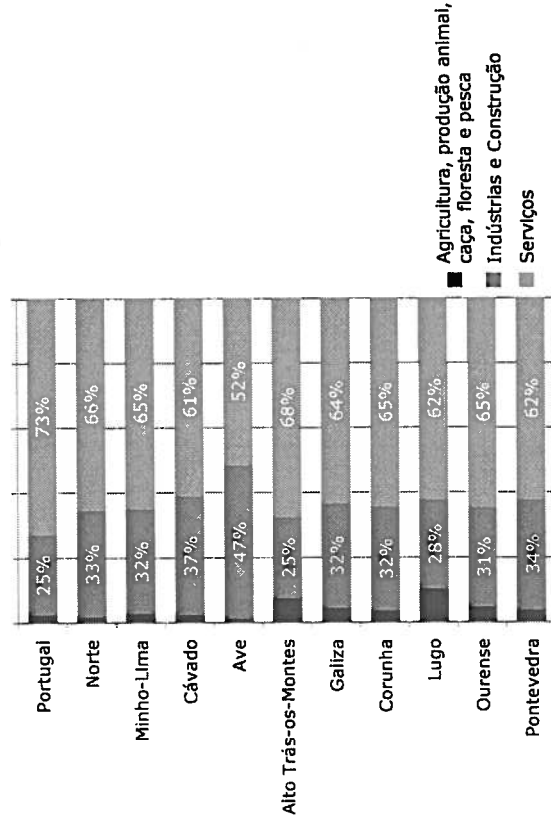


4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

Especialização produtiva na óptica da produção de riqueza

- O sector primário representa cerca de 3% da riqueza produzida no Alto Minho, ligeiramente superior ao peso deste sector na riqueza produzida no País (2,4%). O Alto Minho revela uma especialização mais vinculada que a região Norte e as NUTSIII do Cávado e do Ave neste sector. O Alto Trás-os-Montes destaca-se das unidades territoriais nacionais, revelando uma especialização produtiva, na óptica da criação de riqueza, mais de três vezes superior ao País. A Galiza e as províncias que a constituem apresentam uma especialização produtiva na agricultura tendencialmente mais vinculada face ao contexto espanhol, com a província do Lugo a destacar-se com uma especialização cerca de quatro vezes superior a Espanha, e com contributos para a produção de riqueza superiores aos verificados nas regiões portuguesas.
- A Galiza revela especialização mais forte no sector primário e moderada no sector secundário em relação ao padrão espanhol, em contraste com o Alto Minho, com especialização mais acentuada nas indústrias e construção e moderada no sector primário, face ao País.

Gráfico 10: Composição sectorial da riqueza criada (VAB)



Nota: o VAB (Valor Acrescentado Bruto) reporta ao ano 2008.
Fonte: INE Portugal, Contas regionais, e INE Espanha | 2010

- As indústrias e a construção assumem um peso no Alto Minho (33%) superior ao registado no País e alinhado com a região Norte, num contexto em que as NUTSIII do Cávado (37%) e Ave (47%) apresentam um pendor mais industrial e o Alto Trás-os-Montes demonstra um alinhamento com a estrutura verificada no País.
- O sector dos serviços é responsável por cerca de 65% da riqueza produzida no Alto Minho, valor inferior ao registado no País e alinhado com a região Norte, sendo apenas superado pelo Alto Trás-os-Montes. A Galiza e as suas províncias evidenciam um menor pendor do sector terciário, no contexto espanhol. A especialização produtiva do Alto Minho, quando analisada na óptica da criação de riqueza, evidencia que, em geral, esta é uma região onde os sectores ligados à produção de bens (agricultura, indústria e construção) são mais representativos, antecipando-se um percurso evolutivo onde os serviços deverão ganhar terreno.

Quadro 9: Especialização produtiva por grandes sectores de actividade (QL do VAB)

	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias e Construção	Serviços
Portugal = 100	70	133	90
Norte	111	131	89
Alto Minho	93	148	84
Cávado	48	192	71
Ave	315	101	93
Alto Trás-os-Montes	167	113	92
Galiza	130	113	94
Corunha	380	97	91
Lugo	173	108	94
Ourense	139	120	90
Pontevedra	139	120	90
Espanha = 100			

Nota: Quociente de localização do VAB utilizado como indicador do grau de especialização produtiva de uma determinada região face ao país. Se QL > 100, o sector tem mais peso na região do que a nível nacional; Se QL < 100, o sector tem menor peso nessa região do que a nível nacional. Dados reportados ao ano 2008
Fonte: INE Portugal, Contas regionais, e INE Espanha | 2010

4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

Especialização produtiva na óptica da concentração do emprego

- Alto Minho revela níveis de especialização do emprego mais abrangentes (em mais sectores) e menos vinculados (com menor dependência sectorial) que as NUTSIII do Cávado e do Ave. Os concelhos de Monção e Pte. Barca denotam maior abrangência sectorial, com especialização em pelo menos 10 sectores: Monção evidencia níveis de especialização ligados com a exploração de recursos naturais (indústria extractiva, com extensão à sua utilização na construção); Pte. Barca sobressai pela sua dimensão agrícola.
- Indústrias extractivas, têxtil, vestuário e calçado, metálicas, material de transporte e construção com maior concentração do emprego do Alto Minho, quando se estabelece comparação com o patamar de referência concedido pela estrutura nacional do emprego por sectores de actividade.
- Especialização mais vinculada na indústria do material de transporte, com peso do emprego no Alto Minho mais de quatro vezes superior ao registado a nível nacional. Este sector representa cerca de 5,3% do emprego gerado no Alto Minho e cerca de 1,1% do emprego gerado no País.

Quadro 10: Especialização concelhia do emprego (QL do emprego)

	Norte	Minho-Lima	A. Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	P. Coura	Pte. Barca	Pte. Lima	Valença	V. Castelo	V. N. Cerveira	Cávado	Ave	Alto Trás-os-Montes	Galiza*
Agríc., Silvíc. e Pesca	0,70	1,29	1,14	2,45	1,86	1,01	1,93	2,46	2,27	0,88	0,91	0,26	0,55	0,32	0,81	1,62
Extractivas	0,98	1,90	0,24	-	-	7,86	-	1,29	5,29	2,12	0,75	0,75	0,88	0,71	4,51	2,02
Alimentares	0,91	0,90	0,77	0,86	2,37	1,36	0,95	1,41	0,98	1,22	0,55	1,85	0,53	0,99	1,56	1,27
Têxtil, Vest. e Calçado	2,51	1,36	2,32	1,32	-	0,98	3,61	0,04	2,03	0,18	1,41	0,43	3,38	6,31	0,16	1,42
Madeira, Cortiça e Mobil.	1,69	0,87	0,82	0,69	0,79	1,21	0,20	1,96	1,21	0,38	0,90	0,25	0,88	0,63	0,55	2,48
Papel e Publicações	0,97	0,75	0,36	0,33	-	0,58	0,36	0,07	0,16	0,03	1,45	0,02	0,77	0,72	0,24	0,64
Químicas	1,05	0,76	2,85	-	2,49	0,26	3,89	0,39	0,20	0,61	0,60	0,80	0,49	1,65	0,21	0,54
Metálicas	1,30	1,47	3,57	1,12	0,18	1,34	0,26	1,01	0,55	1,46	1,71	1,15	1,21	1,42	0,67	0,95
Mecânicas e Electrónicas	1,18	0,95	0,17	0,03	-	-	0,50	0,05	0,22	0,15	1,83	1,19	1,28	1,00	0,19	0,54
Material de Transporte	1,14	4,95	0,02	-	-	1,36	0,08	-	1,88	7,47	5,35	27,37	0,63	0,83	0,46	2,22
Material de Construção	0,70	0,97	1,32	0,22	0,96	2,03	0,66	0,54	1,10	0,69	0,92	0,98	1,05	0,65	1,65	1,31
Construção	1,14	1,48	1,50	1,70	1,32	1,61	1,21	2,48	2,38	0,61	1,33	0,58	1,78	0,86	1,40	1,06
Energia, Água e Saneam.	0,90	0,75	0,05	1,81	-	0,52	-	1,23	0,01	1,16	1,05	0,22	0,79	0,71	2,26	1,00
Transp., Logística e Comunic.	0,69	0,62	0,53	0,29	0,94	0,51	0,93	0,42	0,73	1,06	0,45	1,48	0,45	0,34	0,64	0,91
Distribuição e Comércio	0,95	0,94	0,88	1,09	1,05	1,15	0,67	0,84	0,92	0,97	0,99	0,38	0,92	0,81	1,25	0,98
Serviços Empresariais	0,74	0,53	0,31	0,37	0,38	0,39	0,32	0,46	0,35	1,65	0,52	0,32	0,48	0,40	0,52	0,82
Hotalaria e Restauração	0,66	0,83	0,72	1,27	1,27	0,87	0,72	1,03	0,69	1,08	0,78	0,74	0,63	0,39	1,01	0,80
Educação, Saúde e Cultura	0,87	0,98	1,09	1,31	1,92	1,13	1,49	1,05	0,66	0,40	1,06	0,95	0,79	0,69	1,51	0,99
Administrações Públicas	0,91	1,92	0,80	3,65	1,96	1,21	3,39	6,57	0,80	0,90	1,04	10,10	0,64	0,80	2,25	0,98
Nº sectores	7	7	7	9	8	11	6	10	7	8	9	6	5	3	9	8
Com especialização forte	1	1	3	2	2	2	3	3	4	2	1	2	1	1	3	4
Com especialização moderada	6	6	4	7	6	9	3	7	3	6	7	4	4	2	6	4

Nota 1: Os dados de Portugal reportam-se a 2009; os dados da Galiza reportam-se a 2008.

Nota 2: Deve analisar-se com reserva o patamar de especialização atingido pelo sector produtivo da agricultura, silvicultura e pesca e pelos sectores não produtivos ligados à educação, saúde e cultura e administrações públicas. A não obrigatoriedade de entrega das declarações dos quadros de pessoal para as entidades públicas e para as entidades em nome individual retiram consistência aos dados obtidos para estes sectores.

Fonte: Elaborado com base em dados dos Quadros de Pessoal 2009

■ Sector com especialização forte (QL > 2)
■ Sector com especialização moderada (QL > 1)

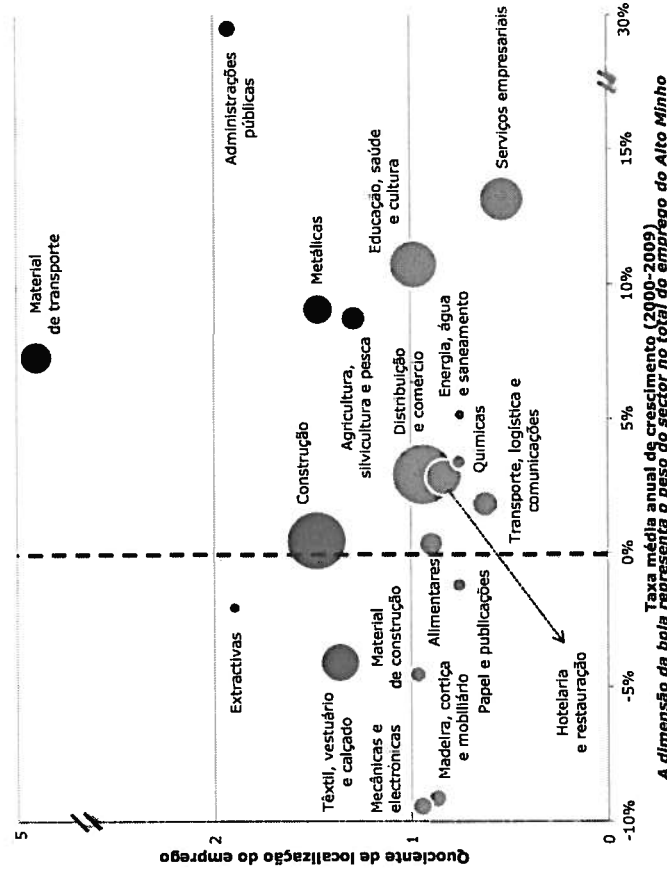
4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

Especialização produtiva na óptica da concentração sectorial do emprego

- A dinâmica do emprego no Alto Minho assentou num ritmo médio anual de criação de postos de trabalho de cerca de 2% entre 2000 e 2009, tendência induzida, essencialmente, pelo sector terciário, responsável por cerca de 52% do emprego na região. Esta preponderância está fortemente alicerçada em sectores que evidenciam elevados ritmos de crescimento do emprego na região, como a educação e saúde (11%) e os serviços empresariais (13%), com crescimento superior ao verificado no País, e em sectores com crescimentos moderados, em linha com o padrão nacional, mas com expressiva dimensão, como a distribuição e comércio (19%) e a hotelaria e restauração (6%).
- A agricultura, silvicultura e pesca, onde a região se revela especializada face ao País, demonstrou um crescimento acelerado (9%) na criação de emprego, num contexto de crescimento (3%) no país, representando, em 2009, cerca de 3% do emprego gerado no Alto Minho.
- Os sectores industriais têm dinâmicas contrastantes. As indústrias metálicas (9%), de material de transporte (7%) e as químicas (3%), que representam cerca de 16% do emprego do Alto Minho, destacam-se como as únicas responsáveis pela criação de postos de trabalho, apresentando o material de transporte uma dinâmica em contra ciclo com o país, onde se registam perdas dos postos de trabalho de 4%. As indústrias do têxtil, vestuário e calçado (-4%) e as extractivas (-2%), foram os únicos sectores de especialização da região com perdas no emprego, ainda que tenham acompanhado a tendência nacional. As indústrias da madeira, cortiça e mobiliário (-9%) e das mecânicas e electrónicas (-9%) registam perdas mais significativas de postos de trabalho, superiores às registadas no País, respondendo por cerca de 4% do emprego no Alto Minho.
- Na generalidade dos concelhos do Minho-Lima a estrutura do emprego é dominada pela distribuição e comércio, pela construção e pela educação, saúde e cultura. A distribuição e comércio apresenta-se como o sector predominante nos concelhos de Monção (23%), Caminha (22%), V. Castelo (20%) e A. Valdevez (18%), registando um decréscimo do emprego apenas no concelho de Pte. Barca. O sector da construção é responsável por mais de 20% do emprego nos concelhos de Pte. Barca, Pte. Lima e Caminha, apenas Pte. Lima regista perdas de postos de trabalho neste sector, num contexto de criação de emprego no País (3%).

- P. Coura (20%), A. Valdevez (13%) e Pte. Lima (11%) denotam um elevado peso relativo e forte especialização face ao País no sector do têxtil, vestuário e calçado, ainda que apenas o concelho dos Arcos indicie uma dinâmica favorável, inversa ao País, na criação de emprego neste sector.
- Os concelhos de Caminha (87%), Melgaço (85%), Monção (77%) evidenciam uma maior concentração do emprego nos sectores de especialização, revelando também maior dependência sectorial, tendencialmente mais vinculada no sector terciário e na construção.

Gráfico 11: Dimensão e crescimento dos sectores de especialização do Minho-Lima



4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

O sector agrícola

- Os 72 mil ha, de superfície agrícola utilizada ocupam 34% da área total do Alto Minho. As explorações agrícolas de pequena dimensão representam mais de um quarto desta superfície, sendo Pte. Lima, P. Coura e Monção os concelhos onde mais se repercute na paisagem o efeito do "mosaico" das pequenas explorações agrícolas. Melgaço, Caminha e Monção são os concelhos onde é mais expressiva a grande exploração agrícola.
- Mais de 70% da superfície agrícola do Alto Minho é utilizada como prado ou pastagens permanentes, destacando-se claramente do País, da região Norte e das NUTSIII envolventes.
- A expressão social da actividade agrícola no Alto Minho reflecte-se no facto de 15 em cada 100 habitantes exercer actividade agrícola numa lógica familiar (este valor desce para 8/100 hab. no País).

A actividade agrícola é tipicamente exercida em Portugal numa lógica onde predomina o emprego familiar, acentuando-se no Alto Minho, onde a proporção do emprego familiar no total do emprego agrícola é de 94% (superior à média nacional de 81%).

37% dos produtores do Alto Minho assumem a actividade agrícola a tempo completo e, ainda que sejam expressivos os restantes 63% de produtores que exercem esta actividade numa lógica complementar à principal fonte de rendimentos, torna-se evidente a dimensão económica e social do sector no Alto Minho.

Os produtores agrícolas do Alto Minho apresentam um perfil envelhecido e com baixo nível médio de formação. A idade média é de 61 anos e apenas 5% têm formação superior.

Quadro 11. Indicadores da actividade agrícola

	Superfície agrícola utilizada (2009)										Emprego (2009)			Produtores agrícolas	
	Dimensão da exploração agrícola					Tipo de utilização					Total	Agrícola familiar (%)	Agrícola não familiar	População agrícola familiar (Por cada 100 habitantes)	
	< 5 ha	5 a < 20 ha	20 a < 50 ha	Superior ou igual a 50 ha	Terra arável familiar	Horta permanente	Culturas permanentes	Prados e pastagens permanentes	A tempo completo na exploração	Com formação secundária ou superior					
Portugal	3.668.145	10,8%	13,4%	9,8%	66,0%	32,0%	0,5%	18,8%	48,7%	367.393	80,1%	19,9%	8	21%	9%
Norte	644.027	25,2%	32,3%	14,6%	28,0%	29,1%	1,3%	33,9%	35,7%	148.088	85,8%	14,2%	8	27%	9%
Alto Minho	72.206	25,8%	6,9%	3,5%	63,8%	18,7%	0,9%	7,1%	73,3%	19.355	93,7%	6,3%	15	37%	5%
A. Valdevez	18.478	17,9%	3,6%	2,0%	76,5%	10,4%	0,6%	2,9%	86,1%	3.196	95,8%	4,2%	24	31%	4%
Caminha	3.292	16,1%	2,7%	0,0%	81,2%	12,7%	0,8%	1,8%	84,7%	731	92,1%	8,1%	8	59%	4%
Melgaço	15.810	8,4%	1,4%	0,7%	89,5%	1,6%	0,2%	3,5%	94,7%	1.307	94,0%	6,0%	29	45%	8%
Monção	6.801	37,8%	3,7%	2,9%	55,5%	17,4%	1,0%	18,7%	62,9%	2.997	94,7%	5,3%	30	30%	6%
P. Coura	3.949	40,7%	12,5%	5,7%	41,0%	33,0%	0,7%	1,1%	65,2%	1.247	96,4%	3,5%	30	11%	3%
Pte. Barca	3.830	32,6%	16,1%	5,1%	46,2%	16,5%	1,3%	9,1%	73,1%	1.286	97,2%	2,8%	18	41%	4%
Pte. Lima	8.842	49,2%	15,9%	5,0%	30,0%	43,7%	2,5%	16,6%	37,1%	4.550	92,9%	7,1%	20	42%	5%
Valença	2.759	34,5%	7,9%	10,4%	47,2%	31,2%	1,2%	10,8%	56,9%	1.132	89,8%	10,1%	14	23%	4%
V. Castelo	7.073	32,7%	12,5%	7,1%	47,7%	36,1%	1,2%	7,0%	55,6%	2.490	90,4%	9,6%	6	54%	5%
V. N. Cerveira	1.373	29,5%	12,2%	13,8%	44,6%	34,6%	1,4%	2,8%	61,2%	417	95,0%	5,0%	10	52%	4%
Cávado	30.598	39,7%	31,5%	8,5%	20,2%	65,1%	1,7%	10,1%	23,2%	13.810	89,3%	10,7%	7	54%	5%
Ave	24.799	39,9%	33,2%	12,3%	14,6%	58,9%	1,7%	14,4%	25,0%	10.513	85,4%	14,6%	4	48%	8%
Alto Trás-os-Montes	307.703	16,4%	37,8%	19,8%	26,0%	29,6%	1,1%	32,2%	37,1%	36.232	92,6%	7,4%	41	16%	9%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte | 2011

4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

A actividade piscatória

- As capturas nominais de pescado no porto de V. Castelo atingiram, em 2010, um volume de cerca de 2.300 toneladas e um valor de 6 milhões de euros, representando cerca de 6% e 15%, respectivamente, da Região Norte. A representatividade deste porto assume, porém, uma dimensão acrescida quando se analisam as capturas em águas salobras e doce, onde o porto de Viana assume cerca de 88% do volume e 92% do valor pescado a nível nacional.
- V. Castelo acolhe cerca de 3% do número de pescadores matriculados em Portugal e 8% da Região Norte, com a particularidade de, ao contrário do que se observa a nível regional e nacional, a grande maioria (64%) se dedicar à pesca em águas interiores não marítimas. Os concelhos de V. Castelo, com o seu porto de mar, e Caminha (Vila Praia de Âncora) dominam a actividade pesqueira da Região.
- A actividade desenvolvida na rede hidrográfica regional, embora de carácter mais informal e familiar, não deverá, porém, ser subestimada: os indicadores apresentados atestam a relevância da pesca de rio na Região. No Rio Minho, em particular, a actividade pesqueira, de natureza sazonal, envolve espécies como o meião, a enguia, a lampreia, o salmão ou o sável. Não obstante as acções de fiscalização e controlo, essencialmente desenvolvidas a montante, não é possível apurar o verdadeiro valor do rio em termos de pescado e do rendimento que gera para os pescadores da Região.
- A posição geoestratégica e a morfologia da Região do Alto Minho conferem à actividade piscatória e ao sector das pescas uma valorização económico-social não inteiramente coincidente com os dados reportados nas estatísticas oficiais sobre o sector. Efectivamente, à semelhança de outras regiões a nível nacional onde a pesca assume um significativo peso socioeconómico, a componente informal da actividade - não quantificável, por natureza - inviabiliza a valoração integral do peso económico da actividade na Região. A sazonalidade da actividade da pesca e a lógica de emprego familiar ao longo da cadeia de valor que lhe está subjacente são características que deverão, por conseguinte, estar bem presentes no diagnóstico do sector na Região.
- A valorização económica e social das comunidades piscatórias da região e o reforço da competitividade do sector, num quadro de desenvolvimento sustentável, esteve na base da criação do Grupo de Acção Costeira do Litoral Norte, o qual pretende, através da promoção do estabelecimento de parcerias público-privadas, desenvolver projectos que beneficiem as comunidades locais, criando redes de colaboração e valorizando os produtos tradicionais mais relevantes ligados à pesca na região.

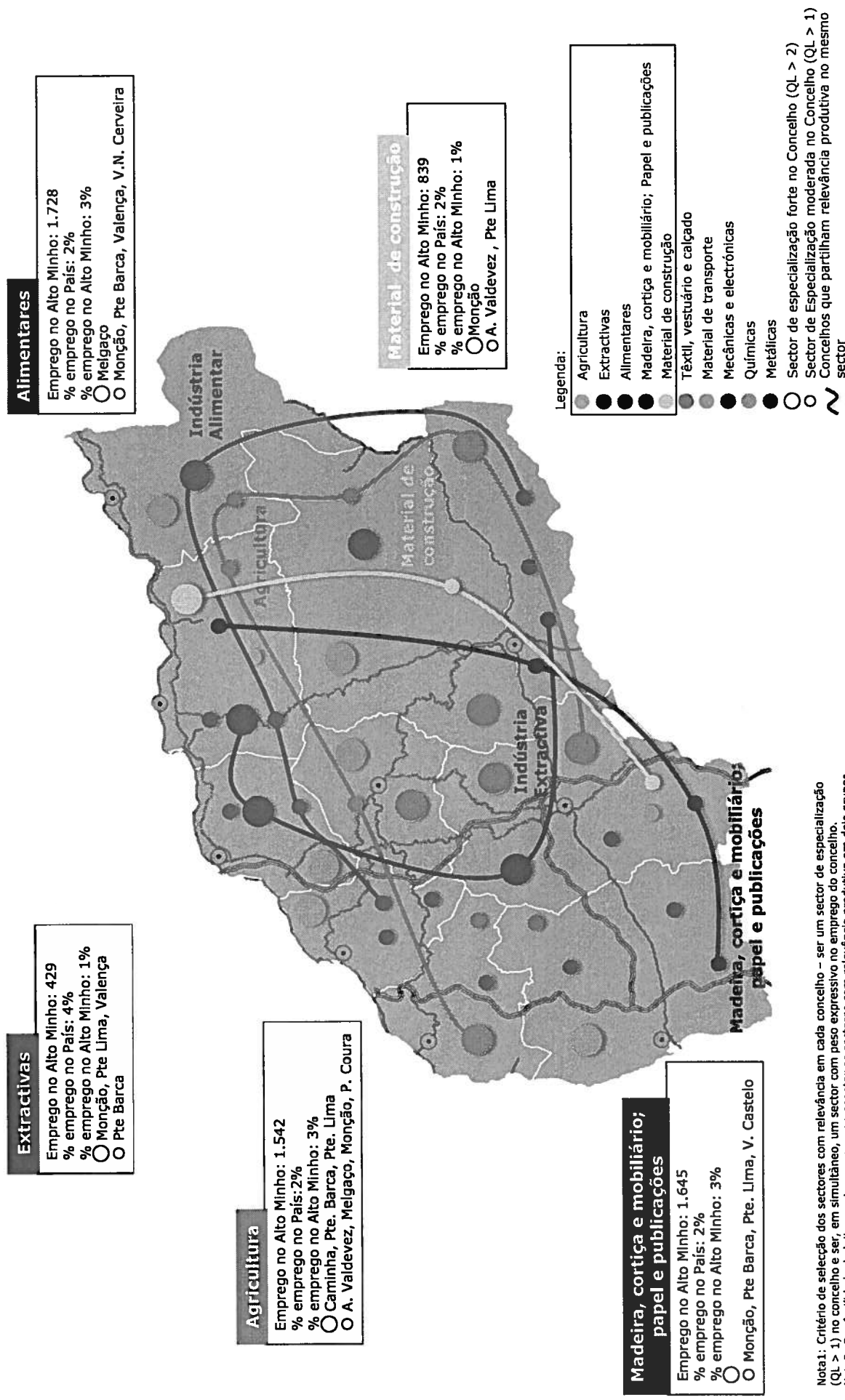
Quadro 12: Indicadores da pesca: capturas, pescadores e embarcações de pesca (2010)

Zona geográfica / Porto de pesca	Capturas nominais de pescado										Pescadores matriculados			Embarcações de pesca (Nº.)
	TOTAL		Em águas salobra e doce		Peixes marinhos		Crustáceos		Moluscos		Total de pescadores (31Dez)	Águas interiores não marítimas (%)	Águas marítimas (%)	
	Quant. (ton)	Valor (mil EUR)	Quant. (ton)	Valor (mil EUR)	Quant. (ton)	Valor (mil EUR)	Quant. (ton)	Valor (mil EUR)	Quant. (ton)	Valor (mil EUR)				
Portugal	166.304	271.972	74	896	145.693	196.350	1.649	16.867	18.885	57.858	16.920	11%	89%	8.492
Norte	36.764	39.750	49	667	33.589	29.472	67	395	3.058	9.216	4.530	19%	81%	1.442
V. Castelo	2.298	5.972	43	610	1.393	2.870	10	35	852	2.457	1.338	64%	36%	804
Póvoa do Varzim	2.129	3.914	1	2	1.634	2.521	15	125	479	1.266	2.462	0%	100%	271
Matosinhos	32.337	29.864	6	55	30.562	24.081	42	236	1.727	5.493	730	0%	100%	367
V. Castelo / Portugal	1,4%	2,2%	58,1%	68,1%	1,0%	1,5%	0,6%	0,2%	4,5%	4,2%	7,9%	-	-	9,5%
V. Castelo / Norte	6,3%	15,0%	87,8%	91,5%	4,1%	9,7%	14,9%	8,9%	27,9%	26,7%	29,5%	-	-	55,8%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

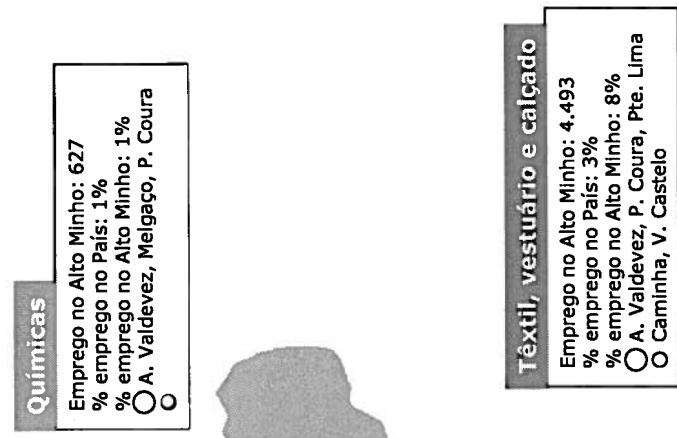
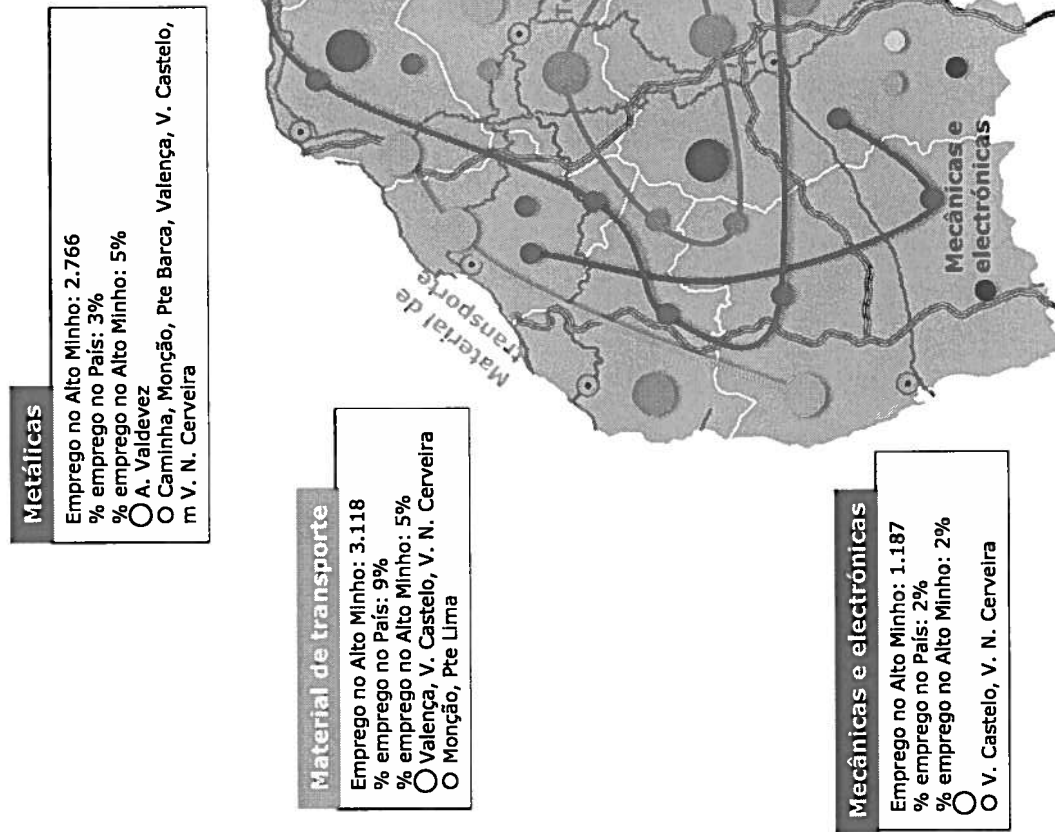
Articulação e relevância regional do perfil de especialização produtiva (I)



Nota1: Critério de selecção dos sectores com relevância em cada concelho - ser um sector de especialização (QL > 1) no concelho e ser, em simultâneo, um sector com peso expressivo no emprego do concelho.
Nota2: Por facilidade de leitura optou-se por representar os sectores com relevância produtiva em dois grupos.
Nota3: Os dados relativos ao QL e à estrutura sectorial de emprego reportam ao ano 2009.
Fonte: Elaborado com base em dados dos Quadros de Pessoal| 2009

4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

Articulação e relevância regional do perfil de especialização produtiva (II)



Legenda:

- Agricultura
 - Extractivas
 - Alimentares
 - Madeira, cortiça e mobiliário; Papel e publicações
 - Material de construção
 - Têxtil, vestuário e calçado
 - Material de transporte
 - Mecânicas e electrónicas
 - Químicas
 - Metálicas
- Sector de especialização forte no Concelho (QL > 2)
○ Sector de Especialização moderada no Concelho (QL > 1)
○ Concelhos que partilham relevância produtiva no mesmo sector

Nota1: Critério de seleção dos sectores com relevância em cada concelho - ser um sector de especialização (QL > 1) no concelho e ser, em simultâneo, um sector com peso expressivo no emprego do concelho.
Nota2: Por facilidade de leitura optou-se por representar os sectores com relevância produtiva em dois grupos.
Nota3: Os dados relativos ao QL e à estrutura sectorial de emprego reportam ao ano 2009.
Fonte: Elaborado com base em dados dos Quadros de Pessoal 2009

4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

Articulação dos espaços de localização empresarial entre o Alto Minho e a Galiza

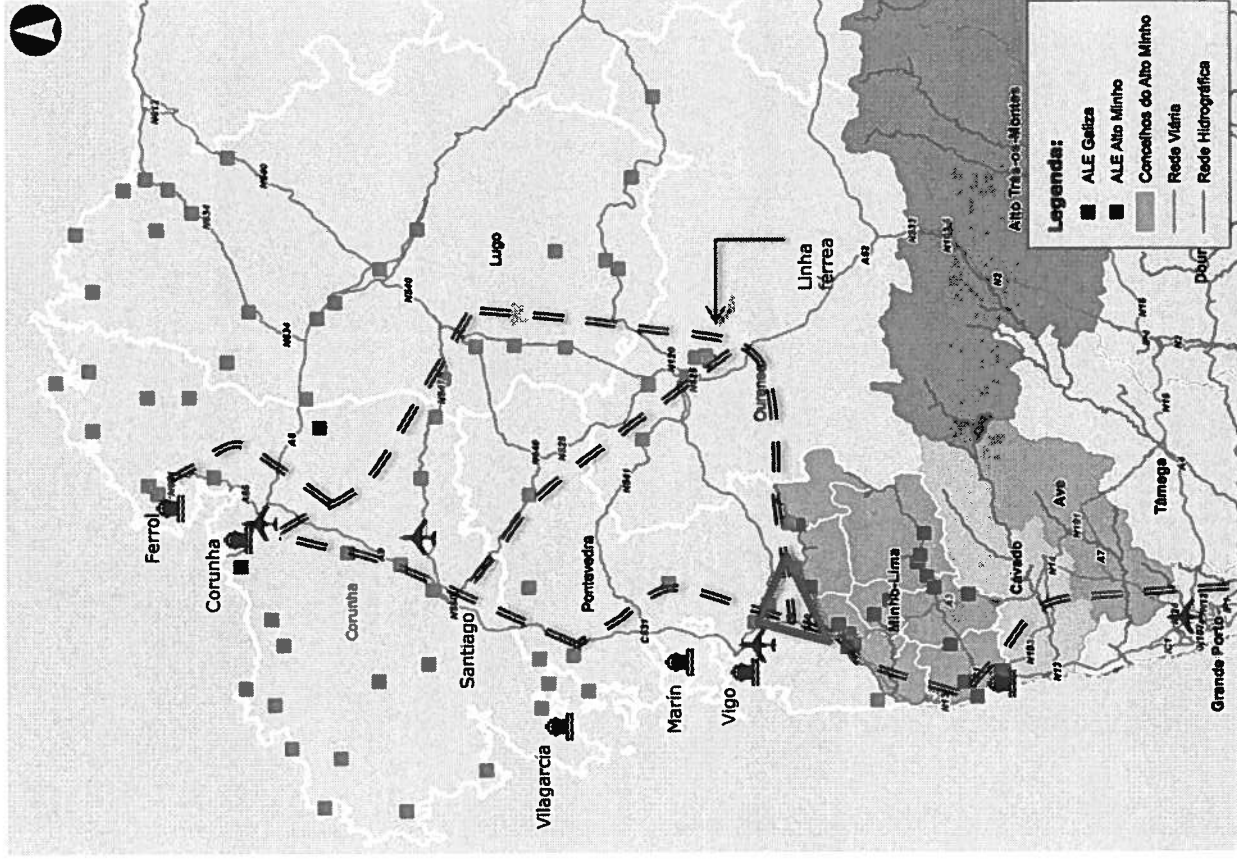
Interface de fronteira com o Alto Minho

- A ligação à Galiza, com raízes histórico-culturais, continua a exercer um papel decisivo nas dinâmicas sociais, económicas e culturais do Alto Minho. Os concelhos do Alto Minho apresentam uma posição privilegiada para a captação de investimento galego, não só pela sua proximidade geográfica, mas também pela competitividade salarial do fator trabalho. As próprias condicionantes sindicais espanholas servem de motivação à deslocalização de empresas para regiões onde essa pressão seja menos vinculada.
- A afirmação da Euro-região da Galiza/Norte de Portugal passa, em grande medida, pelo desenvolvimento do triângulo Valença-Tui/Monção-Salvaterra/Plataforma Logística de Salvaterra-As-Neves/Porriño e pela ligação a Vigo, principal pólo dinamizador das actividades económicas da região galega.

Galiza

- Apresenta cerca de 100 áreas de localização empresarial, dispersas pelas quatro províncias, que disponibilizam uma superfície total de cerca de 47 milhões m², com uma taxa média de ocupação de cerca de 73%, estando previstas ampliações dos parques já existentes ou construção de novos parques, traduzidas num aumento da área oferecida em cerca de 25 milhões m². A generalidade dos parques está vocacionada para os sectores da indústria e comércio, existindo um parque ligado à indústria e investigação, o Parque Tecnológico da Galiza, situado em Ourense, e dois ligados à logística, a Plataforma Logística de Salvaterra-As-Neves e a Central de Transportes, ambos em Pontevedra.
- A região ocupa uma posição marítima estratégica com 127 portos, destacando-se Ferrol, Corunha e Vigo, localizados nas principais rotas marítimas internacionais, com especialização em cargas e descargas de grandes quantidades a granel, pescado fresco e congelado e mercadoria diversa, contando ainda com serviços de feeder e actividades de cruzeiro.
- Vigo assume-se como a única zona franca de Espanha no Atlântico Norte. A zona industrial dos Balaídos, especializada no sector automóvel, e em torno da qual se criou o cluster Automóvel da Galiza, emprega cerca de 40.000 mil trabalhadores. A área comercial de Bouzas, situada em pleno coração da cidade, funciona como plataforma logística e de serviços para grandes empresas exportadoras, como é o caso do Grupo PSA.

Figura 4: Zonas de localização empresarial no Minho-Lima e Galiza



4. Estrutura produtiva e dinâmica económica

Áreas de localização empresarial

Eixo Vale do Minho

- Conta com uma área de acolhimento empresarial que supera os dois milhões m², localizada nos concelhos de Caminha, V.N. Cerveira, Valença, P. Coura, Monção e Melgaco.
- As mais de 400 parcelas disponibilizadas estão vocacionadas para acolher empresas do sector da indústria e armazenagem. As parcelas variam entre 300 e 70.000 m².

Eixo Vale do Lima

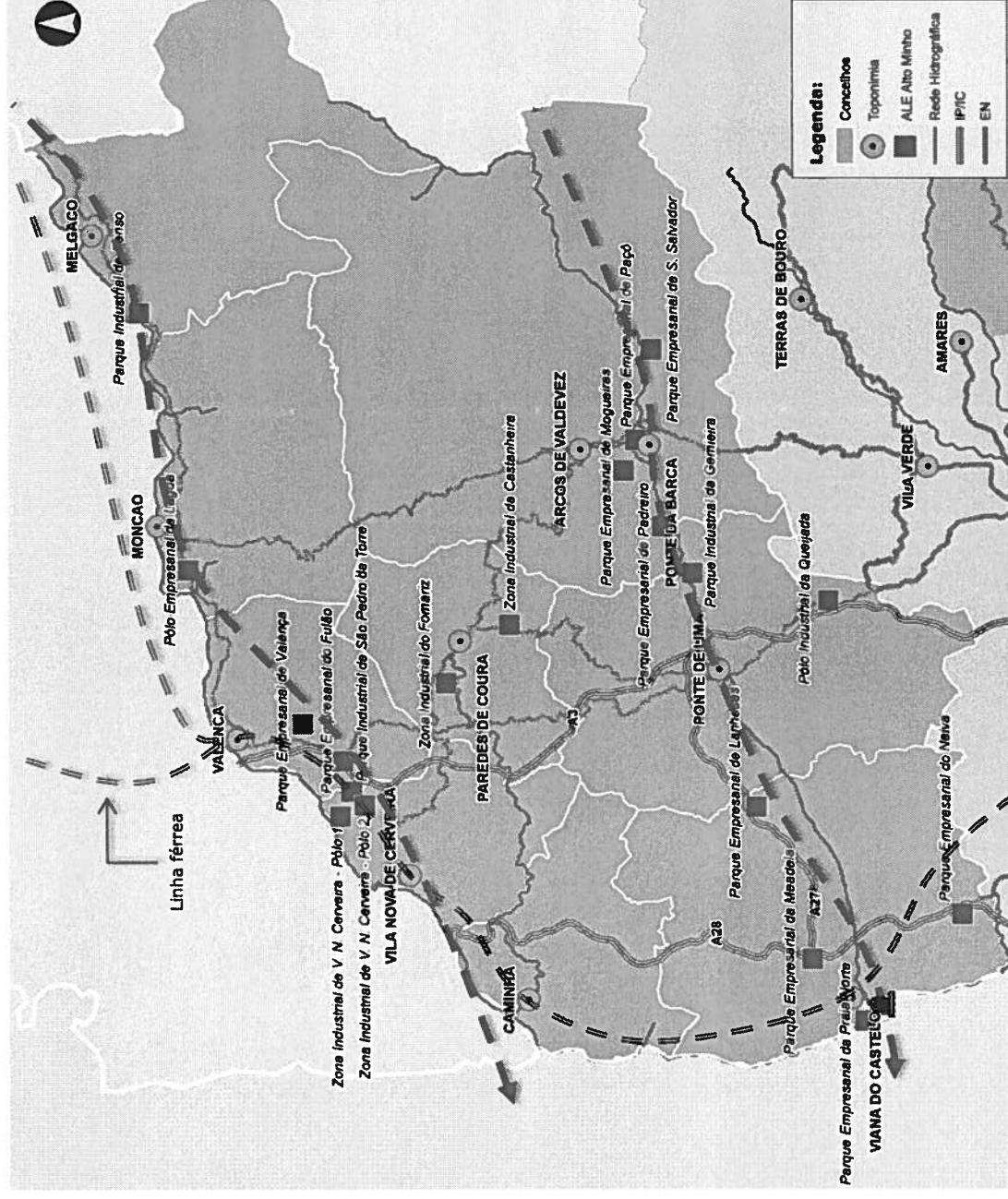
- Disponibiliza cerca de dois milhões de m² para acolhimento empresarial, repartidos por V. Castelo, Pte Lima e A. Valdevez.
- A maioria das cerca de 400 parcelas, que variam entre 397 e 64.708 m², destinam-se a instalar empresas dos sectores indústria, armazenagem e serviços.

Acessibilidades

- Rede viária principal: A3, A27, A28, IP9, IC1.
- Aeroportos: Vigo (60 km), Francisco Sá Carneiro (100 Km), e Santiago de Compostela (130 Km).
- Via férrea com ligação a Pontevedra e Ourense.
- Portos marítimos: V. Castelo, Leixões, Vigo, Corunha e Ferrol.

Incentivos à instalação

- Os municípios disponibilizam medidas de incentivo à instalação das empresas, desde a redução do preço por m², indexada ao número de postos de trabalho criados, até a incentivos fiscais, como a isenção do pagamento de taxas nas obras de construção civil nos lotes.



Fonte: CEVAL: Concelho empresarial dos Vales do Lima e Global Parques, Alcep | 2011

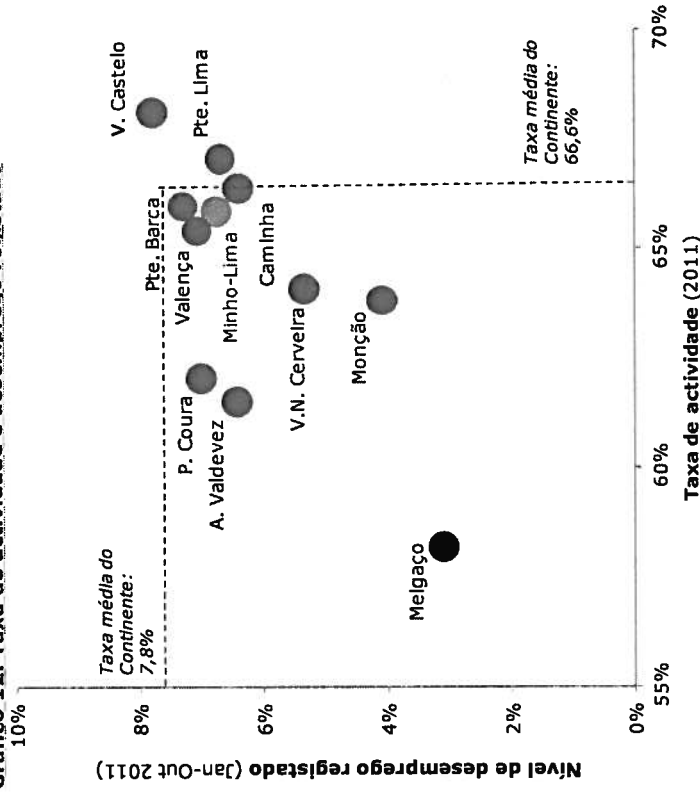
5. Mercado de trabalho

5. Mercado de trabalho

Inserção no mercado de trabalho e perfil de habilitações do emprego

- A maioria dos concelhos do Alto Minho apresentam níveis de desemprego registado e níveis de actividade inferiores aos registados em Portugal continental, denotando resistência do território aos efeitos potenciais gerados pela deterioração do contexto socioeconómico.
- Em V. Castelo denota-se maior sensibilidade ao agravamento do desemprego verificado a nível nacional (cerca de 8% da população em idade activa). Um posicionamento inverso é evidenciado por Melgaço que, não obstante o mais baixo nível de actividade da sua população em idade activa, revela níveis de desemprego (cerca de 3%) substancialmente inferiores aos valores de referência a nível regional (cerca de 7%) e de Portugal continental (cerca de 8%).

Gráfico 12: Taxa de actividade e desemprego registado

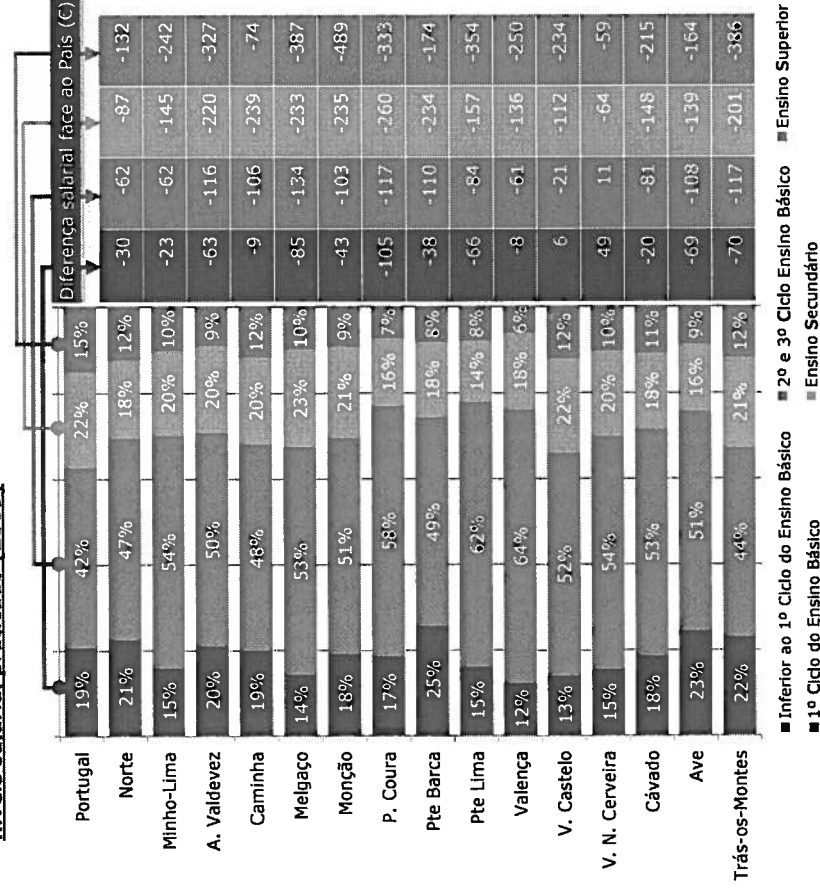


Nota: o nível de desemprego registado obtém-se pela relação entre a média dos valores do desemprego registado nos centros de emprego do IEFP ao longo dos 10 primeiros meses de 2011 e o total da população em idade activa (população entre 15 e 64 anos). Não pode ser interpretado como taxa de desemprego, uma vez que apenas retrata as situações de desemprego manifestadas junto dos centros de emprego do IEFP.

Fonte: IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais; INE, Censos 2011 - Resultados provisórios

- O "ensino básico obrigatório" é o nível mais representativo na estrutura nacional de habilitações da população empregada, ganhando maior expressão no Alto Minho, com destaque para os concelhos de Valença (64%) e Pte. de Lima (62%).
- O Alto Minho apresenta maiores desfasamentos nas remunerações dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (secundário e superior). Estes diferenciais podem explicar baixos níveis de atractividade na fixação de mão-de-obra qualificada.

Gráfico 13: Estrutura de habilitações do emprego e correspondente níveis salarial praticado (2009)



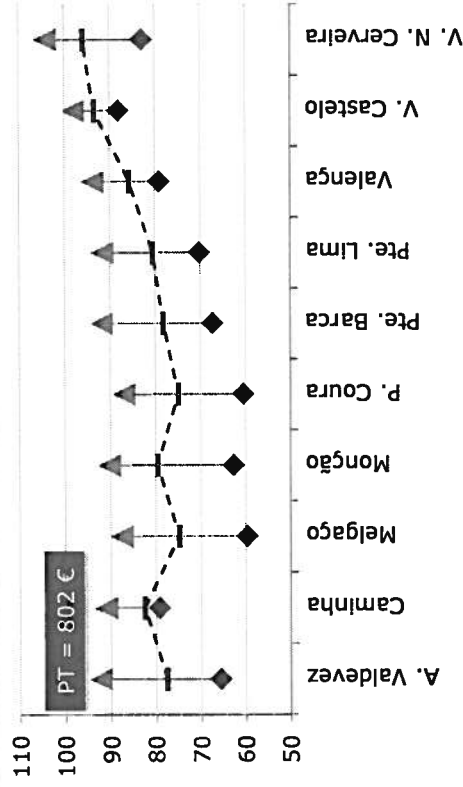
Fonte: Quadros de Pessoal | 2009

5. Mercado de trabalho

Nível salarial

- Nível salarial praticado no Alto Minho não acompanha os patamares nacionais, sendo inferior em cerca de 14% para a globalidade das remunerações. As comparações nos patamares mais altos e mais baixos sugerem uma rigidez à subida de salários no Alto Minho (o diferencial é mais expressivo no percentil superior de remunerações, -2.1%, do que no percentil inferior, -6%).
- Os sectores de especialização do Alto Minho parecem não explicar as diferenças salariais medianas face ao País, ainda que o nível salarial praticado no Alto Minho nas indústrias têxtil, vestuário e calçado e nas indústrias de material de transporte, sectores com forte exposição concorrencial, seja praticamente equiparado ao padrão nacional do sector. As indústrias extractivas, material de transporte e mecânicas e electrónicas revelam menor diferencial para as remunerações medianas praticadas no País.
- O sector do papel e publicações é o único em que os níveis remuneratórios superam os praticados no País. Indústrias mecânicas e electrónicas e material de transporte demonstram maior resistência à baixa, superando o percentil inferior de remunerações em 9 e 7%, respectivamente.

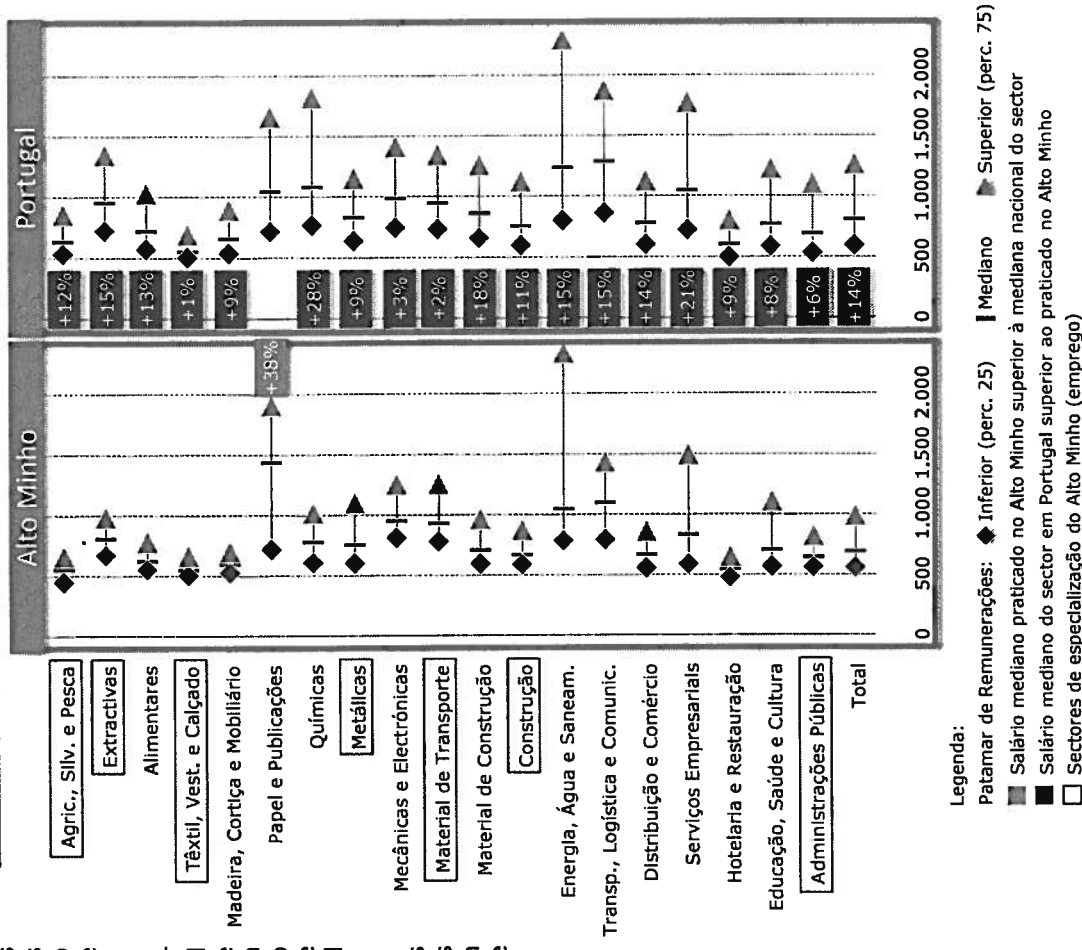
Gráfico 14: Diferenças dos patamares de remunerações praticados, face ao País (PT = 100)



Nota: os dados reportam a 2009.

Fonte: Elaborado com base em dados dos Quadros de Pessoa | 2009

Gráfico 15: Níveis salariais praticados no Alto Minho e Portugal, por sectores de actividade



Legenda:

- Patamar de Remunerações:
 - ◆ Inferior (perc. 25)
 - Mediano
 - ▲ Superior (perc. 75)
- Salário mediano praticado no Alto Minho superior à mediana nacional do sector
- Salário mediano do sector em Portugal superior ao praticado no Alto Minho
- Sectores de especialização do Alto Minho (emprego)

5. Mercado de trabalho

Nível salarial praticado ao nível concelhho

- Para a totalidade dos sectores analisados os níveis remuneratórios praticados no Alto Minho, ainda que inferiores aos registados no País, estão mais alinhados com a região Norte do que com as NUTSIII do Ave e Alto-Trás-os-Montes, superando ligeiramente (2%) as remunerações medianas do Cávado. A resistência à subida dos níveis salariais constitui-se, por um lado, como um obstáculo à fixação de pessoas na região e, por outro lado, pode garantir maior competitividade, no custo do trabalho, para a instalação de empresas, nomeadamente face a Espanha.
- O patamar salarial mediano praticado nos concelhos do Alto Minho posiciona-se abaixo do patamar nacional, sendo os que mais se aproximam do patamar nacional de referência. Melgaço, P. Coura, A. Valdevez, Pte. Barca e Monção registam a maior diferença, mais de 20%, para as remunerações medianas praticadas no País.
- O perfil de especialização dos concelhos não se reflecte na generalidade dos salários praticados, ainda assim, ocorre uma resistência à baixa salarial na agricultura silvicultura e pesca, que supera o percentil inferior nacional em cerca de 4% nos concelhos de Arcos, P. Coura e Pte. Barca, e nas indústrias do material de transporte, superando o percentil inferior nacional nos concelhos de Valença (+24%), V. Castelo (+16%) e V.N. Cerveira (+4%). As indústrias do têxtil, vestuário e calçado e do material de transporte apresentam níveis remuneratórios medianos superiores ao País nos concelhos de A. Valdevez, P. Coura, Pte. Lima e V.N. Cerveira, sectores onde estes concelhos revelam uma forte especialização do emprego, com excepção de V.N. Cerveira onde este patamar de remuneração não é explicado pela especialização.

Quadro 11: Diferenças dos salários medianos praticados por sectores de atividade, face ao País

	Norte	Minho-Lima	A. Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	P. Coura	Pte. Barca	Pte. Lima	Valença	V. Castelo	V. N. Cerveira	Cávado	Ave	Alto Trás-os-Montes
Indústrias e Construção															
Agríc., Silv. e Pesca	-12%	-12%	0%	-17%	-11%	-6%	8%	-3%	-19%	-17%	-14%	-12%	-12%	-11%	-11%
Extractivas	-23%	-15%	-11%	-	-	-9%	-	-14%	-22%	-26%	18%	-10%	-24%	-26%	-33%
Alimentares	-7%	-13%	-23%	-16%	-21%	-9%	-14%	8%	-12%	-14%	-14%	-13%	-15%	-11%	-16%
Têxtil, Vest. e Calçado	0%	-1%	6%	-10%	-	-9%	11%	-9%	5%	-10%	-6%	11%	3%	3%	0%
Madeira, Cortiça e Mobil.	-6%	-9%	-16%	-11%	-16%	-14%	-14%	-6%	-7%	-15%	-8%	1%	-11%	-10%	-14%
Papel e Publicações	-18%	38%	-45%	-45%	-	-47%	-50%	-49%	-57%	-23%	53%	-	-28%	-30%	-43%
Químicas	-12%	-28%	-14%	-	-40%	-50%	-18%	-58%	-58%	-43%	-31%	-15%	-25%	25%	-48%
Metálicas	-7%	-9%	-9%	-30%	-34%	-21%	-34%	-28%	-15%	-4%	9%	-20%	-10%	-9%	-31%
Mecânicas e Electrónicas	-5%	-3%	-40%	-54%	-	-	-34%	-29%	-36%	-43%	0%	-9%	1%	-15%	-11%
Material de Transporte	-9%	-2%	112%	-	-	-37%	-	-	-27%	5%	10%	-11%	-1%	-1%	0%
Material de Construção	-14%	-18%	-9%	-34%	-11%	-15%	9%	-23%	-26%	-23%	-20%	8%	-25%	-20%	-19%
Construção	-8%	-11%	-21%	3%	-18%	-13%	-26%	-14%	-14%	-14%	-7%	-15%	-4%	-14%	-18%
Energia, Água e Saneam.	-20%	-15%	-40%	-41%	-	-3%	-	85%	-	6%	-6%	-63%	-27%	-24%	-29%
Transp., Logística e Comunic.	-13%	-15%	-42%	-19%	25%	-37%	-35%	-10%	9%	-16%	-7%	-15%	-17%	-22%	-34%
Distribuição e Comércio	-8%	-14%	-19%	-19%	-29%	-16%	-29%	-23%	-18%	-15%	-8%	-21%	-10%	-13%	-19%
Serviços Empresariais	-12%	-21%	-20%	-23%	15%	-32%	-13%	-17%	-23%	-30%	-14%	-30%	-19%	-23%	-14%
Hoteleira e Restauração	-9%	-9%	-13%	-13%	-16%	-6%	-12%	-19%	-8%	-8%	-5%	-7%	-10%	-13%	-15%
Educação, Saúde e Cultura	-3%	-8%	-16%	6%	-18%	-18%	-21%	-19%	-11%	-14%	-3%	-12%	-8%	-6%	-18%
Administrações Públicas	-12%	-6%	-15%	-3%	-4%	-13%	-20%	-10%	-6%	-11%	-8%	9%	-18%	-14%	-1%
Total	-12%	-14%	-2%	-18%	-25%	-20%	-25%	-22%	-19%	-14%	-7%	-4%	-16%	-21%	-22%

Fonte: Elaborado com base em dados dos Quadros de Pessoa | 2009

6. Articulações funcionais, mobilidade e circulação

6. Articulações funcionais, mobilidade e circulação

Pendularidade e articulações funcionais

- O Alto Minho gera 90.386 postos de trabalho, com V. Castelo e Pte. Lima a oferecerem 57,2% do total do emprego do Alto Minho. A. Valdevez (84,3%) e V. Castelo (83,4%) são os concelhos com maior autonomia no preenchimento de postos de trabalho por residentes.
- Valença e V.N. Cerveira são os concelhos que apresentam maior taxa de emprego preenchido por residentes noutros concelhos (21,7% e 34,4%, respectivamente), embora as motivações sejam diferentes: no caso de V.N. Cerveira explica-se pela inferioridade da bolsa de população activa face ao número de postos de trabalho gerados no concelho, o que obriga à "importação" de força de trabalho; no caso de Valença pode explicar-se quer pelo seu posicionamento de fronteira com Espanha quer pela especificidade de sectores de actividade que absorvam um perfil de recursos humanos inexistente (em qualificação ou quantidade) no concelho.
- A bolsa de trabalho do Alto Minho é composta por 96.973 trabalhadores. V. Castelo e Pte. Lima respondem por 57,3% desta bolsa de trabalho, sendo que a representatividade individual dos outros concelhos não ultrapassa os 10%. A. Valdevez e V. Castelo revelam a menor taxa de mobilidade extra-regional, com apenas 15,7% e 16,6% dos trabalhadores residentes a sair do concelho para trabalhar.
- Dos dez concelhos do Alto Minho apenas V.N. Cerveira se apresenta como importador líquido de mão de obra, não havendo no concelho quantidade de população disponível para trabalhar que preencha o número de postos de trabalho gerados no concelho. Os restantes concelhos não geram postos de trabalho para a mão de obra que detêm. Pte. Lima apresenta o maior diferencial (3.449) entre os postos de trabalho gerados no concelho e a oferta de mão de obra.

Quadro 12: Movimentos pendulares

Indicadores de mobilidade	A. Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	P. Coitra	Pte.Barca	Pte.Lima	Valença	V. Castelo	V. N. Cerveira
	População residente e empregada (nº de pessoas residentes no concelho que têm empregos, dentro ou fora do concelho)	7.794	6.502	3.005	6.968	3.532	4.483	17.511	5.726	38.044
Entradas (nº de pessoas que trabalham no concelho mas que residem noutros concelhos)	939	917	244	542	344	606	1.817	1.197	5.922	1.394
Saídas (nº de pessoas que residem no concelho mas que trabalham noutros concelhos)	1.225	1.800	543	1.228	839	1.140	5.266	1.410	6.304	754
Saldo de emprego (se negativo = concelho fornecedor líquido de mão-de-obra; se positivo = concelho importador líquido de mão-de-obra)	-286	-883	-299	-686	-495	-534	-3.449	-213	-382	640
Emprego (nº de postos de trabalho gerados no concelho)	7.508	5.619	2.706	6.282	3.037	3.949	14.062	5.513	37.662	4.048
Taxa de mobilidade extra-regional (% da população residente empregada que sai do concelho para trabalhar)	15,7%	27,7%	18,1%	17,6%	23,8%	25,4%	30,1%	24,6%	16,6%	22,1%
Taxa bruta de atracção (% dos postos de trabalho do concelho preenchidos por população não residente)	12,5%	16,3%	9,0%	8,6%	11,3%	15,3%	12,9%	21,7%	15,7%	34,4%
Grau de atractividade/repulsão (taxa de repulsão, se inferior a 100%; taxa de atracção, se superior a 100%)	96,3	86,4	90,0	90,2	86,0	88,1	80,3	96,3	99,0	118,8
Importância dos Movimentos (em %)	84,3%	72,3%	81,9%	82,4%	76,2%	74,6%	69,9%	75,4%	83,4%	77,9%

Fonte: INE | Censos 2001

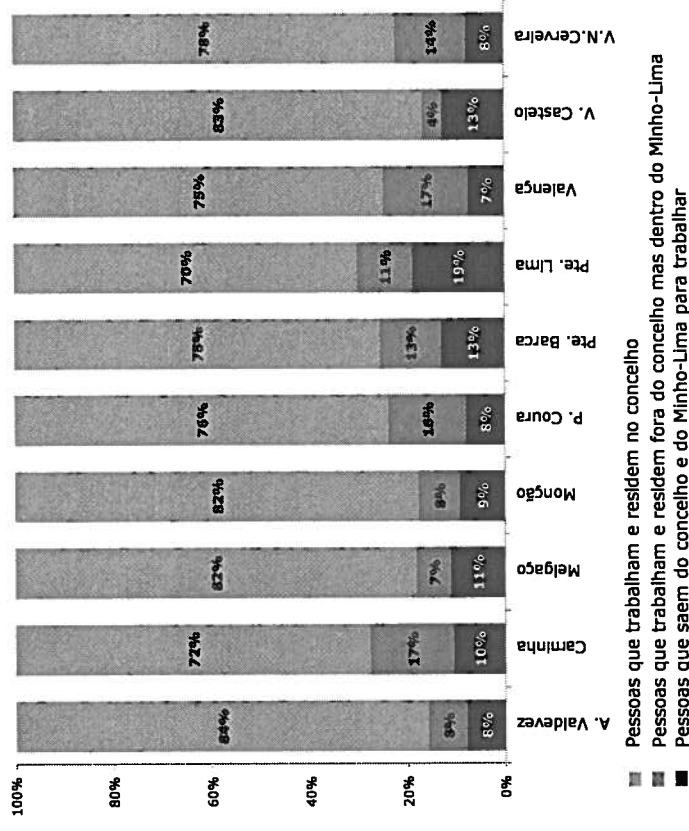
6. Articulações funcionais, mobilidade e circulação

Pendularidade e articulações funcionais

- Os fluxos de saída de mão-de-obra do concelho de residência são mais evidentes em Pte. de Lima (30%), Caminha (27%), Pte. da Barca (26%), P. Coura (24%), Valença (24%) e V.N. Cerveira (22%), indicando um desajuste entre o perfil da oferta e as exigências, em qualificação e competência técnica, impostas pelos postos de trabalho disponíveis. Pte. Lima, Pte. Barca, V. Castelo e Melgaço são os principais concelhos fornecedores de mão-de-obra para fora da região.
- Em sentido inverso, V. Castelo é o concelho com maior capacidade de recrutamento fora da região: 9% do emprego tem origem fora do Alto Minho, e os concelhos de Valença (17%) e Caminha (14%) os que mais mão-de-obra conseguem captar dos concelhos vizinhos.

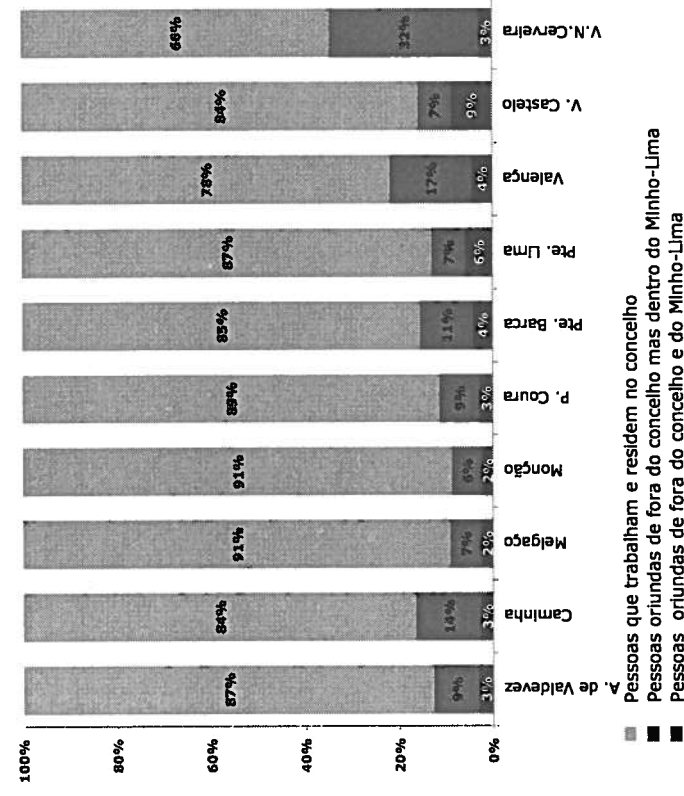
- Os movimentos pendulares da bolsa de trabalho são condicionados pela proximidade geográfica. Observa-se uma sobreposição sectorial na oferta de emprego que é tendencialmente preenchida pela bolsa de trabalho dos concelhos de maior proximidade, como comprova o facto de em todos os concelhos mais de 70% dos trabalhadores residentes encontrarem emprego no próprio concelho.
- O comércio por grosso e a retalho, a construção e a reparação de automóveis são os sectores com maior intercâmbio de mão-de-obra entre os concelhos, sugerindo níveis mais baixos de qualificação. Melgaço, V. Castelo e Caminha recebem mão-de-obra qualificada no sector da educação. V.N. Cerveira e Valença fornecem mão-de-obra nas administrações públicas, sector mais dependente de mão de obra qualificada.

Gráfico 16: Destino laboral da população residente nos concelhos do Alto Minho



Fonte: INE | Censos 2001

Gráfico 17: Origem residencial da população que trabalha nos concelhos do Alto Minho



6. Articulações funcionais, mobilidade e circulação

Movimentos pendulares – saídas e entradas de mão-de-obra, por concelho e sector de actividade (1)

Concelhos	"Saídas de mão-de-obra" [Saídas do concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de saída]		"Entradas de Mão-de-Obra" [Entradas no concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de entrada]	
	Principais concelhos de destino	Principais sectores de destino	Principais concelhos de origem	Principais sectores de entrada
A. Valdevez	Pte. Barca Pte. Lima Porto Braga V. Castelo	Construção Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Administração pública, defesa e segurança social Educação Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Saúde e acção social	Pte. Barca Pte. Lima Braga V. Castelo Vila Verde Monção	Construção Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Administração pública, defesa e segurança social Educação Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Saúde e acção social
Caminha	V. Castelo V.N. Cerveira Porto Valença Lisboa	Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Educação Administração pública, defesa e segurança social Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Saúde e acção social Indústria têxtil	V. Castelo V.N. Cerveira Valença Pte. Lima Monção P. Coura	Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Educação Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Administração pública, defesa e segurança social Indústria têxtil Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
Meiço	Monção Porto Valença Braga V. Castelo	Construção Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Administração pública, defesa e segurança social Educação Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Transportes, armazenagem e comunicações	Monção Pte. Lima A. Valdevez V. Castelo Braga Vila Nova de Famalicão	Construção Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Administração pública, defesa e segurança social Educação Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Saúde e acção social
Monção	Valença Meiço Porto Lisboa V. Castelo	Construção Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Administração pública, defesa e segurança social Educação Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Saúde e acção social	Valença Meiço A. Valdevez P. Coura V. Castelo Braga	Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Construção Educação Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Administração pública, defesa e segurança social Indústria têxtil
P. Coura	V.N. Cerveira Valença V. Castelo Pte. Lima Porto	Construção Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Administração pública, defesa e segurança social Educação Indústria do couro e dos produtos do couro Saúde e acção social	Pte. Lima V. Castelo V.N. Cerveira A. Valdevez Valença Monção	Construção Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Educação Administração pública, defesa e segurança social Indústria do couro e dos produtos do couro Saúde e acção social

Fonte: AM&A com base em dados do INE | Censos 2001

6. Articulações funcionais, mobilidade e circulação

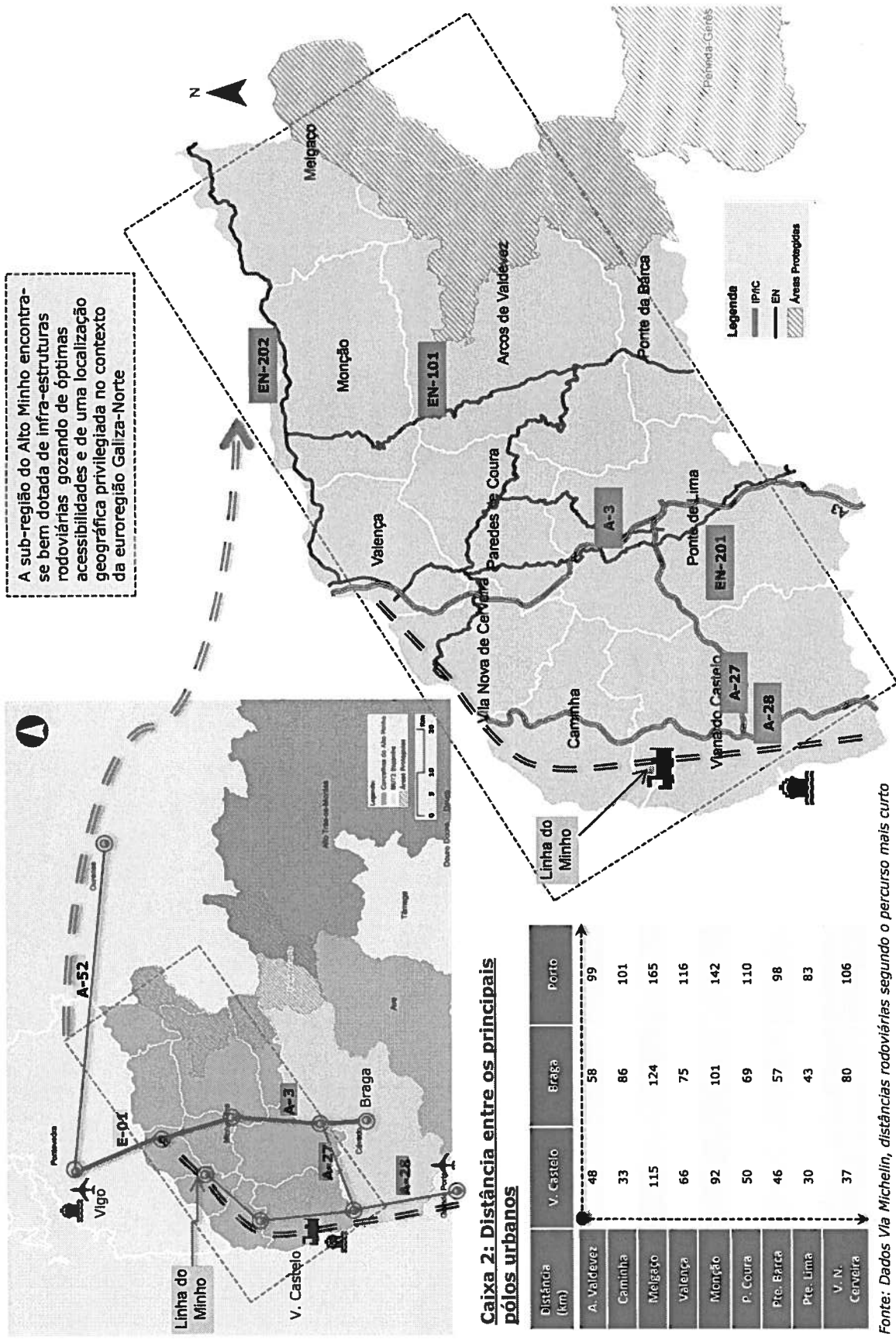
Movimentos pendulares – saídas e entradas de mão-de-obra, por concelho e sector de actividade (II)

Concelhos	"Saídas de mão-de-obra" (Saídas do concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de saída)		"Entradas de Mão-de-Obra" (Entradas no concelho para trabalhar, por ordem decrescente de importância no fluxo total de entrada)	
	Principais concelhos de destino	Principais sectores de destino	Principais concelhos de origem	Principais sectores de entrada
Pte. Barca	A. Valdevez Braga Porto Pte. Lima Vila Verde	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Administração pública, defesa e segurança social Educação Saúde e acção social	A. Valdevez Pte. Lima Vila Verde Braga V. Castelo Vila Nova de Famalicão	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Educação Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Administração pública, defesa e segurança social Saúde e acção social
Pte. Lima	V. Castelo Barcelos Porto Braga Vila Verde	Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Indústria têxtil Administração pública, defesa e segurança social Educação Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	V. Castelo Barcelos Braga Vila Verde A. Valdevez Pte. Barca	Comércio grosso e retalho; reparação de automóveis Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Indústria têxtil Educação Indústria do couro e dos produtos do couro Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
Valença	V. N. Cerveira Monção V. Castelo Caminha Porto	Construção Administração pública, defesa e segurança social Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Fabricação de material de transporte Educação	Monção V. N. Cerveira P. Coura V. Castelo Caminha Pte. Lima	Construção Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Administração pública, defesa e segurança social Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Educação Transportes, armazenagem e comunicações
V. Castelo	Porto Pte. Lima Barcelos V. Castelo Caminha Espoude	Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Educação Indústria têxtil Administração pública, defesa e segurança social Saúde e acção social Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	Pte. Lima Barcelos Espoude Caminha Braga Porto	Construção Indústria têxtil Educação Administração pública, defesa e segurança social Saúde e acção social Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
V. N. Cerveira	Valença Caminha V. Castelo Porto Lisboa	Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Administração pública, defesa e segurança social Fabricação de material de transporte Alojamento e restauração (restaurantes e similares) Agricultura, produção animal, caça e silvicultura Indústria têxtil	Valença Caminha P. Coura V. Castelo Pte. Lima Monção	Comércio grosso e retalho Reparação de automóveis Construção Administração pública, defesa e segurança social Indústria têxtil Educação Agricultura, produção animal, caça e silvicultura

Fonte: AM&A com base em dados do INE | Censos 2001

6. Articulações funcionais, mobilidade e circulação

Acessibilidades e mobilidade



6. Articulações funcionais, mobilidade e circulação

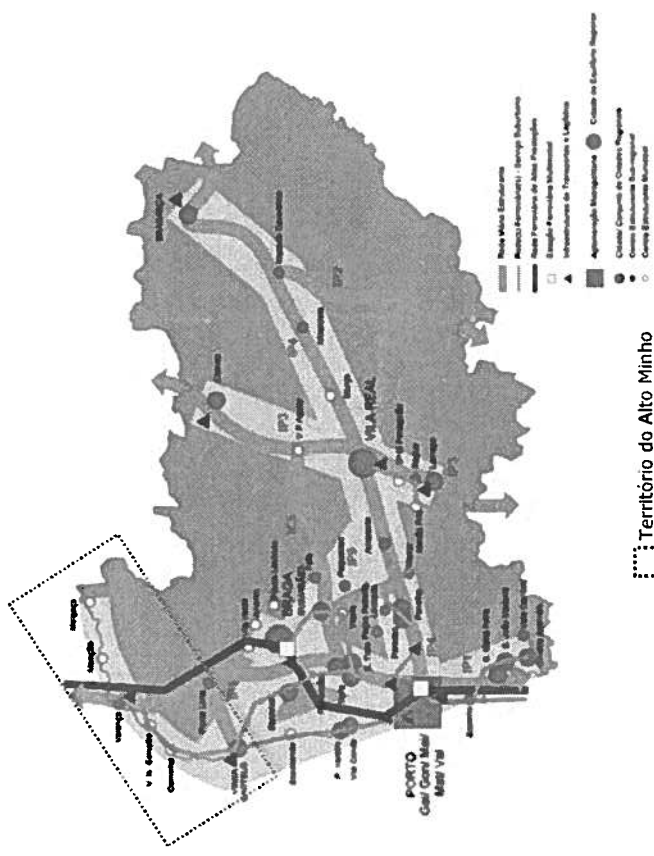
Acessibilidade e mobilidade rodoviária

- A A28 constitui o eixo estrutural da região Norte litoral, ligando o Porto a Caminha, estando previsto o seu prolongamento até Valença, em que se constituirá nessa altura como alternativa à A3 na ligação fronteiriça com Espanha.
- No conjunto das sedes de concelho do Alto Minho, Melgaço é a única que não se encontra a menos de 30 minutos de um IP ou IC, tal como previsto no PRN 2000.
- A A27, conhecida como auto-estrada do Vale do Lima faz a ligação entre a A28 (junto a V. do Castelo) e a A3 (junto a Pte. Lima), tendo seguimento através do IC 28 em direcção ao interior e ao Parque Nacional da Peneda Gerês.
- A A3 é o eixo fundamental de ligação ao norte de Espanha e à Galiza. Esta via faz parte da estrada europeia E01 que prossegue até à cidade da Corunha.
- Este anel (A28, A27, A3) estrutura o território a nível interno assumindo três contínuos urbanos: eixo V. Castelo-Caminha-Valença; eixo V. Castelo-Pte. Lima e eixo A. Valdevez-Pte. Barca.
- A relação de contiguidade territorial entre A. Valdevez/Pte. Barca e Monção /Melgaço é geradora de complementaridades específicas internas suportadas nas infra-estruturas rodoviárias e gerando novos contínuos urbanos ainda que de menor centralidade.
- A proximidade e facilidade de acesso dos concelhos do Alto Minho interior à cidade de Braga, faz com que estes registem uma forte polarização com esta cidade.
- O concelho de P. Coura, é o que se encontra a maior tempo de distância face aos principais pólos urbanos do Alto Minho e corredores de grande distribuição rodoviária, nomeadamente a A28.
- A mobilidade rodoviária é efectuada preferencialmente segundo o modo de transporte individual, em detrimento do transporte público. Nas áreas de menor densidade populacional a retracção do transporte público aumenta o isolamento das populações, nomeadamente dos idosos e das crianças, sendo o custo de

transporte por aluno para deslocação para os aglomerados urbanos mais próximos suportado pelas autarquias e implicando elevados custos.

- Os centros urbanos de fronteira do Alto Minho, possuem uma localização privilegiada no eixo Porto-Vigo-Corunha, sendo que a cooperação transfronteira assume um papel estratégico no modelo de organização do território. Actualmente todos os concelhos fronteiriços possuem boas conexões aos concelhos vizinhos espanhóis, com excepção de Caminha, que reivindica uma ponte de ligação a La Guardia.
- A fronteira de Valença, mais especificamente a "ponte nova", é o ponto fronteiriço entre Espanha e Portugal com maior intensidade média diária de tráfego, sendo a maioria de veículos ligeiros.

Figura 5: Esquema das acessibilidades e mobilidade do PROT-Norte



Fonte: PROT - Norte: Relatório Sectorial Acessibilidades, Mobilidade e Logística, Junho 2009

6. Articulações funcionais, mobilidade e circulação

Acessibilidade e mobilidade ferroviária

- A rede ferroviária da região Norte apresenta alguma debilidade quando comparada com o quadro nacional e com a Galiza, sendo a parte da Euro região Norte de Portugal-Galiza com piores indicadores (quilómetros de extensão de via férrea por mil habitantes e por milhares de quilómetros quadrados).
- O movimento transfronteiriço de passageiros por caminho-de-ferro na fronteira de Valença decresceu 40% entre 1999-2001. Essa quebra em parte ficou a dever-se à abertura do IP1 entre Braga e Valença/Tui. Entre 2003 e 2004 o movimento anual de passageiros desceu de cerca de 34.400 para 18.000 passageiros.
- Em termos do tipo de serviço proporcionado, a linha do Minho está classificada como rede complementar para a ligação entre Nine e V. Castelo e rede secundária para a ligação entre V. Castelo e Valença. Actualmente reivindica-se a melhoria do serviço prestado à população, seja pela adequação dos horários/percursos à realidade quotidiana das populações, seja pela electrificação da via férrea, que se encontra algo obsoleta.
- Relativamente à integração na rede ferroviária de altas prestações, que será construída em bitola europeia e está incluída na Rede Trans-europeia de Transportes (RTE-E) encontrava-se prevista para 2013 a entrada ao serviço do troço Braga-Valença da linha de alta velocidade (Categoria II) entre Porto e Vigo, mas devido ao enquadramento económico que se vive actualmente, encontra-se adiada a sua construção. O fecho desta ligação com a remodelada linha entre Vigo e Corunha possibilitará o fecho da malha ferroviária e a conexão com a nova ligação em alta velocidade entre Santiago e Madrid.
- A remodelação da rede ferroviária convencional, o fecho da malha e a perspectiva de integração das actuais linhas de bitola métrica na rede de bitola ibérica constituem desafios com importantes graus de incerteza que importa considerar na estratégia a desenvolver para a região do Alto Minho.

Quadro 13: Níveis de serviço/procura na rede ferroviária na região Norte

Ligação	Serviços	Km	Tempo menor (min.)	Km/hora	Comboios	Procura
Alto Minho						
Porto-V. Castelo	• Regional	76	81	56	10	125 mil passageiros (Maio, 2006)
	• Inter-Regional		90	51	3	
V. Castelo-Valença	• Regional	54	62	52	4	48.000 (2001) 34.400 (2003) 18.000 (2004)
	• Inter-Regional		41	79	3	
Porto-Valença-(Vigo)	• Internacional	187	191	59	2	

Quadro 14: Serviço ferroviário no território do Alto Minho

Serviços	Ligações (2 sentidos)	Sedes de concelho com paragem (na zona de estudo)
Alto Minho		
Tipo de Ferrovia: pesada em bitola ibérica		
Inter-Regional	Porto-V. Castelo-Valença	V. Castelo e V. N. Cerveira
Regional	Nine-V. Castelo; Viana-Valença; Nine-Valença	Caminha, Valença, V. Castelo e V. N. Cerveira
Internacional	Porto-Valença-(Vigo)	Caminha, Valença, V. Castelo e V. N. Cerveira

Fonte: PROT - Norte: Relatório Sectorial Acessibilidades, Mobilidade e Logística, Junho 2009

7. Dimensão urbana e ocupação do território

7. Dimensão urbana e ocupação do território

A dimensão urbana e a dinâmica urbanística

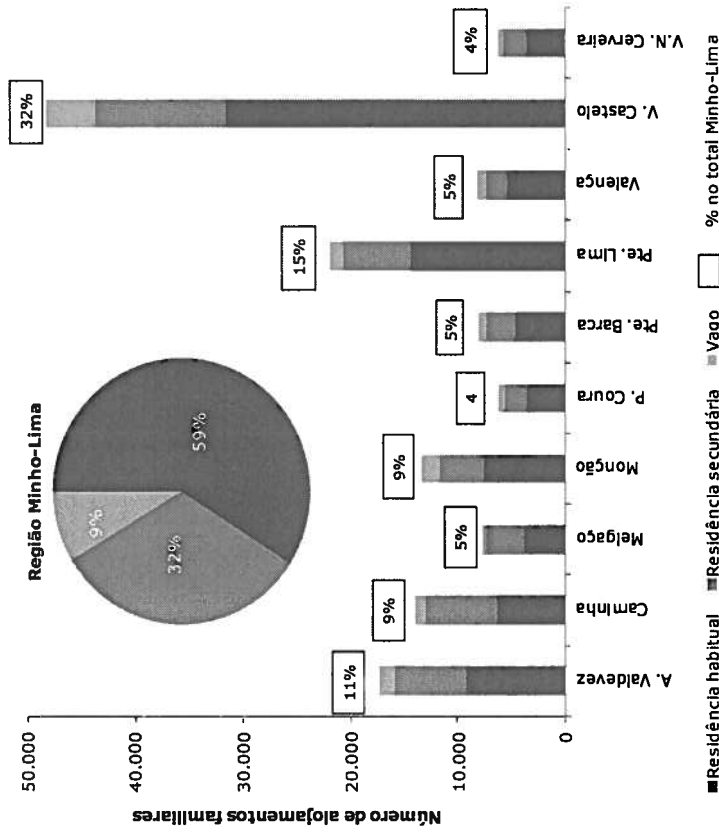
- O dinamismo da Região no que respeita ao aumento do número de alojamentos e de edifícios reflecte-se em variações de cerca de 13% e 11%, respectivamente, ao longo do período 2001-2011. Esta intensidade de crescimento não atingiu, contudo, o patamar nacional. Foi ainda expressivo o crescimento do número de famílias residentes na Região, o que reflecte uma tendência para a redução da dimensão média das famílias, alinhada com a tendência nacional.
- A ocupação dos alojamentos familiares no Alto Minho destina-se, na sua grande maioria (cerca de 59%), a residência habitual dos habitantes da Região, emergindo ainda uma parcela substancial do total (cerca de 32%) como residência secundária. A significativa proporção da segunda habitação no território poderá estar associada à expressão dos fluxos migratórios de naturais da Região, que têm por destino, quer países europeus, quer as principais áreas metropolitanas do país. A parcela de alojamentos vazios cinge-se a cerca de 9% do total de alojamentos familiares.

Quadro 15: Alojamentos, edifícios e famílias

Local de residência	Alojamentos 2011	Tx. var. Alojam. 2011-01	Edifícios 2011	Tx. var. Edifícios 2011-01	Famílias 2011	Tx. var. Famílias 2011-01
Portugal	5.877.991	16%	3.543.595	12%	4.048.932	11%
Norte	1.850.813	15%	1.209.830	10%	1.332.301	10%
Minho-Lima	150.894	13%	120.882	11%	89.681	8%
A. Valdevez	17.297	7%	15.350	4%	9.152	0%
Caminha	13.951	16%	9.318	16%	6.265	10%
Melgaço	7.603	6%	7.004	4%	3.844	2%
Monção	13.407	12%	11.713	7%	7.449	5%
P. Coura	6.081	14%	5.722	13%	3.508	0%
Pte. Barca	7.968	15%	6.800	12%	4.474	4%
Pte. Lima	21.976	18%	19.653	17%	14.417	9%
Valença	8.150	8%	6.817	6%	5.311	6%
V. Castelo	48.290	14%	32.925	14%	31.767	13%
V.N. Cerveira	6.171	21%	5.580	20%	3.494	12%

Fonte: INE, Censos 2011 - Resultados provisórios

Gráfico 18: Forma de ocupação dos alojamentos familiares do parque habitacional dos Concelhos e da Região do Alto Minho



Fonte: INE, Censos 2011 - Parque habitacional, Resultados Pré-preliminares

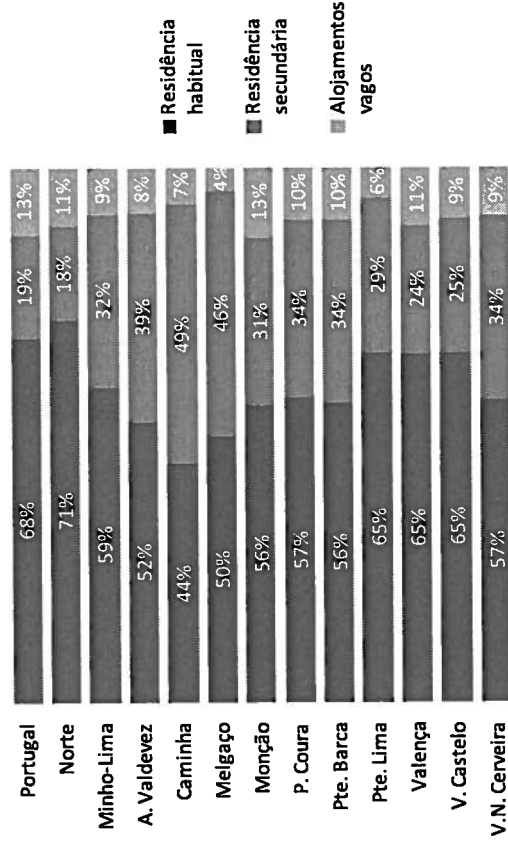
- Os concelhos mais populosos da região - V. Castelo e Pte. Lima - concentram praticamente metade (47%) do total de alojamentos familiares. A significativa expressão do crescimento, entre 2001 e 2011, do número de alojamentos a nível concelhio deve, porém, ser analisada no contexto do já referido decréscimo demográfico da generalidade dos concelhos da Região, indiciando, por conseguinte, o peso crescente da segunda habitação no território. Esta constatação é inclusivamente válida para os dois concelhos que revelaram um acréscimo da sua população (V. Castelo e V. N. Cerveira), uma vez que as taxas de crescimento do número de alojamentos assumem proporções muito mais significativas.

7. Dimensão urbana e ocupação do território

A dimensão urbana e a dinâmica urbanística

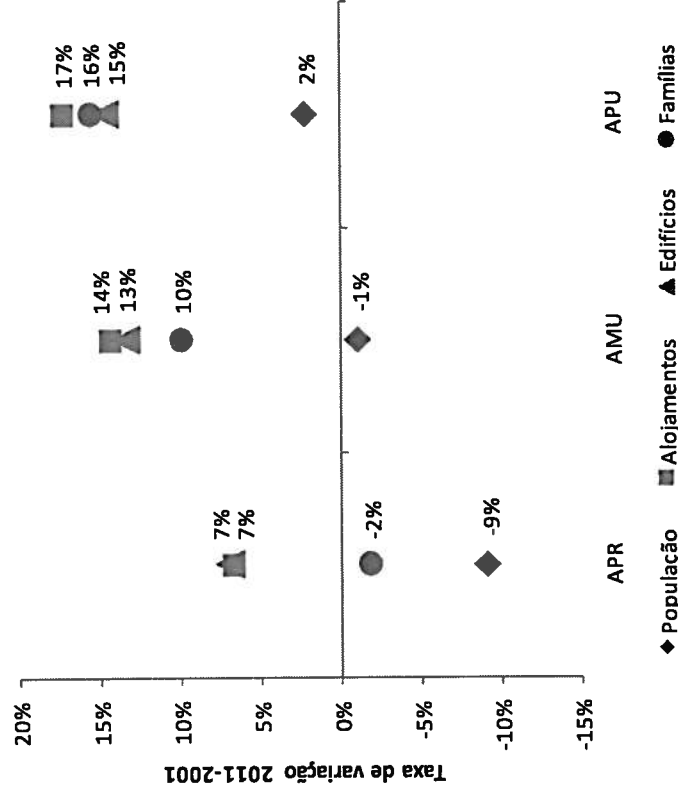
- Ocupando apenas cerca de um terço da superfície total do Alto Minho, as freguesias com perfil urbano concentram cerca de 75% da população da região. A dinâmica populacional no período 2001-2011 revela uma clara tendência para a concentração da população nos pólos mais urbanos do território: apenas as Áreas Predominantemente Urbanas verificam um acréscimo da respectiva população, em paralelo com crescimentos significativos no número registado de alojamentos, edifícios e famílias.
- Os níveis de urbanização assumem proporções diferenciadas entre os concelhos da região: Melgaço e P. Coura emergem como concelhos de cariz predominantemente rural, concentrando nesta tipologia cerca de 68% e 64% da respetiva população; ao invés, V. Castelo e Pte. Lima são os concelhos mais urbanizados, concentrando cerca de 92% e 84% da respetiva população em Áreas Médiana e Predominantemente Urbanas.
- A consideração conjunta da evolução da população, por um lado, e do número de famílias e alojamentos, por outro, permite concluir por uma tendência para a redução da dimensão média das famílias, que assume maior intensidade nas zonas urbanas. Por questões que se prendem com o estilo de vida ou com o conceito habitacional adotado, as zonas rurais continuam, ao invés, a revelar modelos familiares mais alargados.

Gráfico 19: Formas de ocupação dos alojamentos familiares



Fonte: INE, Censos 2011 - Parque habitacional, Resultados Pré-provisórios

Gráfico 20: Evolução da população e do número de alojamentos, edifícios e famílias, segundo as tipologias de áreas urbanas



Nota: APR- Áreas Predominantemente Rurais, AMU - Áreas Medianamente Urbanas; APU - Áreas Predominantemente Urbanas

Fonte: INE, Censos 2011 - Resultados provisórios

- O arrendamento assume, na Região do Alto Minho, uma expressão bastante limitada, correspondente a cerca de 7% do total de alojamentos e equivalente a cerca de metade da média nacional (13%) e para a Região Norte (14%).
- No que respeita à forma de ocupação dos alojamentos familiares, a expressão da segunda residência assume proporções comparativamente mais significativas (face à repartição do número total de alojamentos) nos concelhos de A. Valdevez, Caminha e Melgaço.

7. Dimensão urbana e ocupação do território

A dimensão urbana e a dinâmica urbanística

- A Região do Alto Minho apresenta um parque habitacional relativamente jovem: a idade média dos edifícios é de cerca de 30 anos, sendo inferior aos valores médios nacionais e para a Região Norte. Caminha, Pte. Lima e V. Castelo são os concelhos mais modernos no que concerne à idade média do respectivo parque habitacional.
- Similarmente, o índice de envelhecimento da globalidade dos edifícios do Alto Minho (81) é também inferior aos valores de referência a nível nacional (99) e para o Norte (87). Alguns concelhos da Região registam, todavia, valores bastante elevados para este indicador, como Melgaço, Monção e A. Valdevez, casos em que os edifícios construídos até 1945 superam, em número, os edifícios construídos depois de 1991.
- Os encargos médios mensais com a habitação na Região do Alto Minho variam entre 112 euros (correspondente ao valor médio das rendas em Pte. Barca) e 292 euros (equivalente aos encargos com aquisição de habitação própria em V. Castelo).

Gráfico 21: Encargos médios mensais com a habitação

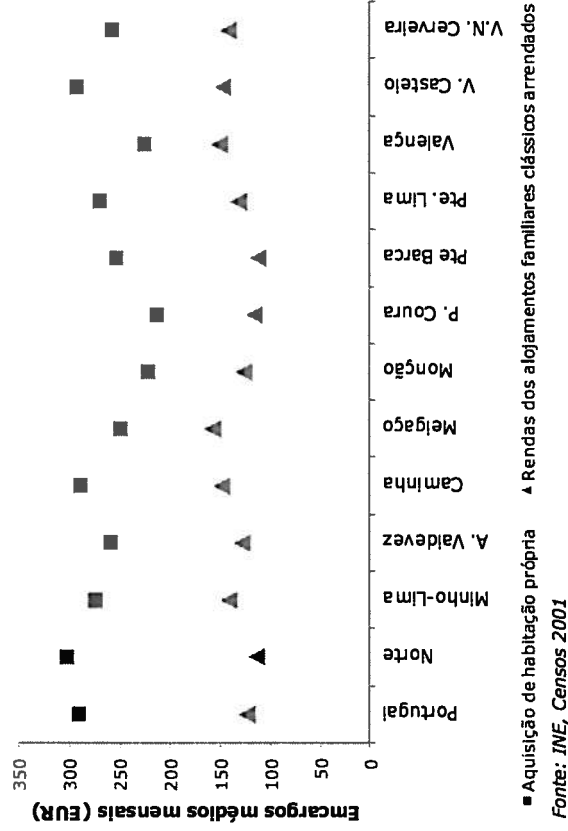
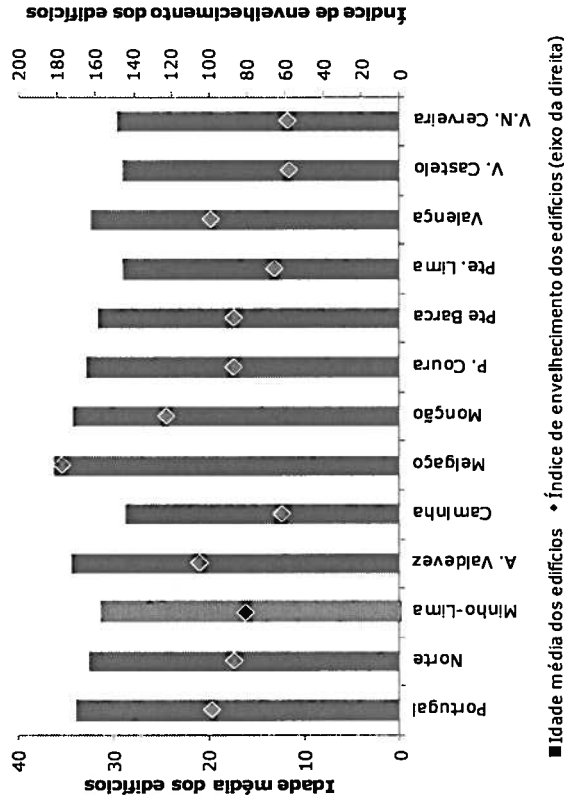


Gráfico 22: Idade média e índice de envelhecimento dos edifícios



Nota: Índice de envelhecimento dos edifícios = Edifícios construídos até 1945 / Edifícios construídos após 1991 * 100
Fonte: INE, Censos 2001

• À semelhança do apurado para Portugal e para a Região Norte, os custos com habitação própria são significativamente superiores aos valores médios das rendas. A compra de habitação acarreta custos mensais mais onerosos em Caminha, V. Castelo e Pte. Lima, ao passo que o arrendamento é mais caro em Melgaço, Valença e Caminha. Para explicar esta hierarquia de encargos mensais com a habitação contribuirão factores como a área e a tipologia das casas, que não são publicados desagregadamente.

• Distingue-se um menor diferencial – considerando globalmente os concelhos do Alto Minho – entre a responsabilidade associada aos encargos com aquisição de habitação própria e os valores médios das rendas dos alojamentos familiares arrendados, comparativamente à média nacional e à Região Norte. Valença emerge como o Concelho onde este diferencial assume menor expressão, por oposição às situações de V. Castelo, Caminha ou Pte. Barca.

7. Dimensão urbana e ocupação do território

Especificidades territoriais e paisagísticas

- A diversidade territorial do Alto Minho abrange uma fisiografia variada, combinando o litoral atlântico com vales, serras e a montanha interior. Possui um relevo dinâmico que se faz acompanhar de grandes extensões de coberto florestal e natural, atingindo a pluviosidade valores elevados. Os territórios mais altos reúnem a maior parte das cabeceiras de linhas de água, com particular destaque para a cabeceira montanhosa do rio Lima;
- Dois vales transversais, o vale do Minho e o vale do Lima, desenvolvem-se ao longo da direcção nascente-poente, dominados pelos rios Minho e Lima, suportando eixos de povoamento (numa continuidade em fase de consolidação) e corredores rodoviários;
- Este território constitui uma porta de entrada para o Parque Nacional da Peneda Gerês, único no país, metade do qual se inclui nesta região;
- A faixa litoral tem uma extensão de cerca de 60 km, a que correspondem os territórios de mais baixa altitude, razoavelmente povoados, com praias de qualidade balnear e paisagística, e albergando um porto marítimo – V. Castelo;

Quadro 16: Tipologia de ocupação do solo – Corine Land Cover

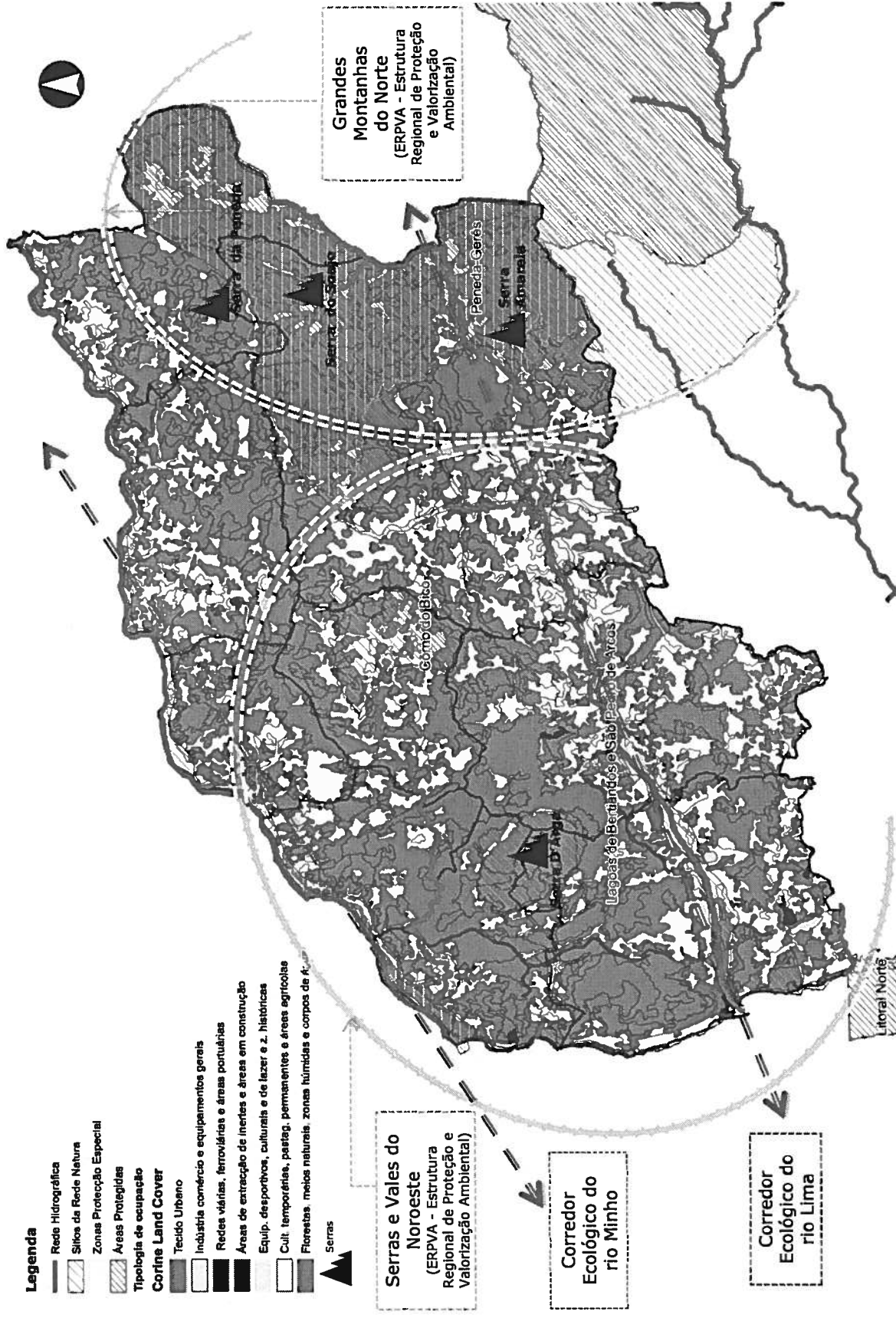
Alto Minho	Área (hectares-ha)	Área do território do Alto Minho (%)
Tecido urbano	8.358	4
Indústria, comércio, equipamentos gerais	558	0,3
Redes viárias, ferroviárias e áreas portuárias	811	0,4
Áreas em construção e extração de inertes	422	0,2
Equipamentos desportivos, culturais e zonas históricas	71	0
Culturas temporárias, pastagens permanentes e áreas agrícolas heterogéneas	61.079	28
Florestas, meios naturais e zonas húmidas e corpos de água	150.532	68

Fonte: Corine Land Cover, 2006

- É um território composto pela trílogia urbano-rural-natural, onde a dispersão do tecido construído, a difícil separação entre natural de produção e de preservação e a coexistência de uma agricultura em regime de minifúndio, maioritariamente com o propósito de complemento de rendimento e subsistência, fomentam a existência de um mosaico complexo e dinâmico de interdependências que influenciam a tipologia de ocupação associada a cada espaço;
- A análise do espaço artificializado permite verificar uma grande dispersão do espaço construído, onde se percebe a consolidação de dois sistemas urbanos contínuos, em que as freguesias urbanas das sedes de concelho constituem nós centrais que se alastram progressivamente às freguesias vizinhas:
 - e o sistema urbano de fronteira: Caminha - V.N. Cerveira - Valença, Monção - Melgaço;
 - e o sistema urbano interior: V. Castelo - Pte. Lima - Pte. Barca - A. Valdevez - P. Coura;
- A continuidade que se identifica entre Caminha e V. Castelo permite perspetivar uma continuidade urbana entre as sedes dos concelhos do Minho-Lima;
- A análise da ERPVA – Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental permite verificar que, das 6 unidades de gestão territorial que identifica, duas delas incidem sobre o território do Alto Minho. São elas a unidade territorial das “Grandes Montanhas do Norte”, onde se incluem as serras da Peneda-Gerês, e as “Serras e Vales do Noroeste”, onde se incluem os vales do rio Minho e do Lima (figura na página seguinte), com vocação maioritariamente conservacionista;
- O território do Alto Minho é maioritariamente ocupado por um coberto florestal e natural (cerca de 68%), seguido de áreas agrícolas heterogéneas e culturas temporárias (28%), espaços estes maioritariamente afectos a figuras conservacionistas de protecção e com escasso povoamento;
- Identificam-se grandes desafios ao ordenamento do solo disponível no Alto Minho, nomeadamente no que concerne aos solos periurbanos, bem como ao desenvolvimento de modelos territoriais que alavanquem novas actividades e funções económicas, que coexistam em patamares de sustentabilidade com o meio natural e rural, sem que haja compromisso dos mesmos;

7. Dimensão urbana e ocupação do território

Tipologia de ocupação do território



Nota: ERPVA designa a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
 Fonte: AM&A, com base em dados Corine Land Cover

7. Dimensão urbana e ocupação do território

Áreas Naturais

- O território do Alto Minho é singular no que concerne aos seus valores naturais e ecológicos. O sistema paisagístico aliá, à sua beleza natural, uma vasta e rica biodiversidade que apresenta potencial para transformar este território num espaço de interesse ecológico, cultural e económico nacional e transnacional. A aptidão para a prática do turismo de natureza, turismo em espaço rural e enoturismo, entre outras actividades complementares, encontra-se bem patente na quantidade e qualidade de valores naturais classificados;
- A Rede Natura 2000 subdivide-se em duas classificações: Zona de Protecção Especial (ZPE) e Sítio de Interesse Comunitário (SIC). No Alto Minho cerca de 18% do seu território está afecto a ZPE e 27% a SIC;
- Os sítios da Rede Natura 2000 ocupam 60%, 47%, 44% e 34%, respectivamente da área, dos concelhos de Pte. Barca, A. Valdevez, Meilgaço e P. Coura. Relativamente à ZPE, esta representa cerca de 8%, 5% e 4%, respectivamente dos concelhos de A. Valdevez, Meilgaço e Pte. Barca;
- A área SIC afecta ao Parque Nacional da Peneda-Gerês é o grande "ex-libris" do Alto Minho representando a sua área cerca de 40% deste território. Em 2010, o Parque da Peneda Gerês contabilizou um total de 48.433 visitantes, o que comprova a sua capacidade de atração;
- O Alto Minho possui um conjunto natural que, para além das Áreas Naturais classificadas (ver quadro abaixo), contabiliza outros valores naturais de grande relevância, de que são exemplo as dunas ao longo da costa nomeadamente Moledo, Ancora, Afife e Castelo do Neiva e as zonas agrícolas ou pinhais, destacando-se o pinhal de Camarido, pinhal Darque e pinhal da Gelfa;
- Os vales dos rios Minho e Lima constituem importantes corredores ecológicos de ligação do interior montanhoso ao oceano. O vale do Minho destaca-se como território transfronteiriço de grande valor ecológico que estabelece uma relação privilegiada com a região espanhola da Galiza. O vale do Lima é envolvido por um conjunto montanhoso grandioso e imponente, constituído pelas serras do Gerês, Peneda e Amarela, Soajo, Arga e Corno do Bico.

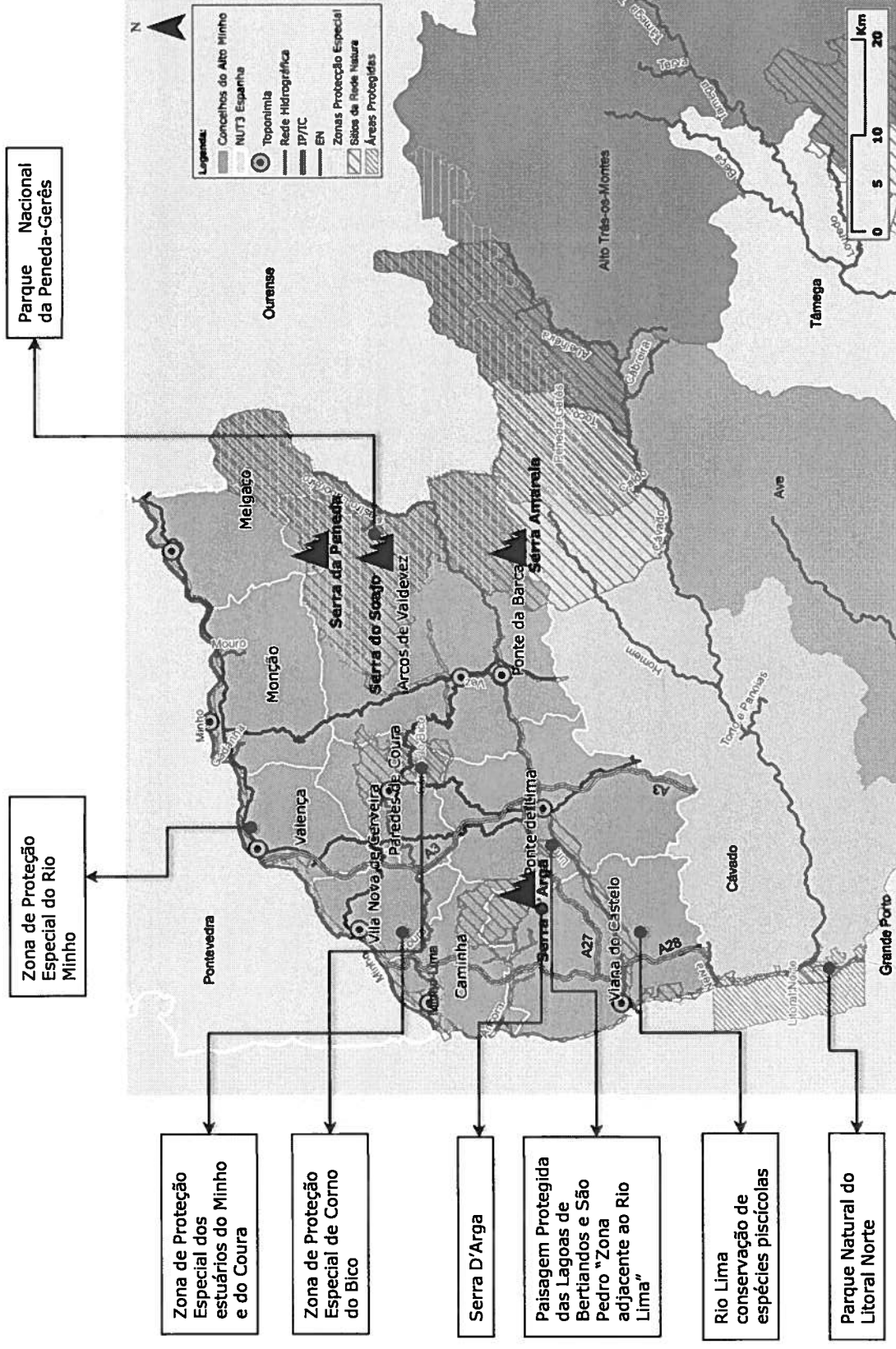
Quadro 17: ZPE e SIC da Rede Natura 2000

Sítios Interesse Comunitário (SIC)	Código	Área (ha)	Concelhos Abrangidos
Serra da Peneda -Gerês	PTCON0001	88.845	A. Valdevez, Amares, Montalegre, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Verde, Meilgaço, Pte. Barca
Litoral Norte	PTCON0017	2540 (área terrestre 2.048; área marinha 492)	Caminha, Esposende e V. Castelo
Rio Minho	PTCON0019	4.554	Caminha, Meilgaço, Monção, Valença e V.N. Cervela
Rio Lima	PTCON0020	5.382	A. Valdevez, Pte. Barca, Pte. Lima, Vila Verde e V. Castelo
Corno do Bico	PTCON0040	2.175	P. Coura
Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos	(PTCON0020) "Zona adjacente ao rio Ilma"	365	Pte. Lima
Serra de Arga	PTCON0039	4.493	Caminha, Pte. Lima e V. Castelo
Zona Protecção Especial (ZPE)			
Estuários do Rio Minho e Coura	PTZPE0001	3393 (área terrestre 3081; área marinha 312)	Caminha, Valença e V.N. Cervela
Serra do Gerês	PTZPE0002	63.438	A. Valdevez, Meilgaço, Monção, Montalegre, Pte. Barca e Terras do Bouro

Fonte: ICNB - Rede Natura 2000

7. Dimensão urbana e ocupação do território

Áreas protegidas de excelência no contexto nacional e transnacional

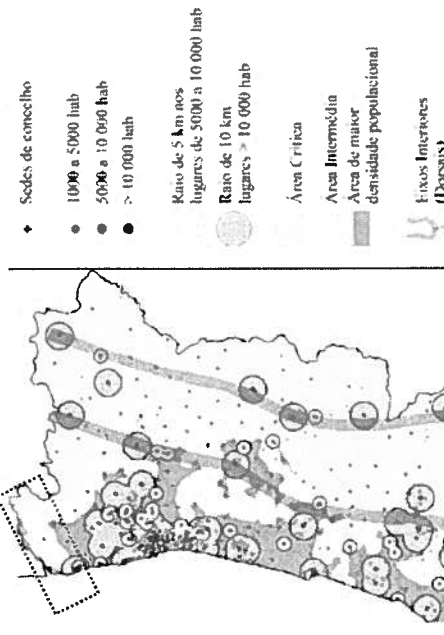


7. Dimensão urbana e ocupação do território

Sistema urbano

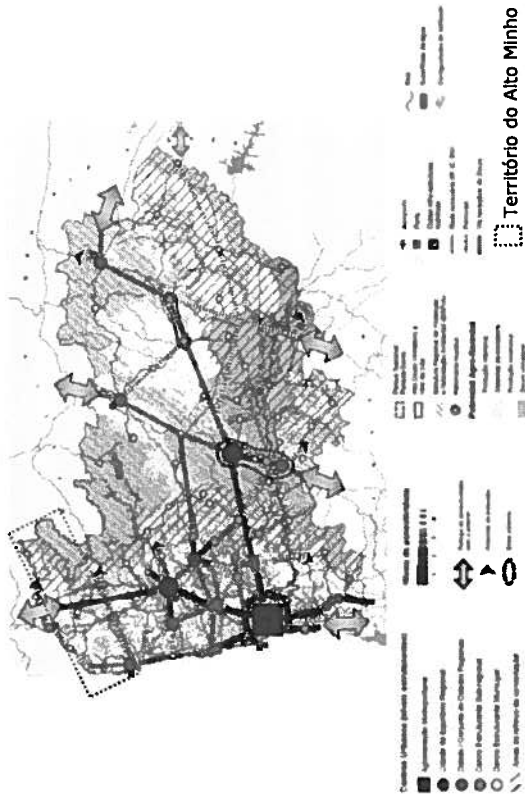
- De acordo com o Programa Nacional da Política e Ordenamento do Território - PNPOT, o território do Alto Minho caracteriza-se por ser um “espaço intermédio entre a região urbano-metropolitana do noroeste e a Galiza”, sendo uma região de transição entre as áreas metropolitanas de Porto e Vigo, podendo este “efeito costura” ser responsável por uma contenção no seu desenvolvimento;
- O território do Alto Minho encontra-se no limite de áreas de elevada densidade populacional, constituindo-se a Área Metropolitana do Porto – AMP, como sua grande área de influência. De acordo com o PNPOT (ver esquema) uma fracção da região é definida como “área intermédia” de densidade populacional, ficando uma outra definida como “área crítica” (área correspondente ao território do Parque Nacional da Peneda Gerês);
- A região metropolitana do Porto (Arco metropolitano do Norte Litoral no PNPOT) organiza-se em vários subsistemas, destacando-se para o presente estudo, o subsistema urbano do Minho-Lima e a cidade de V. Castelo como o pólo urbano de maior relevância;
- O PNPOT assinala como principais opções para o Alto Minho:
 - o reforço do papel regional de V. Castelo e a consolidação dos sistemas do Vale do Minho até Valença e do Vale do Lima até Pte. Lima/Pte. Barca, explorando as acessibilidades rodoviárias atuais;
 - o desenvolvimento de acções que se direccionem para o aproveitamento da localização privilegiada no eixo Porto-Vigo-Corunha, reforçando a implementação de novas funções para os centros urbanos fronteiriços e dinamizando a cooperação transfronteiriça estratégica, nomeadamente no que concerne à organização do território nas redes de infra-estruturas e equipamentos;
 - a promoção da consolidação e estabilização das actividades e usos nas áreas de montanha e a sua valorização ambiental e turística, com destaque para o PNP-G;
 - e ainda a valorização turística do território;
- O PROT-Norte, relativamente ao modelo do sistema urbano regional, assinala a existência de duas dimensões que emergem no relacionamento interurbano com os territórios de proximidade: o relacionamento inter-regional entre a região Norte e a região Centro e o relacionamento transfronteiriço do Norte de Portugal com a Galiza e com Castela e Leão;

Figura 6: Povoamento e eixos existentes interiores no Noroeste Português – PNPOT



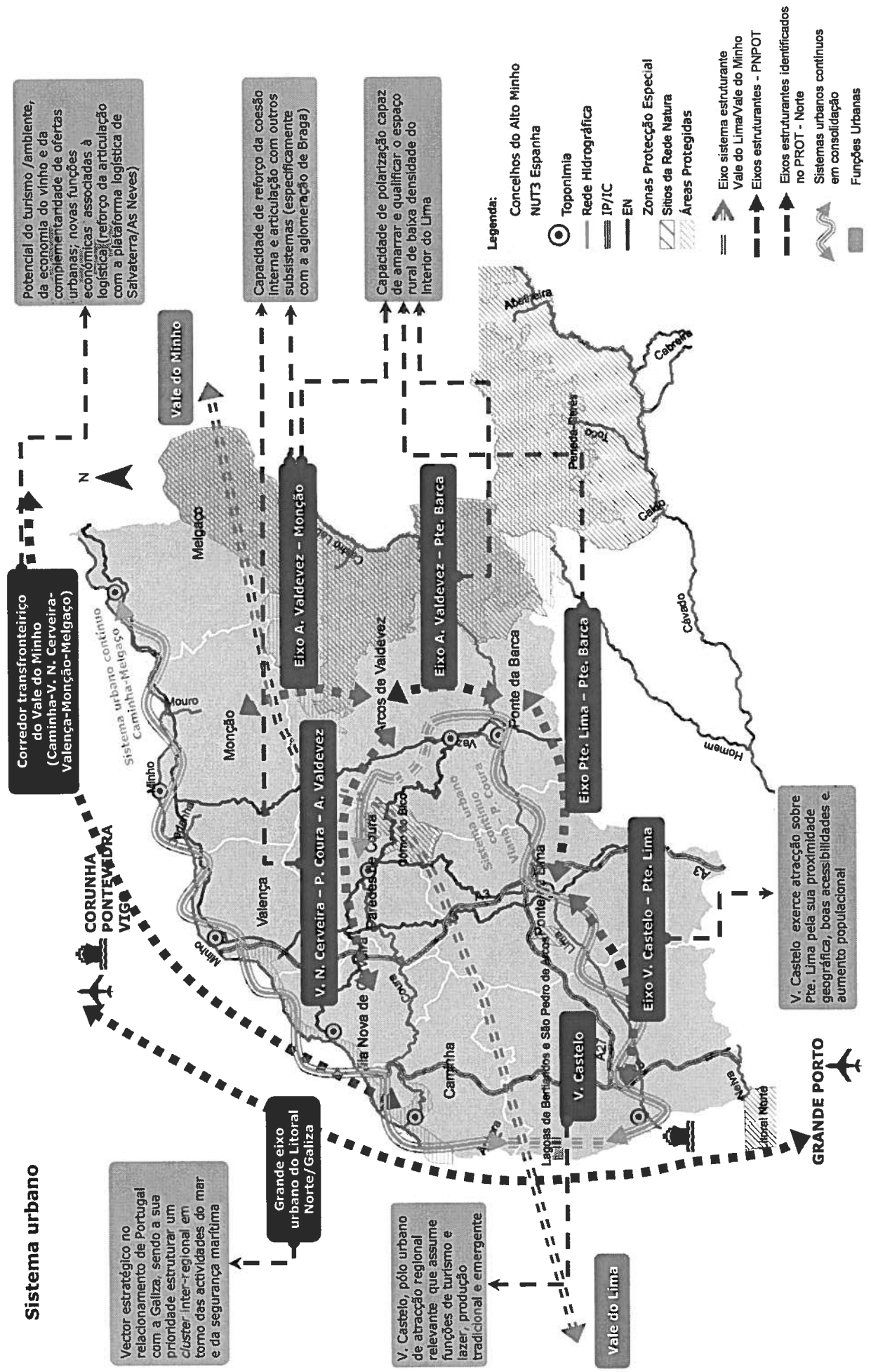
Fonte: Relatório PNPOT, 2007

Figura 7: Esquema do modelo territorial do PROT – Norte



Fonte: PROT – Norte: Relatório Sectorial Sistema Urbano, Junho 2009

7. Dimensão urbana e ocupação do território



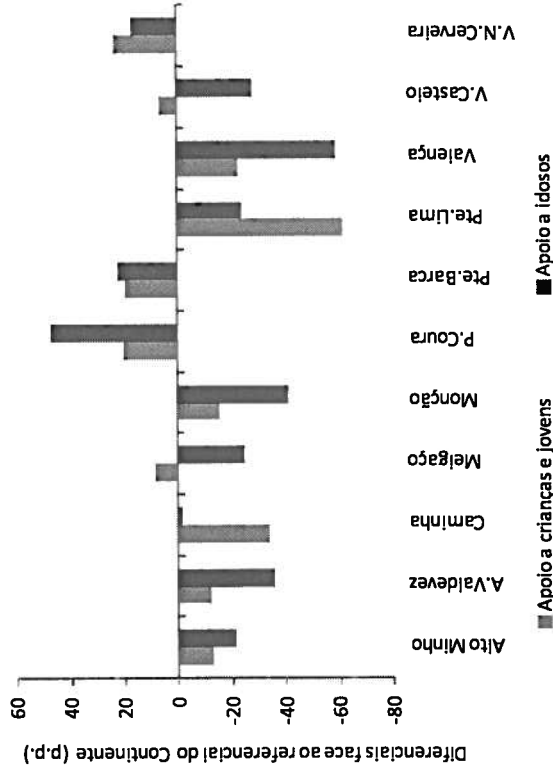
8. Resposta social e dotação de equipamentos e infra-estruturas

8. Resposta social e dotação de equipamentos e infra-estruturas

Apoio e resposta social

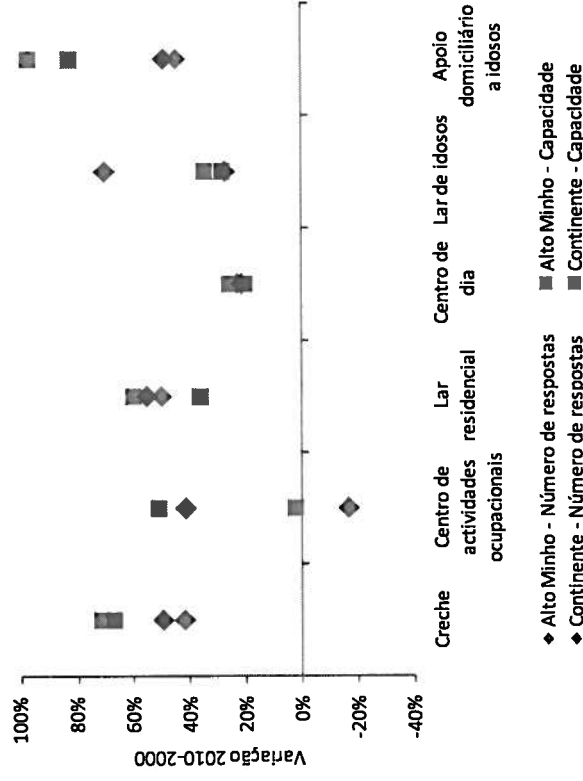
- A evolução da capacidade de respostas sociais no apoio a crianças e jovens, por um lado, e à população mais idosa, por outro, na Região do Alto Minho tem acompanhado de perto a tendência nacional neste domínio, evidenciando um reforço significativo da oferta do número de equipamentos sociais e respectiva capacidade ao longo do período 2000-2010. A única tipologia de resposta social que, no Alto Minho, não seguiu a tendência nacional foi os "Centros de Actividades Ocupacionais", cujo número de respostas decresceu e cuja capacidade se manteve ao longo do período em análise.
- Ambas as vertentes de intervenção emergem como respostas a níveis crescentes de procura, em particular a decorrente do reforço do escalão etário da população com mais de 65 anos. Foi com o intuito de fazer face a tais solicitações que os serviços de apoio domiciliário a idosos duplicaram a sua capacidade de resposta, em paralelo com um significativo reforço da intervenção a nível de lares residenciais, sendo os primeiros, porventura, a tipologia de apoio que melhor se enquadra na forma de organização familiar da Região do Alto Minho.

Gráfico 23: Capacidade de respostas no apoio a crianças/jovens e idosos: diferenciais face ao referencial de Portugal Continental



Fonte: Equipa de projecto, com base em Informação constante da Carta Social - Ministério do Trabalho e da Segurança Social, GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento (2010)

Gráfico 24: Evolução das respostas sociais na Região do Alto Minho e em Portugal Continental entre 2000 e 2010



Fonte: Equipa de projecto, com base em Informação constante da Carta Social - Ministério do Trabalho e da Segurança Social, GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento (2010)

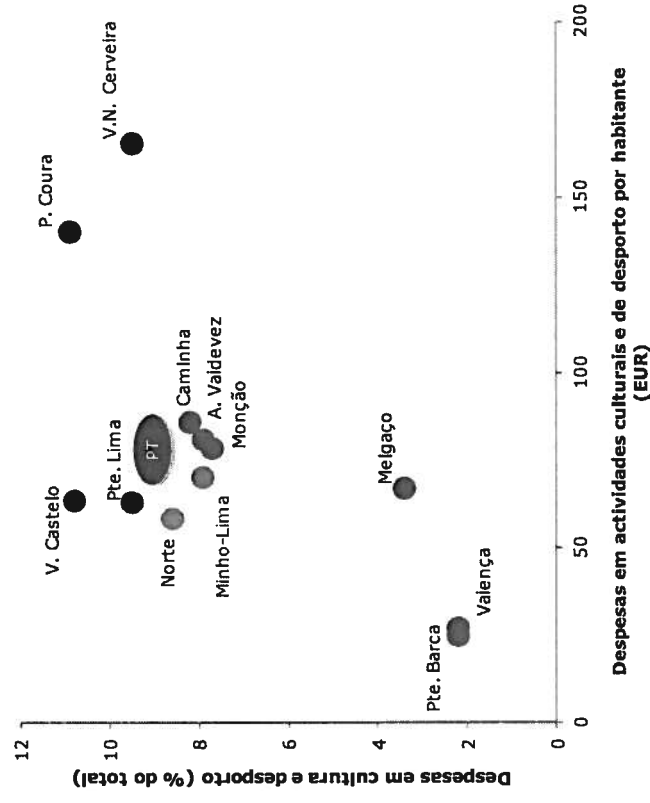
- Quando relativizadas pelos respectivos públicos-alvo, o posicionamento evidenciado pela Região do Alto Minho no que concerne às capacidades de resposta social revela-se ligeiramente desfavorável relativamente aos referenciais calculados para o Continente. Os concelhos de P. Coura, Pte. da Barca e V.N. Cerveira são os que prefiguram situações mais robustas no que concerne às suas capacidades de resposta social.
- O apoio social a crianças e jovens e a idosos parece, contudo, ter atingido um patamar de equilíbrio na Região do Alto Minho, sendo relativamente contidas as manifestações quanto à necessidade do seu eventual reforço no território. Para este facto contribuirá certamente a coexistência de formas alternativas de inclusão e apoio social, em contextos de maior proximidade entre as populações e de núcleos familiares mais alargados.

8. Resposta social e dotação de equipamentos e infra-estruturas

Dotação e acessibilidade a equipamentos culturais e desportivos

- A riqueza patrimonial do Alto Minho, a par das iniciativas e dos investimentos realizados no passado mais recente, têm proporcionado, aos habitantes da Região, um acesso mais fácil e expedito a actividades culturais e desportivas, o que foi amplamente reconhecido pela generalidade dos responsáveis municipais auscultados.
- Os indicadores do domínio cultural que ilustram o posicionamento relativo da Região do Alto Minho no contexto nacional e da Região Norte permitem concluir pela boa dotação do território a nível de equipamentos culturais que, regra geral, se encontra em linha com ou supera a representatividade populacional da Região.
- Numa perspectiva estritamente financeira, a aferição das despesas em actividades culturais e desportivas dos Municípios da Região do Alto Minho destaca os concelhos de P. Coura e V.N. Cerveira, os quais conjugam os valores *per capita* dispendidos mais elevados com as mais altas proporções de despesas em cultura e desporto no total de despesas dos respectivos municípios.
- Neste domínio, destaque-se a notoriedade alcançada pela Bienal de Cerveira e pelos Festivais de P. Coura e Vilar de Mouros, que têm contribuído para a dinamização da economia regional e têm proporcionado à Região uma projecção nacional e internacional assinalável.
- Os desafios mais prementes que, na vertente cultural e desportiva, se colocam na generalidade dos Municípios respeitam, não tanto à dotação, mas ao usufruto dos equipamentos disponíveis e à sua exploração de forma sustentada, para o que a valorização da componente turística emergiria como um precioso contributo.

Gráfico 25: Despesas em actividades culturais e de desporto na Região do Alto Minho



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

Quadro 18: Enquadramento nacional e regional da Região do Alto Minho na área da cultura

Indicadores de cultura	Cinema		Recintos de espectáculos		Espectáculos ao vivo		Museus, jardins zoológicos e botânicos e aquários		Galerias de arte e outros espaços		Publicações periódicas		Bens imóveis culturais	
	Sessões	Expectados por habitante	Nº de recintos	Lotação média total das salas	Nº de sessões	Expectador por habitante	Valor médio dos bilhetes vendidos (EUR)	Número	Visitantes	Número	Visitantes	Total		das quais, em suporte papel e electrónico
Portugal	670.315	1,6	367	463	30.088	1,0	18,4	360	13.839.829	881	9.077.521	1.852	489	3.845
Norte	184.997	1,3	88	426	7.495	0,7	9,0	103	3.833.342	255	3.056.623	411	89	1.203
Minho-Lima	5,733	0,6	3	318	756	0,8	12,4	7	125.205	19	255.432	31	6	181

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

8. Resposta social e dotação de equipamentos e infra-estruturas

Questões ambientais e infra-estruturas básicas

- O serviço de abastecimento de água encontra-se garantido em todo o Alto Minho, contudo esta região ainda não consegue atingir o nível de cobertura total, posicionando-se em cerca de 95%. Particular enfoque para o concelho de Pte. da Barca que apresenta um nível de cobertura de apenas 74%;
- O nível de cobertura dos sistemas de drenagem de águas residuais no Alto Minho (55%) é ainda deficitário posicionando-se abaixo dos valores registados a nível nacional e para a região Norte. Os concelhos de P. Coura e A. Valdevez são os que apresentam valores mais penalizadores: 27% e 38%;
- Os valores assumidos pela cobertura das ETAR's é ainda mais problemático porquanto a cobertura para o Alto Minho situa-se em 52%, havendo concelhos que apresentam valores nitidamente mais baixos: P. Coura (27%), A. Valdevez (31%) e Monção (33%);
- A quantidade de resíduos urbanos recolhidos selectivamente aumentou expressivamente no período considerado (375%), atingindo uma performance acima dos valores nacionais e da região Norte, embora o patamar de cobertura se mantenha aquém do desejado;
- No Alto Minho, as águas balneares interiores e costeiras/transição encontram-se todas classificadas entre as categorias boa e excelente. As águas superficiais encontram-se na sua maioria classificadas entre razoáveis e excelentes (19 num conjunto de 21 superfícies consideradas), sendo que, uma em Pte. de Lima e outra em Monção, apresentam qualidade "muito má" e "má", respectivamente;
- O aumento da superfície de área arida no Alto Minho, entre 2002 e 2010, aumentou 126%, cerca de duas vezes acima do valor da região Norte e cerca de quatro vezes acima do valor nacional. Para o Minho Lima estes valores foram acompanhados do aumento do número de incêndios (mais 171), o que parece evidenciar dificuldades na monitorização dos sistemas de vigilância e extinção;

Quadro 19: Nível de cobertura de infra-estruturas básicas

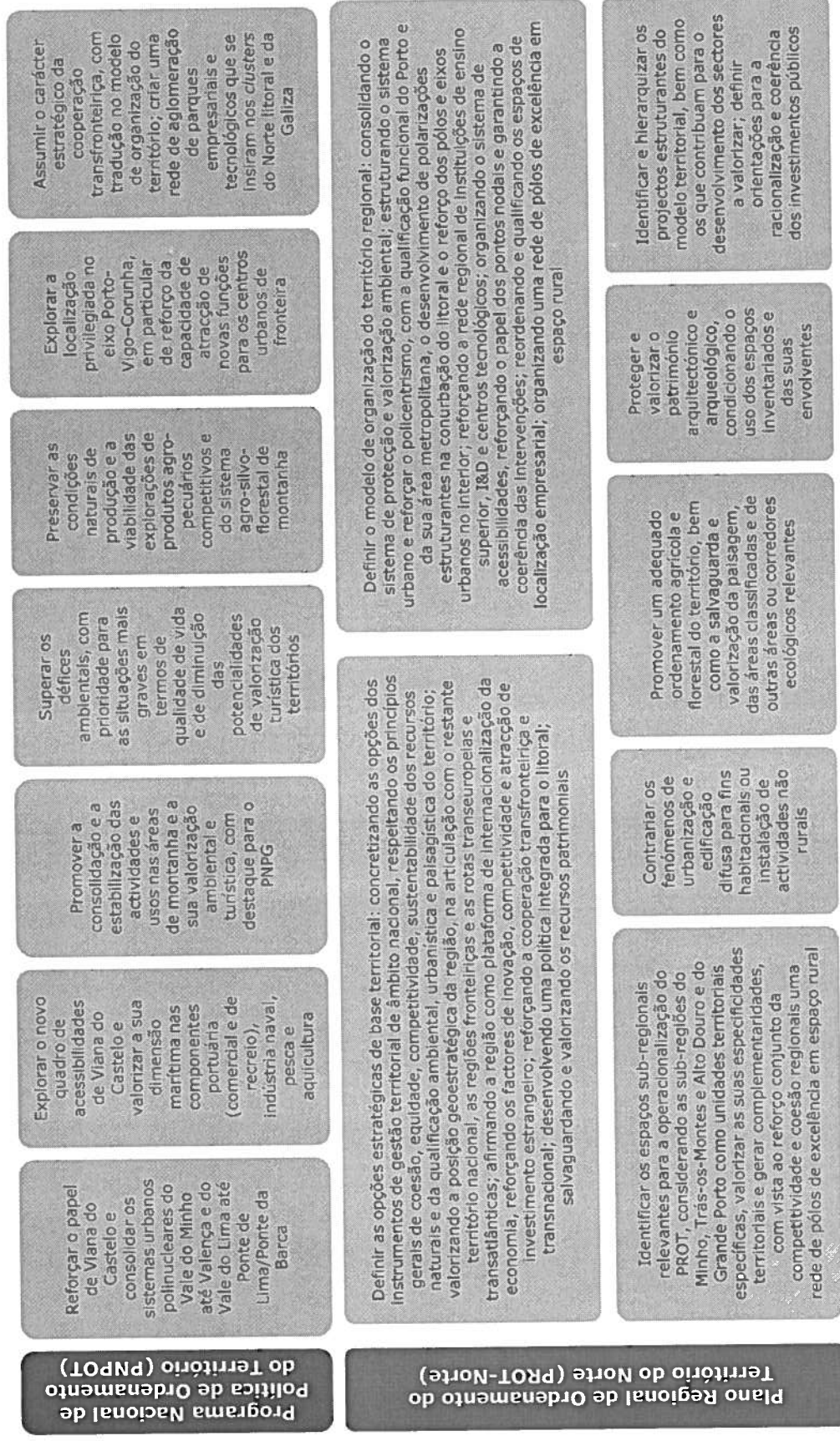
	População servida por sistema público de abastecimento de água (%)		População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)		População servida por estações de tratamento de águas residuais- ETAR's (%)		Resíduos urbanos recolhidos selectivamente por habitante (Kg/hab.)		Var (02/09)
	2002	2009	2002	2009	2002	2009	2002	2009	
Portugal	91	-	72	-	57	-	21	67	219%
Norte	81	92	56	76	43	65	19	60	216%
Minho Lima	85	95	40	55	37	52	16	76	375%
A. Valdevez	64	91	16	38	16	31	16	82	413%
Camimha	99	94	55	69	55	58	20	51	155%
Melgaço	80	98	23	57	23	57	14	62	343%
Monção	85	100	16	46	0	33	13	36	177%
P. Coura	99	98	16	27	16	27	9	30	233%
Pte. Barca	95	74	45	42	45	36	11	80	627%
Pte. Lima	60	92	20	41	17	36	10	83	730%
Valença	100	-	55	61	55	67	15	31	107%
V. Castelo	94	98	61	70	56	69	22	100	355%
V. N. Cerveira	100	-	40	-	40	60	17	43	155%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2010

9. Directrizes e orientações de carácter territorial e sectorial

9. Directrizes e orientações de carácter territorial e sectorial

Objectivos e directrizes dos instrumentos de gestão territorial



Planos Directores Municipais (PDM)

9. Directrizes e orientações de carácter territorial e sectorial

Orientações de documentos estratégicos de âmbito nacional e regional/sectorial

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Preparar Portugal para a "sociedade do conhecimento"; crescimento sustentável; competitividade à escala global e eficiência energética; melhor ambiente e valorização do património; mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social; um papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação; uma administração pública mais eficiente e modernizada

Plano Estratégico Nacional do Turismo

Potenciar as valências de todo o país, desenvolvendo novos pólos de atracção turística e os produtos estratégicos; afirmar a Marca Portugal Turismo e consolidar e desenvolver mercados alvo; qualificar serviços e destinos; assegurar o ajustamento das empresas nacionais aos novos modelos de negócio; gerar conhecimento para decisão

Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural

Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal; promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais; revitalizar económica e socialmente as zonas rurais

Estratégia Nacional para o Mar

Criar os mecanismos indispensáveis e proporcionar aos vários agentes as condições necessárias para o aproveitamento sustentável do Mar, em benefício das populações; valorizar definitivamente a importância do mar como elemento diferenciador, projectando-o no futuro como um importante motor de desenvolvimento

Nacional

Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional
Reforço e promoção da articulação institucional; conservação de recursos e do património natural e paisagístico; qualificação da zona costeira e desenvolvimento sustentável de actividades e usos específicos; minimização de situações de risco e de impactos ambientais, sociais e económicos; concepção de políticas integradas

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade

Conservar a natureza e a diversidade biológica; promover a utilização sustentável dos recursos biológicos e contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza

Estratégia Nacional para as Florestas

Minimizar riscos associados a incêndios e agentes bióticos; promover uma nova especialização do território, aproveitando as suas vocações naturais; melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável; redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos; melhoria da eficiência e competitividade

Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário

Reforçar a centralidade euro-atlântica de Portugal; aumentar fortemente a competitividade do sistema portuário nacional e do transporte marítimo; disponibilizar ao sector produtivo nacional cadeias de transporte competitivas e sustentáveis

Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013

Promover a competitividade do sector, com adequação aos recursos disponíveis; reforçar, inovar e diversificar a indústria aquícola; incentivar a certificação do produto; diversificar a indústria transformadora, promover a extensão a novos mercados; assegurar o desenvolvimento sustentável das zonas dependentes da pesca

Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima

Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas

Polis Litoral - Litoral Norte -

Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho

Norte 2020 - Programa Regional de Reformas

Plano Sectorial da Rede Natura 2000

Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica do Rio Lima

Plano Estratégico do Sítio da Rede Natura do Litoral Norte

Sectorial/Regional

AM&A Lisboa

Rua Laura Alves, 12 - 3º Andar

1050-138 Lisboa

T. +351 21 351 14 00

F. +351 21 354 43 12

AM&A Porto

Rua Cunha Júnior, 41-A, 2.º

4250-186 PORTO

T. +351 22 508 98 55

F. +351 22 508 98 57

amconsultores@amconsultores.pt

www.amconsultores.pt



Augusto Mateus & Associados
Sociedade de Contabilistas, Lda



alto minho desafio 2020

Este desafio é nosso!

OUTROS DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NO SITE: www.altominho2020.com (na opção Documentos)

- I Seminário: Apresentação da iniciativa "Alto Minho: Desafio 2020 e Diagnóstico Preliminar"
- Conclusões do I Seminário
- Temática da Competitividade: documento de apoio ao focus group sobre "Recursos Endógenos"
- Temática da Competitividade: documento de apoio ao focus group sobre "Sistema de Produção e Inovação"
- Temática da Competitividade: documento síntese sobre os focus group realizados
- II Seminário: "Como tornar o Alto Minho uma região competitiva?"
- Conclusões do II Seminário
- Temática da Conectividade: documento de apoio aos Focus Group
- Temática da Conectividade: documento síntese sobre os Focus Group realizados
- III Seminário: "Uma Região Conectada - Como desenvolver os caminhos para a internacionalização"
- Conclusões do III Seminário e aprofundamento da estratégia para promover a conectividade do Alto Minho

